



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella,
Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550
Telefones: (86) 3215-5525/3215-5526

E-mail: assessoriaufpi@gmail.com ou comunicacao@ufpi.edu.br

BOLETIM DE SERVIÇO

Nº 1706 - Dezembro/2025
Resoluções - Nº 965 a 978/2025
(CAMEN/UFPI)

Teresina, 15 de dezembro de 2025



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 965, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza Alteração de Projeto Pedagógico de Curso.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - PREG/UFPI e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – CAMEN, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, §2º, inciso V, do Regimento Geral da UFPI, de acordo com o que consta do processo nº 23111.034355/2025-74 da UFPI, e tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião de 28 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a alteração do Projeto Pedagógico do Curso de ENGENHARIA CIVIL, do Centro de Tecnologia – CT, do Câmpus Ministro Petrônio Portella – CMPP, desta Universidade, conforme ANEXO e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 01 de dezembro de 2025

Documento assinado digitalmente



MARLI CLEMENTINO GONCALVES

Data: 01/12/2025 10:09:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARLI CLEMENTINO GONCALVES
Pró-Reitora de Ensino de Graduação, em exercício

TABELA OPTATIVAS

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)	NÍVEL VINCULADO (Período letivo ao qual será ofertado)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA		
Curso de Engenharia de Materiais / CT	Disciplina	A ser criado	Fluidos de Perfuração e Completação	3.1.0	60h	(DRH0042 Geologia)	A partir do 4º período
Curso de Engenharia de Materiais / CT	Disciplina	A ser criado	Introdução ao Petróleo e Gás Natural e CO ₂	3.1.0	60h	(DRH0042 Geologia)	A partir do 4º período
Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental/CT	Disciplina	A ser criado	Avaliação de impactos ambientais no setor de petróleo	3.1.0	60h	(DRH0042 Geologia)	A partir do 4º período
Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental/CT	Disciplina	A ser criado	Estudos Geológicos do Petróleo	3.1.0	60h	(DRH0042 Geologia)	A partir do 5º período
Curso de Engenharia Mecânica /CT	Disciplina	A ser criado	Introdução ao Método dos Elementos Finitos (MEF) Aplicado ao Setor de Petróleo e Gás	3.1.0	60h	(DES0008 - Resistência dos Materiais I EC); (DMAT/CCN045 Calculo Numérico)	A partir do 5º período
Curso de Engenharia Mecânica /CT	Disciplina	A ser criado	Análise e Gerenciamento de Riscos	3.1.0	60h	Sem Pré-requisitos	***
Curso de Engenharia de Materiais / CT	Disciplina	A ser criado	Gestão Ambiental de Águas, Efluentes e Emissões	3.1.0	60h	(DRH0011 - Ciências do Ambiente)	A partir do 6º período
Curso de Engenharia de Materiais / CT	Disciplina	A ser criado	Materiais para Engenharia de Petróleo	3.1.0	60h	(COEM/CT059 - Ciências dos Materiais EC)	A partir do 5º período
Curso de Engenharia de Materiais / CT	Disciplina	A ser criado	Biocombustíveis: Caracterização e Controle de Qualidade	3.1.0	60h	(COEM/CT059 - Ciências dos Materiais EC)	A partir do 5º período
			TOTAL	27.9.0	540h		

Disciplinas optativas

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Materiais / CT
Fluidos de Perfuração e Completação		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	DRH0042 GEOLOGIA	
EMENTA: Fundamentos de fluidos de perfuração e completação. Sistemas terrestres e marítimos de circulação de fluidos. Química coloidal dos fluidos. Interface rocha-fluido. Tipos de fluidos de perfuração e completação. Reologia dos fluidos. Controles de sólidos. Condicionamentos do poço. Problemas operacionais de poços.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
RENPU, Wan. Engenharia de completação de poços. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. 744 p. CAENN, Ryen; DARLEY, H. C. H.; GRAY, George R. Fluidos de perfuração e completação. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 712 p. THOMAS, José Eduardo. Fundamentos de engenharia de petróleo. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. 272 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ROCHA, Luiz Alberto Santos; AZEVEDO, Cecília Toledo de. Projetos de poços de petróleo: geopressões e assentamento de colunas de revestimentos. 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2016. 696 p. PALMER, Andrew Clennel. Introduction to Petroleum Exploration and Engineering. Singapore: World Scientific Publishing Company, 2016. 156 p.ROCHA, Luiz Alberto Santos; AZUAGA, D.; ANDRADE, R.; VIEIRA, J. L. B.; SANTOS, O. L. A. Perfuração direcional. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência; Petrobras; IBP, 2008. 323 p. CORRÊA, O. Petróleo: noções sobre exploração, perfuração, produção e microbiologia. Rio de Janeiro: Interciência, 2003. 92 p. MACHADO, José Carlos Vieira. Reologia e escoamento de fluidos: ênfase na indústria do petróleo. Rio de Janeiro: Interciência, 2002. 258 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Materiais / CT
Introdução ao Petróleo e Gás Natural e CO ₂		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	DRH0042 GEOLOGIA	
EMENTA: Origens do Petróleo e sua Acumulação. As atividades da indústria: exploração, performance e desenvolvimento de reservatórios, perfuração e completação de poços, avaliação de formações, elevação natural e artificial, processamento, transporte, distribuição. Sistemas de produção de petróleo. Contratos e regulamentação. Atividades de Exploração e Produção de Gás Natural. Atividades de processamento de gás natural. Sistemas logísticos de distribuição e transporte de gás natural. Usos finais de petróleo e gás natural e suas externalidades socioambientais. O CO ₂ e os gases de efeito estufa, e estratégias de descarbonização e mitigação de emissões.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
MOUTINHO DOS SANTOS, Edmilson; PEYERL, Drielli; NETTO, Anna Luisa Abreu. Oportunidades e desafios do gás natural e do gás natural liquefeito no Brasil. São Paulo: RCGI, 2020. 180 p.			
COSTA, Hirdan Katarina de Medeiros (Org.). Transição energética, justiça geracional e mudanças climáticas: o papel dos fósseis e a economia de baixo carbono. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. 364 p.			
INDIO DO BRASIL, Nilo; ARAÚJO, Maria Adelina Santos. Processamento de petróleo e gás. São Paulo: Editora XYZ, 2018. 400 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
LYONS, William C.; PLISGA, Gary J. Standard handbook of petroleum and natural gas engineering. 2. ed. Burlington: Elsevier Science & Technology, 2004. 1568 p.			
GAUTO, Marcelo Antunes; APOLUCENO, Daniela de Melo; AMARAL, Messias Candido; AURIQUIO, Paulo Cezar. Petróleo e gás: princípios de exploração, produção e refino. Porto Alegre: Bookman, 2016. 246 p.			
FARAH, Marco Antônio. Petróleo e seus derivados: definição, constituição, aplicação, especificações e características de qualidade. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 282 p.			
GONG, Binlei. Shale energy revolution: the rise and fall of global oil and gas industry. Singapore: Springer, 2020. 217 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental/CT
Avaliação de impactos ambientais no setor de petróleo		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	DRH0042 GEOLOGIA	
EMENTA: Introdução à avaliação de impactos ambientais: educação ambiental e direitos humanos. Diagnóstico ambiental e sua contextualização. O diagnóstico ambiental pré-emprego. O diagnóstico ambiental pós-emprego. Práticas de diagnósticos pré- e pós-empregos no âmbito do setor de petróleo e gás. Conceitos e contextualização de avaliação de impactos. Eia/rima. Métodos de avaliação de impactos ambientais; matrizes de interação; superposição de cartas; redes de interação; modelos de simulação. Levantamento de passivo ambiental. Sistemas de gerenciamento ambiental. Estudo de casos referentes a impactos devidos a petróleo e derivados. Monitoramento e auditoria ambiental. A variabilidade natural e a dificuldade na identificação de impactos. Planejamento amostral e modelos de desenho amostral na avaliação de impacto de vazamentos. Caracterização, diagnóstico e monitoramento ambiental. Impactos na prospecção, produção, refino e transporte em terra e no mar. Metodologias de avaliação de impactos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Guia de avaliação de impacto ambiental: relação causal de referência de petróleo e gás – produção. Brasília: IBAMA, 2023. 132 p.			
FERREIRA, Larissa Sarmiento; SIMAS, Joemes de Lima; ALMEIDA, Ana Carolina Monte; et al. Identificação de riscos e impactos ambientais na indústria do petróleo. 1. ed. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2021. 60 p.			
WALTER, Tatiana; CALDASSO, Liandra Peres; VERLY, Jéssica Fischer (Orgs.). Avaliação de impactos ambientais sob uma perspectiva crítica. São Paulo: Pod Editora, 2024. 274 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
RAHMAN, Israa; ALANBARI, Mohammad Ali. Uma abordagem LCA para avaliar os impactos ambientais da indústria petrolífera: Estudo de caso Refinaria Al-Daura. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2024. 120 p.			

GUIMARÃES, José Iveraldo. Avaliação e análise de impactos ambientais. 1. ed. Natal: Instituto Tecnológico Brasileiro, 2014. 171 p.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de impactos ambientais: conceitos e métodos. 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 495 p.

GARCIA, Katia Cristina; LA ROVERE, Emílio Lèbre. Petróleo: acidentes ambientais e riscos à biodiversidade. Rio de Janeiro: Interciência, 2011. 232 p.

MARIANO, Jaqueline Barboza. Impactos ambientais do refino de petróleo. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2005. 228 p.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental/CT
Estudos Geológicos do Petróleo		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	DRH0042 GEOLOGIA	
EMENTA: Rocha matriz, maturação e rocha reservatório de hidrocarbonetos; Origem e acumulação da matéria orgânica; Métodos de prospecção; Sistemas petrolíferos; Geologia da exploração de reservatórios; Estudo de campo de petróleo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
SOUZA, Luiz Antônio Pereira de; GANDOLFO, Otavio Coaracy Brasil. Geofísica aplicada à geologia de engenharia e meio ambiente: manual de boas práticas. São Paulo: Oficina de Textos, 2021. 155 p. MARQUES, Eduardo Antônio Gomes; LEÃO, Marcio Fernandes. Descomplicando a geologia de engenharia. São Paulo: Oficina de Textos, 2021. 200 p. AMINZADEH, Fred; DASGUPTA, Shivaji N. Geofísica para engenheiros de petróleo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 304 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
ULBRICH, Horstpeter Herberto Gustavo José; MADUREIRA FILHO, José Barbosa de. Geologia básica para engenheiros. São Paulo: Editora da USP, 2023. 180 p. ROCHA, Luiz Alberto Santos; AZEVEDO, Cecília Toledo de. Projetos de poços de petróleo: geopressões e assentamento de colunas de revestimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2019. 720 p. SELLEY, Richard C.; SONNENBERG, Stephen A. Geologia do petróleo. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. 528 p. CHIOSSI, Nivaldo José. Geologia de engenharia. 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2015. 424 p. BARKER, Colin. Organic Geochemistry in Petroleum Exploration. Tulsa: American Association of Petroleum Geologists, 1979. 174 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia Mecânica /CT
Introdução ao Método dos Elementos Finitos (MEF) Aplicado ao Setor de Petróleo e Gás		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	DES0008 RESISTENCIA DOS MATERIAIS I EC; DMAT/CCN045 CÁLCULO NUMÉRICO	
EMENTA: Introdução ao Método dos Elementos Finitos. Conceitos Fundamentais do MEF. Elementos Finitos Simples Aplicados à Análise Estrutural. Modelagem de Estruturas no Setor de Petróleo e Gás. Introdução à Análise Modal e de Vibração . Introdução ao Uso de Softwares de MEF. Aplicações Práticas e Estudos de Caso.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
BITTENCOURT, Marco Lúcio. Análise Computacional de Estruturas: Com Aplicação do Método de Elementos Finitos. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.			
MACHADO, Marcos Vitor Barbosa. Modelagem numérica de reservatórios de petróleo: prática integrada de simulação. Rio de Janeiro: Clube de Autores, 2024. 292 p.			
LOGAN, Daryl L. A first course in the finite element method. 5. ed. Boston: Cengage Learning, 2017. 954 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BENAROYA, Haym; WEI, Tim; HAN, Seon M. Probability models in engineering and science: applications to offshore structures. Boca Raton: CRC Press, 2010. 504 p.			
CHANDRUPATLA, Tirupathi R.; BELEGUNDU, Ashok D. Introduction to finite elements in engineering. 4. ed. Boston: Pearson, 2011. 466 p.			
BATHE, Klaus-Jürgen. Finite element procedures. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2006. 1037 p.			
NUNES, Giovani Cavalcanti; MEDEIROS, José Luiz de; ARAÚJO, Ofélia de Queiroz Fernandes. Modelagem e controle da produção de petróleo: aplicações em MATLAB. São Paulo: Blucher, 2010. 426 p.			
BATHE, Klaus-Jürgen. Finite element procedures. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2006. 1037 p.			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia Mecânica /CT
Análise e Gerenciamento de Riscos		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	SEM PRÉ-REQUISITOS	

EMENTA: Introdução à Análise e Gerenciamento de Riscos. Fundamentos de Análise de Riscos. Análise qualitativa de riscos. Análise quantitativa de riscos. Gestão de Riscos. Ferramentas e Técnicas para Análise de Riscos. Estudos de Caso e Aplicações Práticas. Elaboração de um Plano de Gerenciamento de Riscos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FIGUEIREDO, Marcelo. A face oculta do ouro negro: trabalho, saúde e segurança na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos. 2. ed. Niterói: Eduff, 2016. 367 p.

PONTE JUNIOR, Gerardo Portela da. Gerenciamento de riscos na indústria de petróleo e gás: conceitos e casos offshore e onshore. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2015. 368 p.

MORAES, Giovanni. Sistema de gestão de riscos: estudos de análise de riscos "offshore e onshore". 2. ed. Rio de Janeiro: GVC Editora, 2013. 304 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMERICAN SOCIETY OF SAFETY PROFESSIONALS – ASSP. ANSI/ASSP Z590.3:2019 – Prevention through design: guidelines for addressing occupational hazards and risks in design and redesign processes. Park Ridge: ASSP, 2019.

SANTOS, Otto Luiz Alcântara. Segurança de poço na perfuração. São Paulo: Blucher, 2013. 208 p.

DEPARTMENT OF DEFENSE (USA). MIL-STD-882E:2012 – System safety: standard practice. Washington, D.C.: U.S. Department of Defense, 2012.

DEPARTMENT OF DEFENSE (USA). MIL-STD-882E:2012. System safety: standard practice. Washington, D.C.: U.S. Department of Defense, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 17505:2013 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis – Partes 1 a 7. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Materiais / CT
Gestão Ambiental de Águas, Efluentes e Emissões		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	COEM/CT059 CIÊNCIAS DOS MATERIAIS EC	

EMENTA: Estudo dos princípios e diretrizes regulatórias para a gestão de águas, efluentes e emissões atmosféricas no setor de petróleo, gás e biocombustíveis. Avaliação crítica dos impactos ambientais, metodologias de monitoramento e tecnologias de mitigação. Análise de legislações nacionais e internacionais, com ênfase em normativas da ANP, CONAMA e órgãos correlatos. Aplicação de estratégias para otimização de processos industriais, visando a sustentabilidade hídrica e a minimização da carga poluidora. Estudos de caso e práticas inovadoras na gestão de resíduos líquidos e gasosos, considerando os desafios impostos pelas mudanças climáticas e a transição energética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRAGA, Benedito; HESPANHOL, Ivanildo. Introdução à engenharia ambiental. São Paulo: Pearson, 2021. 416 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS – IBP. Caderno de boas práticas de E&P: revitalização das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres (REATE). Rio de Janeiro: IBP, 2020. 108 p.

BITTENCOURT, Cláudia; SILVA, Maria Aparecida. Tratamento de água e efluentes: fundamentos de saneamento ambiental e gestão de recursos hídricos. São Paulo: Érica, 2018. 272 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MOTA, Suzana. Tratamento de efluentes gasosos. São Paulo: ABES, 2017. 288 p.

VON SPERLING, Marcos. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2016. 452 p.

METCALF & EDDY. Wastewater engineering: treatment and resource recovery. 5. ed. New York: McGraw-Hill, 2014. 2016 p.

ARARUNA JÚNIOR, José Tavares; BURLINI, Patrícia. Gerenciamento de resíduos na indústria de petróleo e gás: os desafios da exploração marítima no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier; PUC-Rio, 2014. 240 p.

SINCERO, Armando P.; SINCERO, Gregoria A. Environmental engineering: a design approach. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2002. 852 p.

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Materiais / CT
Materiais para Engenharia de Petróleo		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	COEM/CT059 CIÊNCIAS DOS MATERIAIS EC	
EMENTA: Propriedades dos materiais: físicas, químicas e mecânicas. Caracterização dos materiais metálicos, poliméricos, cerâmicos e conjugados. Conformação mecânica. Usinagem de materiais metálicos. Equipamentos e processos de soldagem. Critérios de seleção de materiais. Seleção de materiais (metálicos, poliméricos, cerâmicos e conjugados) para atender às solicitações: resistência mecânica, fadiga, tenacidade, desgaste, altas temperaturas, corrosão. Seleção de materiais para a indústria de petróleo. Inspeção de materiais e componentes. Tratamento de superfície.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
<p>PELLICCIONE, André da Silva; SILVA, Paulo Sérgio Carvalho Pereira da. Análise de falhas: trincas e fraturas em equipamentos metálicos. Rio de Janeiro: Universidade Petrobras, 2024. 240 p.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. Normas técnicas para materiais avançados na indústria de petróleo e gás. Edição atualizada. Rio de Janeiro: ANP, 2023.</p> <p>DWIVEDI, Deepak; RANJAN, Amit; SANGWAI, Jitendra S. (Eds.). Functional Materials for the Oil and Gas Industry: Characterization and Applications. 1st ed. Boca Raton: CRC Press, 2022. 320 p.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
<p>FERRANTE, Maurizio. Seleção de materiais. 3. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2021. 256 p.</p> <p>TEMIZEL, Cenk; SARI, Mufrettin Murat; CANBAZ, Celal Hakan; SAPUTELLI, Luigi; TORSATER, Ole. (Eds.). Sustainable Materials for Oil and Gas Applications. 1st ed. Cambridge, MA: Gulf Professional Publishing, 2021. 276 p.</p> <p>JAVAHERDASHTI, Reza; NWAHA, Chikezie; TAN, Henry. (Eds.). Corrosion and Materials in the Oil and Gas Industries. Boca Raton: CRC Press, 2016. 721 p.</p> <p>GERWICK, Ben C. Construction of marine and offshore structures. 3. ed. Boca Raton: CRC Press, 2007. 840 p.</p> <p>TELLES, Pedro Carlos da Silva. Materiais para equipamentos de processo. 6. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2003. 276 p.</p>			

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia de Materiais / CT
Biocombustíveis: Caracterização e Controle de Qualidade		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	COEM/CT059 CIÊNCIAS DOS MATERIAIS EC	

EMENTA: Fundamentos dos biocombustíveis e seu papel na matriz energética global e nacional. Principais rotas tecnológicas para a produção de biodiesel, com ênfase na transesterificação e matérias-primas oleaginosas. Caracterização físico-química do biodiesel e seus parâmetros de qualidade segundo normativas da ANP e ASTM. Técnicas analíticas para avaliação da composição e estabilidade do biodiesel, incluindo cromatografia gasosa, espectroscopia no infravermelho e termogravimetria. Desempenho do biodiesel em motores ciclo Diesel e impacto nas emissões. Aspectos regulatórios, normas ambientais e políticas públicas para a produção e comercialização. Sustentabilidade e desafios tecnológicos na ampliação da utilização de biocombustíveis no setor energético. Estudos de caso e práticas laboratoriais para controle de qualidade e certificação do biodiesel.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

RAMOS, Luiz Pereira. Biodiesel: fundamentos e processos de produção. Rio de Janeiro: Interciência, 2021. 280 p.

DEMIRBAS, Ayhan. Biodiesel: a realistic fuel alternative for diesel engines. 2. ed. Cham: Springer, 2020. 336 p.

MA, F.; HANNA, M. A. Biodiesel production: fundamentals and principles. Cham: Springer, 2019. 124 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGRAWAL, Vandana; PATHARIYA, Anoop Kumar. Uma introdução aos bio-combustíveis. São Paulo: Edições Nosso Conhecimento, 2023. 76 p.

MURTA, Luciano. Biocombustíveis de segunda geração: conceitos e caminhos para aproveitamento da biomassa. São Paulo: Saraiva Conteúdo, 2022. 210 p.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. Regulamentos técnicos e especificações para biodiesel.

MENDES, Pietro Adamo Sampaio. Sustentabilidade na produção e uso do biodiesel. São Paulo: Interciência, 2021. 198 p.

KNOTHE, Gerhard; KRAHL, Johannes; VAN GERPEN, Jon. The biodiesel handbook. 2. ed. Urbana: AOCS Press, 2015. 494 p.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 966, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza Alteração de Projeto Pedagógico de Curso.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - PREG/UFPI e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – CAMEN, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, §2º, inciso V, do Regimento Geral da UFPI, de acordo com o que consta do processo nº 23111.054752/2024-27 da UFPI, e tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião de 28 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a alteração do Projeto Pedagógico do Curso de **BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, do Centro de Educação Aberta e a Distância – **CEAD**, desta Universidade, conforme documento anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 09 de dezembro de 2025



Documento assinado digitalmente

MARLI CLEMENTINO GONCALVES

Data: 09/12/2025 12:29:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARLI CLEMENTINO GONCALVES

Pró-Reitor de Ensino de Graduação, em exercício.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE
NÍVEL SUPERIOR – CAPES
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – DED
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PNAP

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – MODALIDADE À DISTÂNCIA

CEAD
CENTRO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ**



Documento assinado digitalmente

DJANIRA DO ESPIRITO SANTO LOPES CUNHA

Data: 18/11/2025 11:08:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública – Ensino à distância, da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella, no município de Teresina - Piauí, a ser implementado/implantado em 2025.¹

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Comissão de Apoio a Diretoria de Educação à Distância na Gestão do PNAP

Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)
Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (ENAP)
Prof.^a Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (UNEB)
Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)
Prof. Dr. Paulo Emilio Matos Martins (UFF)
Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (UFAM)
Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (FIOCRUZ)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI

REITOR

Profa. Dra. Nadir do Nascimento Nogueira

VICE-REITOR

Prof. Dr. Edmilson Miranda de Moura

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Marcos Antonio Tavares Lira

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO

Tec. Ma. Larissa Naiana Mendes de Sousa

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO - PREG

Profa. Dra. Gardênia de Sousa Pinheiro

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Rodrigo de Melo Souza Veras

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Profa. Dra. Waleska Ferreira de Albuquerque

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof. Dr. Emídio Marque de Matos Neto

COORDENADORIA GERAL DE GRADUAÇÃO - CGRAD

Profa. Dra. Marli Clementino Gonçalves

COORDENADORIA GERAL DE ESTÁGIO - CGE

Profa. Dra. Poliana Cristina de Almeida Fonseca

COORDENADORIA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO - CGE

Tec. Esp. Rita de Cássia Alves da Silva

**COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO
CURRICULAR - CDAC**

Tec. Dra. Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA - DAA

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA COMPLEMENTAR - CAAC

Prof. Dr. Edivan Carvalho Vieira

COORDENADORIA DE SELEÇÃO E PROGRAMAS ESPECIAIS - CSPE

Prof. Dr. Willian Mikio Kurita Matsumura

CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E À DISTÂNCIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELA
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -PNAP

DIRETORA:

Profa. Dra. Lívia Fernanda Nery da Silva

COORDENADORA DO CURSO:

Profa. Dra Joelita de Alencar Fonseca Santos

COORDENADOR DE TUTORIA:

Prof. Msc. Francis de Sousa Fernandes

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

Profa. Dra. Joelita de Alencar Fonseca Santos (Presidente)
Profa. Dra. Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal (Vice-Presidente)
Prof. Dr. João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento (Docente Titular)
Prof. Msc. Delson Ferreira Bonfim (Docente titular)
Profa. Dra. Antonella Maria das Chagas Sousa (Docente suplente)
Isaias Ribeiro Gonçalves (Discente titular)

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

Profa. Dra. Joelita de Alencar Fonseca Santos
Profa. Dra. Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal
Profa. Dra. Geny Marques Pinheiro
Prof. Dr. Cleverson Vasconcelos da Nobrega
Profa. Msc. Sandra Michelinne Saraiva de Sousa
Profa. Dra. Flavia Lorene Sampaio Barbosa

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Portaria nº 103/2023 - CEAD/UFPI

Profa. Dra. Joelita De Alencar Fonseca Santos (Presidente)
Prof. Me. Francis De Sousa Fernandes (Membro)
Profa. Dra. Geny Marques Pinheiro (Membro)
Profa. Dra. Sandra Michelinne Saraiva De Sousa (Membro)
Prof. Dr. Cléverson Vasconcelos Da Nobrega (Membro)
Profa. Dra. Mariane Goretti De Sa Bezerra Leal (Membro)

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n, CEP: 64049-550

CIDADE: Teresina - PI

TELEFONE: (86) 3215-5525

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br

APRESENTAÇÃO

O Curso de Bacharelado em Administração Pública modalidade à distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que apresentamos, foi elaborado a partir da Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Administração Pública. No entanto, a oferta desse curso não começa com o presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC), na realidade, se constitui em um processo de aprimoramento de um percurso que se iniciou nos idos de 2006, com a oferta do curso piloto.

O curso piloto de graduação em Administração, inaugurou efetivamente a UAB em 2006, e foi iniciado com a participação de 25 universidades públicas brasileiras – federais e estaduais – com mais de 10.000 estudantes em vários estados. Isso foi possibilitado com a parceria entre o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação à Distância (SEED), o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e as universidades públicas que aderiram ao projeto.

Esse curso, em nível de bacharelado, com duração de quatro anos e meio, foi organizado em nove módulos semestrais, com carga horária total de 3.120 (três mil e cento e vinte) horas. Além de participar dos encontros presenciais que ocorriam preferencialmente aos sábados, o estudante desenvolvia atividades a distância, como estudo do material didático e trabalhos escritos, estudo de casos, pesquisas e acompanhado por um sistema de tutoria que permitia o monitoramento do seu desempenho.

Com a supervisão da SEED/MEC e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) que ofereceram o curso piloto, se reuniam (por meio de um Fórum) a cada 03 (três) meses para avaliar o andamento da experiência, avaliar a modalidade, discutir os métodos de ensino e de aprendizado, tomar decisões sobre o material didático e, sobretudo, socializar as experiências para garantir qualidade do curso. Esse Fórum foi uma experiência ímpar no setor público brasileiro, pois, coordenava uma rede de Ipê que atuou colaborativamente na busca de um objetivo comum, ou seja, o ensino público de administração à distância gratuito e de qualidade.

O projeto piloto para o curso de Administração serviu como referência para a criação do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), que foi concebido para ofertar o curso de Bacharelado em Administração Pública, além de três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso do bacharelado, foi constituída uma

comissão composta pelos Professores Doutores Eliane Moreira Sá de Souza (UFG), Neiva de Araújo Marques (UFMT), Oreste Preti (UFMT) e Paulo Guedes (UFBA).

Assim, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições de ensino federais e estaduais para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar o pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por 03 (três) vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino à distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Para tanto, o PNAP continuou com a orientação de reunir-se em Fóruns Nacionais, que visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas no âmbito da UAB, de modo a implementar ações em prol de melhor qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 04 (quatro) fóruns na área do PNAP, o primeiro teve o papel primordial de implantar o Fórum na área de Administração Pública com a escolha de sua presidência, o mesmo ocorreu na cidade de Salvador – (BA) em 2010; O segundo, aconteceu em Brasília – (DF) no ano de 2012, onde já se discutia as propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos; o terceiro, realizou-se em Belo Horizonte – (MG) no ano de 2013, esse deu continuidade às discussões sobre os PPCs; já o quarto, realizado em Florianópolis – (SC) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Bacharelado em Administração Pública e Especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, na modalidade de Educação à Distância (EaD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências, as discussões sobre os PPCs e as elaborações e atualizações de matérias didáticos.

Vale ressaltar que, todos os fóruns contaram com o apoio da Capes. Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que contribuíram para a consolidação do presente projeto.

Brasília, 02 de agosto de 2018.

Luiz Alberto Rocha de Lira
Coordenador

SUMÁRIO

1. Dados de Identificação do Curso.....	13
2. Introdução.....	16
3. Justificativa.....	18
4. Universidade Aberta do Brasil: objetivos.....	22
4.1 Diretoria de Educação à Distância da CAPES.....	22
4.2 Caracterização regional e local.....	23
4.3 Integração e articulação da Educação à Distância da UFPI ao Sistema Universidade Aberta do Brasil.....	24
4.4 Aspectos institucionais.....	26
4.5 Organograma da UFPI.....	26
4.6 Missão.....	28
4.7 Princípios e valores.....	28
4.7.1 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.....	28
4.7.2 Interdisciplinaridade.....	29
4.7.3 Flexibilidade curricular.....	29
4.7.4 Relação orgânica entre teoria e prática.....	29
4.8 Outros aspectos.....	30
4.8.1 Apoio ao Discente.....	31
5. Concepção do Curso Administração Pública a distância.....	35
5.1 Diretrizes metodológicas para formação do Curso.....	36
5.2 Dimensões de formação.....	38
5.3 Concepção pedagógica do Curso.....	38
5.3.1 Objetivo geral.....	39
5.3.2 Objetivos específicos.....	40
5.4 Perfil do egresso.....	41
5.5 Organização curricular.....	44
5.6 Carga horária.....	45
5.7 Matriz curricular.....	45
5.8 Conteúdo programático.....	54
5.9 Disciplinas eletivas.....	54

5.10 Temas Contemporâneos na Gestão Pública.....	55
5.11 Estágio Supervisionado.....	55
5.12 Atividades Complementares.....	56
5.13 Atividades curriculares de extensão.....	62
6. Estrutura Administrativo-Pedagógica.....	65
6.1 Equipe Multidisciplinar.....	66
6.2 Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar.....	67
6.3 Docentes que participam da Gestão do Curso.....	67
7. Infraestrutura e Processode Gestão Acadêmico-Administrativa.....	68
7.1 Rede Comunicacional.....	68
7.2 Produção de Material Didático.....	69
7.3 Sistema de Tutoria.....	69
7.4 Encontros presenciais.....	71
8. Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem.....	71
8.1 Avaliação Institucional.....	72
8.2 Avaliação dos Subsistemas de EaD.....	73
8.3 Avaliação de Aprendizagem.....	74
8.4 Processo de Comunicação-interação entre os participantes.....	77
REFERÊNCIAS.....	78
ANEXO A – Sugestão de Fluxo.....	81
ANEXO B – Ementário.....	83
MÓDULO 1.....	83
MÓDULO 2.....	92
MÓDULO 3.....	101
MÓDULO 4.....	110
MÓDULO 5.....	117
MÓDULO 6.....	126
MÓDULO 7.....	136
MÓDULO 8.....	147
OPTATIVAS.....	152
ANEXO C - Corpo Docente que Participa da Gestão do Curso.....	160
ANEXO D - Regimento do Estágio.....	162
APÊNDICE 1 - Polos de Apoio Presencial e Infraestrutura.....	167
APÊNDICE 2 - Regulamento dos TCCs.....	174

APÊNDICE 3 - Quadro de Disciplinas Optativas.....	179
APÊNDICE 4 - Bibliografia Básica e Complementar.....	179
APÊNDICE 5 - Equivalência de Disciplinas das Atividades Curriculares de Extensão.....	181

1. Dados de Identificação do Curso

1.1 Nome do curso: Bacharelado em Administração Pública

1.2 Proponente: Universidade Federal do Piauí – UFPI e o Centro de Educação Aberta e à Distância - CEAD

1.3 Criação/autorização do curso: 22/06/2009.

Reconhecimento do curso: 2023

1.4 Grau: Bacharelado

1.5 Título acadêmico masculino: Bacharel.

1.6 Título acadêmico feminino: Bacharela.

1.7 Modalidade: Ensino à Distância.

1.8 Público-alvo:

Todos os interessados em estudar e discutir a temática de governo e Administração Pública; servidores de todos os níveis e poderes do Estado e Concluintes do Ensino Médio, que residem nas regiões dos municípios Polos de Apoio Presencial do Curso de Administração Pública da UAB, selecionados por meio de processo seletivo de ingresso na Universidade Federal do Piauí-UFPI, e do Centro de Educação Aberta e à Distância - CEAD.

1.9 Número de vagas autorizadas:

Para o ano de 2025 serão ofertadas 150 vagas, distribuídas nos Polos de Educação à Distância (UAB) do Curso em Administração Pública da Universidade Federal do Piauí - UFPI, com abrangência aos municípios circunvizinhos. Cabe esclarecer que, as primeiras turmas do curso iniciaram em 2010, tendo turmas sazonais a depender da liberação da Capes por meio de edital específico.

1.10 Formas de ingresso:

O acesso ao curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade à distância, poderá ser feito de três formas: I) através de processo seletivo tradicionalmente conhecido como vestibular, com edital de seleção específico elaborado pela (UFPI) para essa modalidade que estabelecerá os critérios para inscrição, ingresso e a quantidade de vagas inclusive para cotistas; II) através de transferência entre instituições que façam parte do sistema (UAB) e do mesmo curso,

desde que atendidos os requisitos legais internos constantes no art. 95. Do Regimento Interno dessa Instituição e III) através da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), desde que conste no edital de seleção previamente estabelecido pela IES.

1.11 Duração do curso:

Mínimo 08 (oito) semestres e máximo de 12 (doze) semestres para integralização curricular. Aos alunos com necessidades educacionais especiais, acrescenta-se até 50% do prazo máximo de permanência no curso, desde que observadas as Resoluções 177/2012-CEPEX/UFPI e 054/2017-CEPEX/UFPI).

1.12 Previsão para início das atividades:

O início das atividades do curso de Administração Pública aconteceu no mês de agosto de 2009. Com o Projeto Pedagógico aprovado pela Resolução CEPEX/UFPI N°200/09. Uma nova grade curricular foi implantada em 2021 para alunos que ingressaram em 2020. Outra reformulação do projeto político pedagógico está sendo realizada para acrescentar a carga horária das atividades de curricularização da extensão – ACE.

1.13 Regime Curricular:

CRÉDITO - Unidade Didática Pedagógica (15h de trabalho tanto para as atividades de aulas teóricas, quanto para as atividades práticas e estágios). Resolução nº 086/95-CEPEX. Sem pré-requisito nas disciplinas.

1.14 Oferta do curso (periodicidade):

Oferta do curso (periodicidade): semestre letivo	Turnos matutino/vespertino/noturno	Vagas
1º SEMESTRE	Integral	150
2º SEMESTRE	Integral	150

1.15 Estrutura curricular:

Ano/período de implantação	Carga horária por período letivo		
	mínima	média	máxima
2025.1	225h	375h	540h

COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	QUANTIDADE DE CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2.550 horas	170
Disciplinas Optativas	90 horas	6
Disciplinas Eletivas da Ipes I e II (específicas do PNAP(Programa Nacional de Administração Pública))	60 horas	4
Atividade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	120 horas	8
Atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	180 horas	12
Atividades Complementares - AC	120 horas	8
TOTAL	3.120 horas	208
ATIVIDADES CURRICULARES - ACE	CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	QUANTIDADE DE CRÉDITOS
Atividades Curriculares de Extensão - ACE (10%) inclusas nas disciplinas obrigatórias	315 horas	21
TOTAL	315 horas	21

Quadro síntese - carga horária/ crédito/ hora-aula

2. Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), foi criado pelo Ministério da Educação – (MEC) em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação para articulação e integração de um sistema nacional de educação superior à distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil, ambicionado a consecução e o fomento dos cursos da (UAB) e, consequentemente a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos.

O (MEC), por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade à distância, integrante do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela (UAB).

O Curso de Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades de gestores com visões holísticas das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional. Para atender a demanda pela formação de gestores públicos dos entes da federação do Brasil, a Universidade Federal do Piauí – UFPI, oferece o Curso de Bacharelado em Administração Pública, com intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

- O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, dentre eles:
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Administração Pública – resolução nº. 1, de 13 de janeiro de 2014;
- Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências
- **Decretos:**

Decreto N.º 9.057 de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei art. 80 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto N.º 5.773 de 09 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de: regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto N.º 6.303 de 12 de dezembro de 2007, altera dispositivos dos decretos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773 de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto N.º 9.057 de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

- **Portarias:**

Portaria N.º 1 de 10 de janeiro de 2007.

Portaria N.º 40 de 13 de dezembro de 2007.

As DCNs para o Curso Bacharelado em Administração Pública estabelecem uma estrutura mínima para o PPC, contemplando os elementos estruturais a seguir, os quais integram este documento:

- I. objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;
- II. condições objetivas de oferta e vocação do curso;
- III. cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV. formas de realização da interdisciplinaridade;
- V. modos de integração entre teoria e prática;
- VI. formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

- VII. modos de integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII. incentivo à pesquisa como necessária ao prolongamento da atividade de ensino e como instrumento à iniciação científica;
- IX. concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X. concepção e composição das atividades complementares; e
- XI. inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico e pesquisa, ou projetos de intervenções centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

3. Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do estado nacional de modo geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: união, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação a exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que no ano de 2007, foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se

relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal de 1988, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. No entanto, do ponto de vista administrativo, o Poder Público deve estar preparado para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsavelmente.

Nos últimos anos, a concepção de Estado e o papel dos governos e da Administração Pública tem adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é a condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da Administração Pública passam a demandar ações de capacitação e preparação da força de trabalho para as tarefas da Administração Pública contemporânea.

Nesses esforços de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, a exemplo, temos o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas também, os gestores nos níveis estaduais e municipais.

Dessa forma, tanto no desenho de novas estruturas organizacionais quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização

de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.).

Nos âmbitos estaduais e municipais, muitos trabalhos ainda precisam ser feitos para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais. É preciso que seja dada oportunidade aos cidadãos e à esfera pública, a possibilidade de se capacitarem para o exercício da administração pública profissional, particularmente através da oferta de cursos no território nacional. Nesse sentido, salienta-se a importância deste curso.

3.1 Justificativa para Mudança

A mudança de Projeto Pedagógico do curso de Administração Pública/EaD, foi motivada pela necessidade de adequar o curso de Administração Pública/CEAD/UFPI ao novo PPC produzido pela CAPES/MEC, tendo em vista tratar-se da resolução nº 053/19 que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI, bem como, a adequação da carga horária das disciplinas dedicadas parcialmente às atividades de extensão e modificação das ementas.

Dessa forma, relacionamos abaixo as adequações feitas sem modificar o template padrão do PPC enviado pela CAPES (adequações essas, sugeridas e autorizadas pela CAPES).

- Adequação do texto dos objetivos específicos do curso, onde acrescentou-se aspectos de inovação ao curso de bacharelado em Administração Pública.
- Atualização dos dados de identificação do curso.
- Atualização da caracterização regional.
- Atualização do quadro 1 - polos presenciais que serão ofertados no curso a partir de 2025.1.
- Acréscimo dos objetivos específicos do curso.
- Acréscimo do texto da política de apoio ao discente.
- Acréscimo do parágrafo no item perfil do egresso, citando que o CEAD/UFPI oferta o Mestrado Profissional em Administração Pública.
- Inclusão das disciplinas que farão parte das Atividades Curricular de Extensão – ACE (Métodos e Técnicas de Estudos; Sociologia Organizacional; Temas Contemporâneos na Gestão Pública I; Gestão Social e Participação Popular;

Temas Contemporâneos na Gestão Pública II; Temas Contemporâneos na Gestão Pública III; Gestão de Pessoas no Setor Público; Governo Eletrônico, Análise e Avaliação de Políticas Públicas; Eletiva I, Eletiva II e TCC I).

- Atualização do quadro 2 - Resumo de distribuição da carga horária com o acréscimo das ACEs.
- Distribuição dos créditos das ACEs nas disciplinas na Matriz Curricular do curso de Bacharelado em Administração Pública.
- Acréscimos de categorias para ampliar as atividades complementares de acordo com a Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012.
- Inclusão do texto das Atividades curriculares de extensão.
- Alteração dos dados dos docentes que participam da Gestão do Curso.
- Acréscimo de parágrafo sobre material didático do curso.
- Acréscimo de parágrafos no item Avaliação de Aprendizagem (Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico- Administrativa).
- Atualização e acréscimo dos polos de apoio presenciais e infraestrutura.

4. Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação à distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior à distância;
- IV. formar professores e outros profissionais da educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

4.1 Diretoria de Educação à Distância da CAPES

A Diretoria de Educação à Distância (DED) da Capes, objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Nesse sentido, busca-se apoiar a formação dos profissionais da educação por meio da concessão de bolsas e auxílios, de planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade à distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação à Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da (CAPES) no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria, o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema (UAB), e uma política institucional de estímulo à inovação em EaD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

4.2 Caracterização regional e local

O estado do Piauí, situado na Região Nordeste do Brasil, ocupa uma área de 1.548.675 km², ou seja, 16,20% do território brasileiro, sendo o terceiro maior estado nordestino e o décimo terceiro do país em extensão territorial. A população do estado apresenta ritmos de crescimento diferenciados no tempo e no espaço, de acordo com a atividade econômica desenvolvida em cada região.

Segundo o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, a população do estado do Piauí era de 3.271.199 (três milhões e duzentos e setenta e um mil e cento e noventa e nove) habitantes, densidade demográfica de 12,99 habitante por quilômetro quadrado e com índice de desenvolvimento humano – IDH de 0,69 em 2021. A estrutura etária da população é composta por um público muito jovem, representando um elevado potencial da força de trabalho para o setor produtivo.

O Estado do Piauí no ano de 2020, apresentou o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$56,4 bilhões (CEPRO, 2022), mantendo sua participação de 5,2 % no PIB da Região Nordeste e de 0,7% em relação ao Brasil, condicionando um crescimento acumulado superior ao do Brasil e ao do Nordeste ao longo do período 2010 a 2020.

Atualmente o Estado do Piauí, conta com 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios e a capital-Teresina, que apresenta características peculiares. A metrópole está localizada no meio norte do Piauí, e se constitui o centro decisório político, econômico e social do estado. Por sua localização geográfica estratégica, situada no grande entroncamento rodoviário que interliga os estados do Norte aos demais estados do Nordeste e ao restante do país, também se configura como um importante mercado consumidor regional.

O Piauí está dividido em quatro (04) macrorregiões: Litoral, Meio-norte, semiárido e Cerrado, os limites se definem pelas suas características socioambientais. Tais regiões estão subdivididas em doze (12) Territórios de Desenvolvimento (TDs) e 28 Aglomerados, segundo a Lei atualizada de nº 6.967/2017.

A regionalização como instância político-administrativa consiste numa estratégia de desenvolvimento que se fundamenta em características ambientais, vocações produtivas e dinamismo das regiões, cujas relações socioeconômicas e culturais se estabelecem entre as cidades, visto que, os Aglomerados formam um conjunto de municípios de um mesmo Território de Desenvolvimento que apresentam características semelhantes, e são agregados a partir de critérios socioeconômicos, considerando a proximidade geográfica, as relações estabelecidas entre eles, o desenvolvimento de atividades produtivas comuns e a potencialidade de convergência para eixos econômicos e sociais

No que se refere às atividades econômicas, o Piauí contou em 2020 com 11,3% de participação da Agropecuária; 14% da Indústria e 74,8 % do Setor de Serviços, detendo este último o maior peso na economia do estado. Vale ressaltar que a estrutura setorial da economia piauiense permanece com a predominância do setor serviços, contudo, nos últimos anos observa-se uma mudança de participação em favor da Agropecuária e da Indústria, ocasionado principalmente pelo aumento da produção e rendimento médio do cultivo da soja e cereais.

Desse modo, o Piauí amplia cada vez mais o seu mercado de trabalho abrindo espaço para várias categorias profissionais, inclusive a profissão de Administração pública, que necessita estar capacitado(a) para atuar com sucesso nas atividades que lhe competem (CEPRO, 2022).

4.3 Integração e articulação da Educação à Distância da UFPI ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

A Universidade Federal do Piauí teve sua primeira adesão ao Sistema de Universidade Aberta do Brasil em 2005, com a chamada pública para a seleção de polos municipais de apoio presencial e de cursos superiores de Instituições Federais de Ensino Superior na Modalidade de Educação à Distância. Na oportunidade, a (UFPI) participou do projeto de implantação da Universidade Aberta através do consórcio com a Universidade Estadual do Piauí-UESPI, para a oferta do Curso de graduação em Administração na modalidade à distância, a ter início em 2007 e contando com o apoio financeiro do Banco do Brasil.

Além desse, outros cursos foram ofertados. Através da Portaria nº 867 de 07 de abril de 2006, e dos convênios firmados entre o Governo do Estado do Piauí e as prefeituras municipais, a Universidade Federal do Piauí - UFPI, através da Universidade Aberta do Brasil - UAB, ampliou o seu leque de atuação, inicialmente com a oferta regular de 47 (quarenta e sete) cursos na modalidade à distância, em 08 (oito) áreas: Administração e Sistemas de Informação (bacharelado); Física, Matemática, Pedagogia, Biologia, Química e Filosofia (Licenciatura), todos com turmas de 50 (cinquenta) alunos, 15 (quinze) polos situados em diferentes municípios do Estado do Piauí, cujo início aconteceu entre os meses de julho e setembro de 2007.

No ano de 2009, a universidade passou a ofertar o curso de Administração Pública em convênio com a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí - ALEPI, ofertando um total de 220 (duzentas e vinte) vagas para servidores da-casa e da comunidade, na cidade de Teresina - PI.

Na UFPI, o curso de Bacharelado em Administração Pública teve o seu primeiro vestibular realizado no ano de 2010, com uma oferta de 440 vagas, distribuídas entre os Polos de Apoio Presencial de Água Branca (190), Simplicio Mendes (50), Picos (50), Floriano (100) e Bom Jesus (50). O segundo vestibular foi realizado no ano de 2012, oferecendo 150 vagas, distribuídas entre os Polos de Simplicio Mendes (50), Floriano (50) e Água Branca (50). O terceiro vestibular foi realizado no ano de 2014, onde foram ofertadas 150 vagas para os Polos de Simplicio Mendes (50), Água Branca (50) e Picos (50). O vestibular de 2017 contemplou novos Polos como, São José do Peixe, Luís Correia, Regeneração e União, além de renovar a oferta nos Polos de Simplicio Mendes, Floriano e Bom Jesus, sendo 50 (cinquenta vagas) para cada um dos Polos, num total de 350 (trezentos e cinquenta) novas vagas.

O seletivo de 2020 foi realizado por meio do ENEM, e também contemplou novos polos nas cidades de Altos, Gilbués e Santa Cruz do Piauí, além de renovar a oferta nos Polos de Luís Correia e Simplicio Mendes, sendo 35 (trinta e cinco) vagas para cada um dos polos, totalizando 175 vagas distribuídas em 5 (cinco) Polos de Apoio Presencial.

Para o seletivo de 2025, será ofertado 150 vagas que contemplará novos polos nas cidades de Itainópolis, Redenção do Gurguéia, Marcos Parente, José de Freitas e Valença, assim oferecerá 30 (trinta) vagas para cada um dos polos, no total de 150 vagas distribuídas em 05 polos de Apoio presencial conforme o quadro 1:

Quadro 1 – Polos presenciais e número de vagas ofertadas

Município/ Polo		N. de Vagas
1	Itainópolis	50
2	Redenção do Gurguéia	50
3	Marcos Parente	50
4	José de Freitas	50
5	Valença	50
TOTAL		250

Fonte: autores

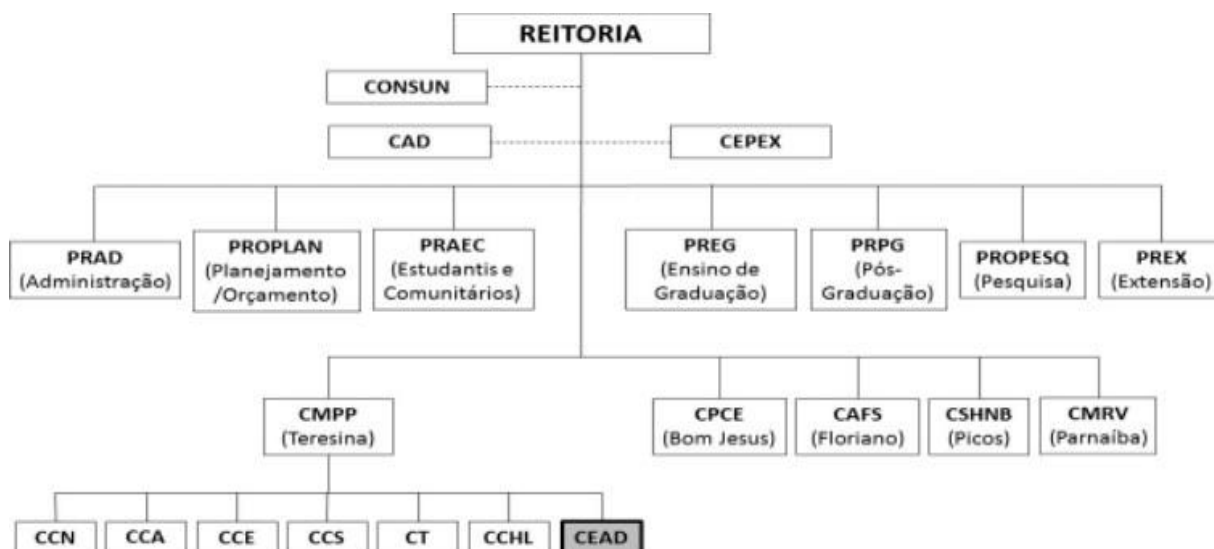
4.4 Aspectos institucionais

A Universidade Federal do Piauí é uma instituição de ensino superior, mantida pela Fundação Universitária Federal do Piauí - (FUFPI), criada pela Lei nº 5.528 de 12 de novembro de 1968, Brasil (1968), com sede na cidade de Teresina - Piauí. A Universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa, gestão financeira e patrimonial, que é exercida na forma da legislação vigente, de seu Estatuto e seu Regimento Geral (UFPI, 1971 a).

A IES é constituída de 11 (onze) unidades de ensino, sendo, 07 (sete) centros situados no *campus* sede em Teresina (Ciências da Natureza, Agrárias, Educação, Humanas e Letras, Saúde, Tecnologia e Educação Aberta e à Distância), 04 (quatro) *campi* no interior do estado (Bom Jesus, Floriano, Parnaíba e Picos), e de 07 (sete) Pró-Reitorias (PRAD, PRAEC, PREG, PROPESQ, PROPLAN, PREX e PRPG) para apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4.5 Organograma da UFPI

Para as definições dos objetivos institucionais, torna-se importante conhecer o contexto da UFPI nas dimensões internas e externas. O modelo de gestão administrativa que norteia o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPI é instrumento para elevar a consciência dos problemas, potencializar os sentidos dos fenômenos e projetar novas possibilidades de construção e, assim, contribuir para a emancipação intelectual e social da comunidade acadêmica.



Fonte: autores (2024)

O estudo avaliativo do contexto interno da UFPI vem sendo realizado pela Comissão Permanente de Avaliação Institucional (CPA), desde o ano de 1999, que analisa as ações desenvolvidas para o cumprimento da missão institucional, a partir das seguintes variáveis: política de inserção da comunidade; política de contratação e capacitação do corpo docente e técnico-administrativo; política de aquisição e manutenção do acervo bibliográfico; compromisso social junto à comunidade acadêmica e à sociedade.

No contexto externo, a UFPI apresenta-se junto à sociedade civil e à comunidade universitária, como uma instituição de elevado índice de credibilidade. Há uma consciência da sua importância para o estado e para o país, que pode ser comprovada pela demanda na procura de ingresso em seus cursos, nas dimensões da graduação, da pós-graduação, da extensão e de outros serviços.

Assim, a UFPI procura cumprir sua missão, ao qualificar profissionais com perfis adequados ao atendimento e às exigências da sociedade contemporânea.

4.6 Missão

É missão da Universidade Federal do Piauí propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, desenvolvendo recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional.

4.7 Princípios e valores

Em sua fundamentação, o PP da UFPI reflete uma perspectiva sobre o mundo e a educação superior, ao mesmo tempo em que explicita o papel da IES e a sua contribuição social nos âmbitos locais, regionais e nacionais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, na busca da articulação entre o real e o desejável.

Trata-se de uma projeção dos valores originados da identidade da instituição, materializados no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento, delineador do horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão.

Fundamentada, nestes pressupostos, a UFPI formulou seu Projeto Pedagógico integrado ao PDI 2020/2024, definindo sua finalidade como IES e assumindo o papel que lhe cabe no desenvolvimento regional sustentável.

4.7.1 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

Esse princípio integra a articulação teoria-prática, demonstrando que o ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação como processo de formação para que se possam compreender fenômenos, relações e movimentos de diferentes realidades e, se necessário, transformar tais realidades. Isso sugere que o educando desenvolva, desde o início do curso, atividades profissionais em Administração Pública, acompanhados diretamente dos seus professores da Universidade.

4.7.2 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade, tem a finalidade de integrar e ao mesmo tempo gerar um conhecimento próprio à luz da interpretação do conteúdo e do domínio das ciências auxiliares. Desta forma, esse princípio deve ser garantido através de uma abordagem intra/transdisciplinar, permitindo o aperfeiçoamento da aprendizagem do aluno, almejando-se a inserção de atividades interdisciplinares, as quais permitirão a visão holística da Administração Pública e a busca de soluções efetivas para problemas relativos à realidade social e ao mercado de trabalho contemporâneo.

4.7.3 Flexibilidade curricular

Esse princípio oferece ao aluno uma composição curricular mais diversificada e ampliada no que tange a sua forma e conteúdo, podendo escolher disciplinas de formação complementar e realizar estudos independentes, a exemplo de monitorias, estágios não obrigatórios, programas de iniciação científica, cursos realizados em áreas afins, participação em eventos científicos no campo da Administração Pública e outras ciências, cursos sequenciais correlatos à área, etc.

4.7.4 Relação orgânica entre teoria e prática

Todo conteúdo curricular do curso deve fundamentar-se na articulação teórico-prática, que representa a etapa essencial do processo ensino-aprendizagem. Adotando este princípio, a prática estará presente em todas as disciplinas do curso, permitindo o desenvolvimento das habilidades para lidar com o conhecimento de maneira crítica e criativa.

Integrar organicamente teoria e prática, significa propor a vivência de situações reais, inserindo o graduando no mundo do trabalho de modo a fomentar a formação de vínculos e co-responsabilidades com os pacientes e seus familiares, bem como com as equipes de serviço de saúde. Isso implica em vivenciar situações simuladas, que permitam o aprendizado de competências sem danos para o paciente, assim como, possa ser permitido que todos os estudantes vivenciem formas de controle de tais situações.

4.8 Outros aspectos

O artigo 3º do Estatuto da Universidade Federal do Piauí, explicita que a instituição tem por objetivo cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado, de forma a:

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- b) Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na formação continuada;
- c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia em consonância com os desafios da sociedade brasileira;
- d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade, e comunicar o saber através do ensino, da publicação de resultados de pesquisas e de outras formas de comunicação.
- e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural, profissional e possibilitar a correspondente concretização e integração dos conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta, uma relação de reciprocidade; e,
- g) Promover extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Para o quinquênio 2020-2024, a UFPI estruturou seu planejamento institucional fortalecendo temas estratégicos e operacionalizando Objetivos e Metas (ver Tabelas 21 a 30), sendo as Estratégias definidas posteriormente a nível tático-operacional por cada unidade hierárquica no Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), o qual terá duração máxima de três anos e seguirá as diretrizes estabelecidas neste PDI.

Os Temas Estratégico foram definidos seguindo o modelo *Top Down*, onde a alta gestão prioriza as diretrizes institucionais e define o cenário de abordagens, sendo elas: Ensino; Pesquisa;

Extensão e Cultura; Gestão e Governança; Tecnologia e Comunicação; Infraestrutura; Sustentabilidade; Gestão de Pessoas; Internacionalização; e Assistência Estudantil.

Os objetivos e metas são orientados conforme o conceito *Bottom Up*, Reis (2019) onde as bases, ou seja, as unidades administrativas, estimam seus planos de trabalho conforme priorizadas as diretrizes institucionais.

4.8.1 Apoio ao Discente

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) dispõe de vários Programas e Serviços de Apoio ao Estudante, sendo estes coordenados por diversas Pró-Reitorias. Ressaltam-se as Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) com as Bolsas de Apoio Estudantil (BAE), acesso a residência universitária, isenções de taxas alimentares no âmbito universitário, Bolsa de Incentivo a Atividades Multiculturais e Acadêmicas (BIAMA), auxílio creche, atendimento odontológico, atendimento psicossocial e pedagógico, apoio pedagógico e Kits Odontológicos para estudantes; Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Programa de Monitoria, Programa de Formação à Docência Superior, Programa de estudantes / Convênio de Graduação (PEC-G), Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES) e Programa de Bolsa Mérito; Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) com o Jovens Talentos para Ciência, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e Iniciação Científica Voluntária (ICV); e a Pró-Reitoria de Extensão (PREX) com Bolsas de Extensão (PIBEX), além de outros serviços como o acesso ao Restaurante Universitário (RU), ao Centro Esportivo Universitário (CEU) e às diversas Bibliotecas Comunitárias distribuídas nos diversos campi, centros e polos de apoio presencial por todo o estado do Piauí.

Dadas as particularidades da forma à distância, nem todos os programas e /serviços oferecidos pela UFPI estão disponíveis para os discentes do curso de Bacharelado em Administração Pública na forma à distância. Entretanto, a UFPI vem realizando constante processo de atualização e adaptação a esta forma de ensino.

Além dos diversos programas de apoio estudantil ofertados pela UFPI, o sistema (EaD) operante no estado do Piauí, a partir do Centro de Educação Aberta e à Distância (CEAD), disponibiliza incentivo à participação em eventos científicos, visitas técnicas, aulas de campo,

monitoria e outros. Assim como, a partir dos polos de apoio presencial, disponibiliza laboratórios de informática, bem como bibliotecas, salas de videoconferência e de aula, sendo todos equipados e adaptados a esta forma de ensino.

A Coordenação do Curso realiza constante apoio pedagógico presencial aos estudantes, por meio de visitas aos polos de apoio presencial, durante as quais são feitas avaliações da satisfação do aluno, incentivo e motivação a participação efetiva do aluno nas atividades do curso. Em todo período são ofertadas disciplinas como repercurso, para que os alunos possam refazer seus estudos em cadeiras acadêmicas ainda pendentes no decorrer do curso.

Como mecanismo de nivelamento e formação inicial, é realizada uma aula inaugural e treinamentos de acesso as utilizações das tecnologias aplicadas à educação à distância, bem como da utilização do ambiente virtual de aprendizagem (plataforma do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, SIGAA) e o conhecimento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

No período dos estágios curriculares, os tutores e coordenadores de estágio orientam os alunos quanto ao preenchimento dos formulários, acompanham os alunos nos estágios curriculares I, II e III e orientam quanto ao preenchimento dos relatórios finais.

O curso dispõe de dois espaços virtuais para divulgação de notícias, editais, eventos e documentos referentes ao curso: o portal do CEAD/UFPI (<http://www.cead.ufpi.br>) e o SIGAA (<https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public.>). Além de tais espaços virtuais, o CEAD possui um periódico (Revista Interação, ISSN 1982-4939), para divulgação de artigos científicos. Os artigos científicos dos alunos também são divulgados em eventos internos e externos (congressos, seminários, simpósios e outros).

Como orientação acadêmica, a UFPI disponibiliza o Guia do Estudante (<http://www.ufpi.br>) com todas as instruções a respeito dos setores da instituição e seu funcionamento, bem como direitos e deveres dos alunos.

O Guia acadêmico possibilita ao aluno o conhecimento da estrutura organizacional, administrativa e acadêmica da UFPI, e fundamenta-se nos seguintes tópicos:

- a) Conhecimento da UFPI;
- b) Estrutura da administração universitária;
- c) Atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- d) Programa e serviços de apoio ao estudante;

- e) Representação universitária;
- f) Resoluções de importância para o conhecimento do aluno;
- g) Calendário acadêmico com o cronograma de encontros presenciais nos polos.

A estrutura física dos polos de apoio presencial estará adaptada para o atendimento prioritário às pessoas portadoras de necessidades especiais (PNEs), de acordo com o que preconiza a legislação vigente e a ABNT quanto ao contexto arquitetônico e urbanístico. Há, ainda, o desenvolvimento de ações para instituir adequadamente a sua política de acessibilidade, em observância ao decreto federal 5.296 de 02/12/2004, Brasil (2004a) e Resolução CEPEX/UFPI nº 54/2017, (UFPI, 2017).

O Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal Piauí (NAU) é um setor que oferece serviços multiprofissionais e tem como finalidade garantir ações de fomento à permanência, desenvolvimento pessoal e aprendizagem de estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) da graduação, a saber: pessoas com deficiência (física, visual, intelectual, psicossocial, auditiva e múltipla), pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) e com altas habilidades/superdotação. Desta forma, a ação do NAU contribui, entre outras coisas, com a diminuição das taxas de evasão desse público e com o desenvolvimento pessoal, emocional e educacional dos/as estudantes PAEE.

O NAU está vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), responsável pela gestão do Programa de Assistência Estudantil (PNAES) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), atuando diretamente com os discentes e prestando apoio e orientação aos docentes e coordenação do curso no processo de inclusão na instituição, porém os alunos da educação à distância não são contemplados com o NAU.

O PNAES é um conjunto de princípios e diretrizes positivados por meio do Decreto nº 7.234/2010, que norteia a implementação de ações para garantir a permanência e a conclusão de curso de graduação pelos/as estudantes universitários, criado com o objetivo de ampliar as condições de permanência na educação superior por meio da democratização, da minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais, da redução das taxas de retenção e evasão, e da contribuição para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Como complementação a essa política de inclusão dos PNEs, a disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ofertada na matriz curricular do curso, é vivenciada na prática nos polos de apoio presencial.

O NAU existe formalmente apenas no Campus Ministro Petrônio Portella em Teresina – PI (Campus sede), nos demais campi, fora da sede, as ações de suporte aos estudantes público-alvo da educação especial são realizadas pelos Núcleos de Assistência Estudantil (NAE), setores que prestam serviço de assistência estudantil. A equipe do NAU é composta por duas assistentes sociais, uma pedagoga e uma psicóloga. As ações envolvem desde a escuta e orientação de discentes e docentes, até a realização de eventos/ciclos de formação e a promoção de atividades culturais ao público-alvo. O NAE não presta assistência estudantil nos polos de educação à distância.

O NAE funciona de segunda-feira a sexta-feira no horário de 08h00 às 12h00 e 13h30 às 17h30. Fica localizado na sede da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC)/UFPI. Site: <https://ufpi.br/quem-somos-nau> e <https://nau.ufpi.edu.br> Telefone: (86) 3215-5649. E-mail: nau.praec@ufpi.edu.br.

Conforme Instrução Normativa nº 2 de 19 de abril de 2017 e atualizações, o discente portador de deficiência tem atendimento educacional especializado com tutor, resguardado por mensalidade adicional de bolsa ao tutor para atendimento de aluno ativo portador de deficiência tal como prevista no inciso III do artigo 2º da Lei nº 10.098/2000 ou no § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.764/2012, concedida mediante requerimento a ser apresentado pela IES e deferido pela DED/CAPES, acompanhado do laudo médico e de plano pedagógico de atendimento especializado.

A UFPI também dispõe do serviço do Laboratório de Acessibilidade e Inclusão (LACI) para suporte aos estudantes público-alvo da educação especial. É um espaço localizado na Biblioteca Central, Jornalista Carlos Castelo Branco, da Universidade Federal do Piauí Campus Ministro Petrônio Portella (Teresina – PI) que dispõe de recursos acessíveis e tecnologias assistivas para as pessoas com deficiência da UFPI, de outras Instituições e da comunidade externa com a finalidade de promover a educação inclusiva.

O LACI é gerenciado pelo Núcleo de Acessibilidade da UFPI (NAU), vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) em parceria com a Biblioteca Central e funciona de Segunda a Sexta das 8h00 às 17h00. O referido Laboratório é equipado com computadores adaptados com softwares leitores de tela (DOSVOX e NVDA), teclado colmeia e mouse com acionador de pressão, scanners, fone de ouvido, linha Braille, TV, máquinas de escrever Braille, kit lupas manuais, soroban, reglete, geoplano, televisão, impressora Braille, dentre outros recursos. Além disso, também dispõe de acervo acessível com material impresso em braile e com acervo digital da Biblioteca Digital Dorina Nowill (DORINATECA).

O NAU por meio de sua equipe técnica e através do LACI presta suporte aos/às estudantes surdos/as, desde o fornecimento de bolsas aos mesmos até o suporte com recursos humanos, como os auxiliares acadêmicos da Bolsa de Inclusão Social – BINCS-ES (estudantes bolsistas com habilidade em LIBRAS que recebem benefício para prestar assessoria/orientação acadêmica e adaptação de material). Vale ressaltar que esses bolsistas são acompanhados diretamente pela equipe e também recebem formação.

O NAU disponibiliza de forma direta apoio aos/às estudantes surdos/as (atendimento profissional - pedagoga, psicóloga e assistente social/benefícios); direitos regulamentados institucionalmente via Resolução CEPEX UFPI no 076/2019; suporte via Núcleo com ação direta junto aos docentes e coordenações de curso (Atendimentos/orientações individualizadas, reuniões, ciclos de formação, oficinas, palestras e adaptação de materiais). Acompanhamento junto à Prefeitura Universitária (PREUNI) para melhorias de acessibilidade arquitetônica aos estudantes.

No entanto, a instituição ainda requer adaptações e este Núcleo está sempre mediando junto à PREUNI, a fim de solucionar as demandas dos discentes, pois em muitos espaços ainda requer adequações de acordo com a norma ABNT, principalmente nos espaços mais antigos. Além do exposto, ressaltamos as ferramentas explicitadas acima no LACI.

O NAU atua sempre em parceria com o curso de Letras Libras – cuja coordenação vincula-se diretamente com os intérpretes da universidade - que detêm a maior demanda de surdos hoje na instituição e através do recurso do Incluir auxiliou na estruturação do laboratório de adaptação de material e edição de vídeo com uma câmera profissional. Disponibiliza suporte em inclusão digital através da disponibilização de internet e/ou equipamento tecnológico e/ou tecnologia assistiva individualizada através de auxílios fornecidos pela PRAEC como o Auxílio Inclusão Digital: Modalidade I (Acesso à internet) e Auxílio Inclusão Digital: Modalidade II para Aquisição de Equipamento ou tecnologia assistiva.

5. Concepção do Curso Administração Pública a distância

A sociedade contemporânea, caracterizada por aceleradas e permanentes mudanças, exige reestruturações constantes que permitem acompanhar o progresso da ciência e da tecnologia, considerando ao mesmo tempo, o homem como peça chave na evolução. Todas as instituições, em particular as de Ensino Superior, devem permanecer atentas para entender os sinais e buscar as adaptações e reformulações necessárias, descobrindo novas possibilidades e recursos para enfrentar

os desafios deste milênio

O curso de Administração da Universidade Federal do Piauí - UFPI/Centro de Educação Aberta e à Distância-CEAD, utilizou como ponto de partida para sua concepção a diversidade cultural do Estado do Piauí.

Devido à situação econômica baseada nos setores de serviços e governamental, a UFPI, sintonizada com esta demanda, propõe um curso voltado para as necessidades do mercado cada vez mais competitivo.

O Curso de Administração Pública apoia-se no tripé ensino, pesquisa e extensão, visando a transmissão de conhecimentos, a fundamentação científica e as práticas profissionais entrelaçadas às demandas sociais.

5.1 Diretrizes metodológicas para formação do Curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- II. promover permanente desenvolvimento dos recursos humanos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o pensamento autônomo, a curiosidade e a criatividade;
- III. selecionar temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas diferentes esferas locais e regionais;
- IV. adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdo, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários; e
- V. nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que

resgate e valorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de resolvê-los.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formações que privilegiem competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

De acordo com as DCNs, são princípios fundamentais a serem observados nos cursos de bacharelado em Administração Pública:

- I. O *ethos* republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela *res pública* e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;
- II. A flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los a seu contexto e vocações regionais;
- III. a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

Considera-se a avaliação como parte indissociável ao processo educativo, tendo caráter diagnóstico, processual, cumulativo e formativo. Neste projeto, justifica-se a importância da avaliação no processo educativo com base nos seguintes aspectos:

- Compreensão do processo de ensino-aprendizagem em desenvolvimento;
- Identificação dos saberes construídos ou em construção pelos estudantes;
- Revisão das metodologias de ensino adotadas pelo professor;
- Conhecimento da atuação docente e, quando necessário, indicar uma possível mudança de atitude por parte dos atores envolvidos;
- Reconhecimento da relação de comprometimento com o processo educativo

entre professores e estudantes.

Metodologia de avaliação da aprendizagem: Três unidades + prova final

Peso da primeira unidade (prova) – 60%

Peso da segunda unidade (atividades on-line) – 20%

Peso da terceira unidade (trabalho) – 20%

5.2 Dimensões de formação

A formação e o perfil do administrador público serão expressos por meio de duas dimensões:

- A epistemológica, que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública; e
- profissionalizante, que diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

5.3 Concepção pedagógica do Curso

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais visando o desenvolvimento socioeconômico.

Para tanto, o curso contempla o estudo das teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além da formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexões, de

busca de inovações, de prospecções e criações de caminhos próprios que possam suprir as necessidades das gestões públicas, e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

- I. transversalidade – os conteúdos, sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinados temas;
- II. atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços.

Ainda, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – de inclusão obrigatória neste projeto, conforme artigo 6º, inciso XI, das DCNs do Bacharelado em Administração pública – poderá ser elaborado nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

O TCC está estruturado em duas disciplinas de 60 horas cada, sendo a primeira prevista para contemplar discussão metodológica e elaboração do projeto de TCC. Na segunda disciplina, espera-se o desenvolvimento do que foi elaborado na disciplina anterior e que seus resultados sejam submetidos à avaliação.

5.3.1 Objetivo geral

Formar profissionais com uma visão histórica e interdisciplinar de Administração Pública capaz de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando e assessorando com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo pró-ativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento nacional e a construção de uma

sociedade igualitária.

5.3.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos do curso são:

- a) Oportunizar a conscientização dos discentes para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, desenvolvendo-os como seres humanos e como futuros profissionais da gestão pública.
- b) Propiciar formação integral dos graduandos, de tal forma a permitir-lhes pesquisar, criticar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações, técnicas e ferramentas inovadoras no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e as normas éticas a que está sujeita a gestão pública.
- c) Formar profissionais capazes de atuar com dinamismo e aplicar práticas emergentes no contexto atual de transformações, no âmbito interno e externo das organizações públicas.
- d) Capacitar os discentes para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais próprias do setor público, considerando a função social que deve exercer, desenvolvendo e aplicando técnicas e ferramentas criativas/inovadoras que sejam capazes de utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento na gestão pública e que sirvam de referência e reflexão para outras iniciativas que venham aprimorar os serviços prestados à sociedade.
- e) Assegurar aos discentes, por meio de formação sólida que lhes deem um embasamento de cultura geral, uma visão holística de suas realidades nas dimensões humanística e técnica, preparando-os para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania, através de estratégias inovadoras de ensino, pesquisa e extensão.
- f) Qualificar futuros profissionais da gestão pública, envolvendo-se com decisões, estratégias, que tenham por base padrões de excelência da administração pública

em todo o mundo, frente às mudanças e compromissos com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade.

- g) Preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores no contexto do setor público e capacitar trabalhadores(as) já inseridos(as) no mercado para atuação na gestão pública.
- h) Despertar no profissional o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar os mais diferentes desafios e necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para buscar mudanças efetivas na realidade das organizações públicas, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

5.4 Perfil do egresso

O curso de Administração Pública da Universidade Federal do Piauí -UFPI, está organizado visando à formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, dos temas contemporâneos da gestão pública, do estágio supervisionado e do TCC, a formação de competências que preparem o egresso para os desafios da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional detentor de amplo conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do tema da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente às afins, sem perder de vista suas correlatas, uma vez que, qualquer que seja o objeto de trabalho ele estará inserido no contexto integral da sociedade.

Para atender às expectativas da sociedade emergente, o curso de Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e atual, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seu trabalho, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O curso de Bacharelado em Administração Pública proposto pela (UFPI) deverá propiciar

formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuarem como políticos, administradores, gestores públicos ou assessores no setor público estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas. Nesse viés, o curso deverá possibilitar as seguintes competências e habilidades de:

- I. reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II. apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- III. desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- IV. estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública, desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- V. expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressões e comunicações adequadas aos processos de negociações e às comunicações interinstitucionais;
- VI. ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças;
- VII. atuar como ator consciente e crítico de sua realidade.

O perfil do egresso previsto contempla a capacidade deste em:

- I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural em que está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e

interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre governo e sociedade civil;

- III. empreender e promover transformações de conteúdo interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do serviço público e de sua função social;
- IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
- V. promover com determinação, vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
- VI. liderar processos de mudanças das desigualdades e de exclusão econômica e social;
- VII. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando ao bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilitem a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas e da sociedade;
- VIII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos, e exercer em diferentes graus de complexidade o processo da tomada de decisão;
- IX. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- X. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores quantitativos e qualitativos presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e
- XI. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

O CEAD/UFPI oferta para o egresso, o Mestrado Profissional em Administração Pública-

PROFIAP, que é uma pós-graduação stricto sensu profissional oferecido nacionalmente, que prevê 600h de atividades didáticas, correspondentes a 40 créditos, englobando disciplinas obrigatórias, incluindo o Trabalho de Conclusão Final (TCF), e disciplinas eletivas.

5.5 Organização curricular

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos, de formação básica, profissional e complementar, revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras, e comprometem-se com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como, com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

Os conteúdos de formação básica contemplam:

- I. assuntos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciências Políticas, de Economia, de Direito e de Sociologia;
- II. estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às Tecnologias da Comunicação e da Informação;
- III. a capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; e
- IV. as diferentes áreas disciplinares, a realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiro.

Os conteúdos de formação profissional contemplam:

- I. estudos sobre governos e políticas públicas comparadas;
- II. estudos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos;
- III. disciplinas de conteúdos profissionais abordados de forma a não dissociar o ensino da pesquisa e da extensão.

Os conteúdos de formações complementares, contemplam estudos de caracteres transversais e interdisciplinares para o enriquecimento dos perfis dos formandos por meio das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública e das atividades complementares.

As disciplinas eletivas da Ipes I - O poder nas organizações e Ipes II - O processo decisório nas organizações públicas integram um dos conteúdos de formação descritos acima. Essas disciplinas, inseridas na carga horária obrigatória da matriz curricular do curso, visam atender às especificidades determinadas no Programa Nacional de Administração Pública-PNAP.

5.6 Carga horária

A carga horária total do curso contempla 3.120 horas.

5.7 Matriz curricular

A matriz curricular foi elaborada em conformidade com a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), n. 1, de 13/01/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado. Os componentes curriculares desta matriz estão distribuídos em oito módulos e são de natureza:

- I. Obrigatória – conteúdos considerados mínimos para a formação em Administração Pública, incluída à carga horária destinada ao TCC (120 horas) e ao Estágio Supervisionado (180 horas), totalizando 2.550 horas;
- II. Optativa – compreende as disciplinas de Direito e Legislação Tributária, Gestão de Operações e Logística I, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Marketing e Sociedade, Redação Oficial e Tópicos Especiais de Gestão Municipal. Desse conjunto de disciplinas, o aluno deverá cursar e ter aproveitamento em 3 disciplinas, cada uma com 30 horas, totalizando 90 horas. Essas disciplinas deverão ser ofertadas nos Módulos III, IV e VIII;
- III. Eletiva – conteúdos que remetem a temas emergentes, possibilitando um enriquecimento cultural e/ou aprofundando a atualização de conhecimentos específicos, bem como adequação da formação do gestor público à demanda regional, totalizando 60 horas. Das 60 horas, 30 horas serão utilizadas para ACEs. Tais disciplinas, embora regidas pelo Programa Nacional de Administração Pública-PNAP, no contexto da UFPI estão inseridas na matriz curricular de natureza obrigatória e descritas na grade das disciplinas da curricularização da extensão.

IV. Atividades Complementares – demais atividades do curso totalizando 120 horas, conforme regulamento próprio de cada Ipes.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Bacharelado em Administração Pública está representada a seguir:

Quadro 2 – Resumo da distribuição da carga horária

Conteúdos	Créditos	Carga horária	%
Disciplinas obrigatórias	170	2550	81,73
- Conteúdos de Formação Básica (FB)	46	690	22,12
- Conteúdos de Formação Profissional (FP)	118	1.770	56,73
- Conteúdos de Formação Complementar (FC)	6	90	2,88
Demais disciplinas	10	150	4,81
- Disciplinas eletivas	4	60	1,92
- 3 Disciplinas optativas	6	90	2,88
TCC	8	120	3,85
Estágio Supervisionado	12	180	5,77
Atividades Complementares	8	120	3,85
Carga horária total do Curso	208	3120	100

As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) são incluídas nas disciplinas obrigatórias, eletivas e TCC I, equivalente a 10% da carga horária total.

As disciplinas que integram a matriz curricular do curso de Administração Pública da UFPI, estão especificadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Matriz curricular do curso de Bacharelado em Administração Pública¹

1º MÓDULO							
Código	Disciplina	N	CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
BAP/CEAD001	Filosofia e Ética	4	(4.0.0)	60	FB	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD002	Teorias da Administração I	4	(4.0.0)	60	FB	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD003	Introdução à Economia	4	(4.0.0)	60	FB	Geral	Obrigatória
Novo componente	Métodos e técnicas de estudos	2	(1.0.0.1)	30	FB	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD005	Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	2	(2.0.0)	30	FB	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD006	Psicologia Organizacional	4	(4.0.0)	60	FB	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD007	Ciência Política	2	(2.0.0)	30	FB	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD008	Introdução à EaD	2	(2.0.0)	30	FC	Geral	Obrigatória
2º MÓDULO							
Código	Disciplina	N	CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
BAP/CEAD009	Instituições de Direito Público e Privado	4	(4.0.0)	60	FB	Geral	Obrigatória

BAP/CEAD010	Contabilidade Geral	4	(4.0.0)	60	FB	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD011	Macroeconomia	4	(4.0.0)	60	FB	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD012	Matemática para Administradores	4	(4.0.0)	60	FP	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD013	Administração Pública	4	(4.0.0)	60	FP	Pub.	Obrigatória
Novo componente	Sociologia Organizacional	4	(2.0.0.2)	60	FB	Geral	Obrigatória
Novo componente	Temas Contemporâneos da Gestão Pública I	2	(0.0.0.2)	30	FC	Pub.	Obrigatória
3º MÓDULO							
Código	Disciplina	N	CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
BAP/CEAD016	Administração Pública Brasileira	4	(4.0.0)	60	FP	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD017	Estatística Aplicada à Administração	4	(4.0.0)	60	FP	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD018	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	4	(4.0.0)	60	FP	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD019	Teoria das Finanças	4	(4.0.0)	60	FP	Pub.	Obrigatória

	Públicas						
BAP/CEAD020	Matemática Financeira	2	(2.0.0)	30	FP	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD021	Gestão Social e Participação Popular	4	(2.0.0.2)	60	FP	Geral	Obrigatória
	Optativa I*	2	(2.0.0)	30	FP	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD022	Temas Contemporâneos da Gestão Pública II	2	(0.0.0.2)	30	FC	Pub.	Obrigatória
4º MÓDULO							
Código	Disciplina	N	CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
BAP/CEAD026	Direito Administrativo	4	(4.0.0)	60	FB	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD027	Planejamento Governamental	4	(2.0.0.2)	60	FP	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD028	Metodologia de Estudo e de pesquisa em Administração	4	(4.0.0)	60	FP	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD029	Organização, Sistemas e Métodos	4	(4.0.0)	60	FP	Geral	Obrigatória

BAP/CEAD030	Decisão e Informação na Gestão Pública	4	(4.0.0)	60	FP	Pub.	Obrigatória
	Optativa II*	2	(2.0.0)	30	FP	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD031	Temas Contemporâneos da Gestão Pública III	2	(0.0.0.2)	30	FC	Pub.	Obrigatória
5º MÓDULO							
Código	Disciplina	N	CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
BAP/CEAD036	Estratégia nas Organizações Públicas	4	(4.0.0)	60	FP	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD037	Gestão de Pessoas no Setor Público	4	(2.0.0.2)	60	FP	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD038	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	4	(4.0.0)	60	FP	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD039	Economia Brasileira	4	(4.0.0)	60	FB	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD040	Governo Eletrônico	2	(1.0.0.1)	30	FP	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD041	Gestão do Conhecimento	4	(4.0.0)	60	FP	Pub.	Obrigatória

BAP/CEAD042	Estágio Curricular Supervisionado I	4	(0.0.4)	60	-	-	Obrigatória
6º MÓDULO							
Código	Disciplina	N	CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
BAP/CEAD043	Gestão de Projetos Públicos	4	(4.0.0)	60	FP	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD044	Orçamento Público	4	(4.0.0)	60	FP	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD045	Políticas Públicas	4	(4.0.0)	60	FP	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD046	Licitação, Contratos e Convênios	4	(4.0.0)	60	FP	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD047	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	4	(2.0.0.2)	60	FP	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD048	Eletivas da Ipes I – O poder nas organizações	2	(1.0.0.1)	30	-	-	Obrigatória
BAP/CEAD049	Estágio Curricular Supervisionado II	4	(0.0.4)	60	-	-	Obrigatória
7º MÓDULO							
Código	Disciplina	N	CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	

BAP/CEAD050	Auditoria e controladoria	4	(4.0.0)	60	FP	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD055	Eletivas da Ipes II – O processo decisório nas organizações públicas	2	(1.0.0.1)	30	-	-	Obrigatória
BAP/CEAD056	Estágio Curricular Supervisionado III	4	(0.0.4)	60	-	-	Obrigatória
BAP/CEAD054	Gestão da qualidade no Setor Público	2	(2.0.0)	30	FP	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD053	Inovação na Administração Pública	4	(4.0.0)	60	FP	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD052	Negociação e Arbitragem	4	(4.0.0)	60	FP	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD051	Regulação de Serviços Públicos	2	(2.0.0)	30	FP	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD057	TCC I	4	(3.0.0.1)	60	-	-	Obrigatória
8º MÓDULO							
Código	Disciplina	N	CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	

BAP/CEAD062	Cooperação Internacional	4	(4.0.0)	60	FP	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD061	Empreendedorismo governamental	2	(2.0.0)	30	FP	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD060	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	2	(2.0.0)	30	FP	Pub.	Obrigatória
BAP/CEAD059	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4	(4.0.0)	60	FP	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD058	Responsabilidade Social e Terceiro Setor	4	(4.0.0)	60	FP	Pub.	Obrigatória
	Optativa III*	2	(2.0.0)	30	FP	Geral	Obrigatória
BAP/CEAD063	TCC II	4	(4.0.0)	60	-	-	Obrigatória
OPTATIVAS							
Código	Disciplina	N	CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
BAP/CEAD023	Redação Oficial	2	(2.0.0)	30	FB	Geral	Optativa
BAP/CEAD024	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	2	(2.0.0)	30	FB	Geral	Optativa
BAP/CEAD025	Marketing e Sociedade	2	(2.0.0)	30	FB	Geral	Optativa
BAP/CEAD032	Gestão de	2	(2.0.0)	30	FP	Geral	Optativa

	Operações e Logística I						
BAP/CEAD033	Direito e Legislação Tributária	2	(2.0.0)	30	FB	Pub.	Optativa
BAP/CEAD034	Tópicos especiais de gestão municipal	2	(2.0.0)	30	FP	Pub.	Optativa
BAP/CEAD035	Análise e prospecção de problemas nacionais	2	(2.0.0)	30	FP	Pub.	Optativa

Legenda: N - números de créditos; CR – Créditos; FB – Conteúdos de Formação Básica; FP – Conteúdos de Formação Profissional. FC - Formação complementar. (*Sugere-se que a disciplina Introdução à EaD seja ofertada como primeira atividade do curso, sendo esta uma iniciativa para facilitar a ambientação do aluno.

¹ As disciplinas obrigatórias e optativas são ofertadas pela chefia do Curso de Bacharelado em Administração Pública PNAP/CEAD/UFPI.

* As disciplinas optativas são ofertadas mediante a escolha da Coordenação do Curso em cada período, conforme a decisão do colegiado do curso.

5.8 Conteúdo programático

O ementário das disciplinas está definido no Anexo B.

5.9 Disciplinas eletivas

São disciplinas ofertadas a partir do Módulo VI, cujos conteúdos remetem a temas emergentes, que possibilitem enriquecimento cultural e/ou aprofundar e/ou atualizar conhecimentos específicos, bem como adequar a formação do gestor público à demanda regional. Os alunos devem escolher as disciplinas eletivas dentre as que já são ofertadas pela Ipes.

A escolha das disciplinas eletivas a serem ofertadas em cada módulo do curso de

Administração Pública será feita levando-se em consideração o perfil apresentado pelo corpo discente.

As disciplinas: “O poder nas organizações” escolhidas pelo NDE como Eletiva da Ipes I e “O processo decisório nas organizações” como Eletivas da Ipes II, obedecem ao descrito no Programa Nacional de Administração Pública - PNAP. Tais disciplinas serão ofertadas pelo próprio curso de administração pública e possuem uma carga horária de 30h. Ambas as disciplinas eletivas terão 30h de teoria e 30 horas de ACEs conforme previsto na matriz curricular do curso.

5.10 Temas Contemporâneos na Gestão Pública

Para a formação integral do profissional da Administração Pública, há também, na estrutura curricular do curso, as disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública, com as ementas a serem definidas por cada Ipes.

As disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública serão utilizadas para ACEs e espera-se que, nessas disciplinas, possam ser tratadas questões emergentes, regionais e de atualização relacionadas à gestão pública.

5.11 Estágio Supervisionado

As práticas de estágio do Curso de Administração Pública da UFPI, no âmbito da Educação à Distância, podem ser de dois tipos: não obrigatórias e obrigatórias. Ambas serão cumpridas de acordo com as normas institucionais vigentes e o conjunto normativo legal, tomando por base suas especificidades.

Na primeira modalidade, também conhecido como estágio não obrigatório, diferencia-se por ser desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária curricular e obrigatória do curso, solicitado e autorizado a partir do 4º período, devidamente cadastrado na Divisão de Estágio Não Obrigatório da Coordenadoria Geral de Estágio (CGE), ofertado por concedente devidamente conveniada com a UFPI e acompanhado por professor efetivo orientador e supervisor da parte concedente (Resolução CEPEX/UFPI nº 664/2024).

Na segunda modalidade, o estágio supervisionado totaliza 180 horas, cumpridos no (5º, 6º e 7º) períodos, com 60 horas cada, de acordo com o Regimento de Estágio do Curso de Administração Pública da UFPI (conforme anexo D), observados os regulamentos normativos da instituição

(Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012) e o conjunto normativo legal que rege o tema (Lei nº 11.788 de 25/09/2008).

Em ambos os casos, trata de uma atividade que deverá ser estruturada de acordo com a Resolução CNE 001/2014, que estabelece as diretrizes curriculares do curso de Administração Pública, bacharelado, em especial em seu artigo 7: “O projeto pedagógico do curso deverá disciplinar o estágio supervisionado, sob várias formas, desde estágio propriamente dito até imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades, com base em regulamento próprio de cada Instituição de Educação Superior”.

5.12 Atividades Complementares

As atividades complementares constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática, e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e das habilidades necessárias à sua formação. As atividades complementares compreendem 120h, correspondentes a 4% da carga horária total do curso e são regulamentadas pela UFPI. A oferta das atividades será de livre escolha de cada IPES, mediante Resolução CEPEX/UFPI nº 177/2012. Diante disso estabeleceu-se que o curso de administração pública terá as seguintes atividades complementares:

Quadro 4 – Categoria: Atividade de iniciação à docência e à pesquisa

CATEGORIA: ATIVIDADE DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E À PESQUISA CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = até 180 horas CH máxima da categoria no currículo = 180h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Documentos comprobatórios
Código	Atividade	Descrição			
Novo componente	Monitoria por disciplina no período letivo	Monitoria no curso por período letivo/participação em pesquisas e projetos institucionais, PIBID,	20 (vinte) horas	60 (sessenta) horas	Relatório do professor orientador ou declarações dos órgãos/unidades competentes.

		PET			
Novo componente	Iniciação científica	Iniciação científica com bolsa e sem bolsa	20 (vinte) horas	60 (sessenta) horas	Relatório do professor orientador ou declarações dos órgãos/unidades competentes.
Novo componente	Participação em grupos de estudos ou pesquisas	Participação em grupos de estudos ou pesquisas, sob a supervisão do professor ou de alunos dos cursos de mestrado ou doutorado da UFPI	20 (vinte) horas	60 (sessenta) horas	Relatório do professor orientador ou declarações dos órgãos/unidades competentes.

Fonte: Comissão de reformulação do PPC (2023)

Quadro 5 – Categoria: visitas técnicas

CATEGORIA: VISITAS TÉCNICAS CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = até 10 horas CH máxima da categoria no currículo = 10h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Documentos comprobatórios
Código	Atividade	Descrição			
Novo componente	Visita técnica	Participação em visita técnica	05 (cinco) horas	10 (dez) horas	Relatório do professor orientador ou declarações dos órgãos/unidades competentes.

Fonte: Comissão de reformulação do PPC (2023)

Quadro 6 - Categoria: Atividades de apresentação e /ou organização de eventos gerais

CATEGORIA: ATIVIDADES DE APRESENTAÇÃO E/OU ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS GERAIS CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = até 60 horas CH máxima da categoria no currículo = 60h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Documentos comprobatórios
Código	Atividade	Descrição			
Novo componente	Participação em eventos nacionais/internacionais como apresentação ou organizador de eventos.	Atividades de apresentação ou organização de eventos gerais: congressos, seminários, conferências, palestras, fóruns, semanas acadêmicas	20 (vinte) horas	60 (sessenta) horas	Certificado de participação, apresentação de relatórios e/ou declarações dos órgãos/unidades competentes.
Novo componente	Participação em eventos regionais com apresentação ou organizador de eventos.	Participação como ouvinte em cursos presenciais e on-line, congressos, seminários, conferências, palestras, fóruns, semanas acadêmicas.	10 (dez) horas	20 (vinte) horas	Certificado de ouvinte ou declarações dos órgãos/unidades competentes

Fonte: Comissão de reformulação do PPC (2023)

Quadro 7 – Categoria: Experiências profissionais ou complementares

CATEGORIA: EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS OU COMPLEMENTARES CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = até 120 horas CH máxima da categoria no currículo = 120h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Documentos comprobatórios
Código	Atividade	Descrição			

Novo componente	Estágio não obrigatório, estágio em empresa júnior e em projetos sociais.	Realização de estágio não obrigatório cadastrado na Coordenação Geral de Estágio (CGE), realização de estágio em empresa júnior ou incubadora de empresa, participação em projeto social governamental e não governamental e participação em programa de bolsa da UFPI.	40 (quarenta) horas	120 (cento e vinte) horas	Termo de compromisso e certidão de estágio não obrigatório é emitida pela CGE, atestados de participações e/ou apresentações de relatórios técnicos.
Novo componente	Experiência profissional em gestão pública.	Experiência profissional em setores públicos ou empresas prestadoras de serviços a órgãos públicos	120 (cento e vinte) horas	120 (cento e vinte) horas	Declarações de tempo de serviços, atestado que comprovem a carga horária mínima.

Fonte: Comissão de reformulação do PPC (2023)

Quadro 8 – Categoria: Trabalhos publicados e aprovação em concursos

CATEGORIA: TRABALHOS PUBLICADOS E APROVAÇÃO EM CONCURSOS					
CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = até 90 horas					
CH máxima da categoria no currículo = 90h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH Máxima aproveitada	Documentos comprobatórios
Código	Atividade	Descrição			
Novo		Trabalhos	30 (trinta)	90	Cópias dos

componente	Trabalhos publicados em eventos regionais, nacionais e internacionais	publicados em revistas indexadas, jornais e anais, bem como apresentações de trabalhos em eventos científicos e aprovação ou premiação em concursos.	horas	(noventa) horas	artigos publicados, certificados e outros documentos comprobatórios.
------------	---	--	-------	-----------------	--

Fonte: Comissão de reformulação do PPC (2023)

Quadro 9 – categoria: Atividades de extensão

CATEGORIA: ATIVIDADES DE EXTENSÃO CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = até 90 horas CH máxima da categoria no currículo = 90h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Documentos comprobatórios
Código	Atividade	Descrição			
Novo componente	Projeto, programa evento e curso de extensão	Cursos de extensão à distância, estudos realizados em programas de extensão e participação em projetos de extensão	30 (trinta) horas	90 (noventa) horas	Atestados ou certificados de participação, e apresentação de relatórios e projetos registrados na Pró-Reitoria de Extensão (PREX).

Fonte: Comissão de reformulação do PPC (2023)

Quadro 10 – categoria: vivências de gestão

CATEGORIA: VIVÊNCIAS DE GESTÃO CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = até 40 horas CH máxima da categoria no currículo = 40h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Documentos comprobatórios
Código	Atividade	Descrição			

Novo componente	Representação estudantil	Participação em órgãos colegiados da UFPI, participação em comitês ou comissões de trabalho na UFPI, não relacionados a eventos, e participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria.	20 (vinte) horas	40 (quarenta) horas	Atas de reuniões das quais o aluno participou, declaração do órgão/unidade competente, outros atestados de participação e apresentação de relatórios.
-----------------	--------------------------	---	------------------	---------------------	---

Fonte: Comissão de reformulação do PPC (2023)

Quadro 11 - Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas

CATEGORIA: ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS E ESPORTIVAS E PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = até 90 horas CH máxima da categoria no currículo = 90h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Documentos comprobatórios
Código	Atividade	Descrição			
Novo componente	Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas	Participação em grupos de arte, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção ou elaboração de vídeos, softwares, exposições e programas radiofônicos.	30 (trinta) horas	90 (noventa) horas	Atestados de participação, apresentação de relatórios e trabalhos produzidos.

Fonte: Comissão de reformulação do PPC (2023)

Quadro 12 – categoria: Disciplina eletiva ofertada por outro curso desta instituição ou por outras instituições de educação superior

CATEGORIA: DISCIPLINA ELETIVA OFERTADA POR OUTRO CURSO DESTA INSTITUIÇÃO OU POR OUTRAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR CH máxima da categoria (Resolução CEPEX 177/12) = até 60 horas CH máxima da categoria no currículo = 60h					
COMPONENTE			CH mínima aproveitada	CH máxima aproveitada	Documentos comprobatórios
Código	Atividade	Descrição			
Novo componente	Disciplinas Eletivas I e Matemática Básica.	Disciplinas Eletivas I e Matemática Básica	20 (vinte) horas	60 (sessenta) horas	Histórico escolar

Fonte: Comissão de reformulação do PPC (2023)

5.13 Atividades curriculares de extensão

As atividades Curriculares de Extensão (ACEs), compreendida como um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, com a intencionalidade transformadora entre universidade e os diversos setores da sociedade, está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 no mínimo, com 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos nos cursos de graduação, por meio de programas e projetos de extensão em áreas de pertinência social.

De acordo com a Resolução n.º 07/2018, do CNE/CES, em seu artigo 3º, a:

[...] extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 2018, [n.p.]).

Ainda segundo a referida Resolução, no art. 7º, são consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas

institucionais próprias (BRASIL, 2018).

De acordo com a Resolução n.º 07/2018, do CNE/CES, as Atividades Curriculares de Extensão devem compor o mínimo de 10% da carga horária do curso, devendo, portanto, fazer parte da matriz curricular do curso. Assim, é exigido do discente uma integralização curricular de 300 horas referentes às ACE. Em conformidade com o art. 4º (Resolução n.º 53/2019 CEPEX/UFPI), são consideradas Atividades Curriculares de Extensão aquelas cadastradas na Pró-Reitoria de extensão e cultura - PREXC nas seguintes modalidades:

- I. Programas de extensão;
- II. Projetos de extensão;
- III. Curso de extensão;
- IV. Eventos de extensão;
- V. Prestação de serviços à comunidade externa;

Atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina, mas como ACE.

As Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) do curso de Bacharelado em Administração pública do CEAD/UFPI são regidas pelas Resoluções n.º 53/2019 e n.º 297/2022, do CEPEX/UFPI, as quais regulamentam a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Nesse sentido, para a conclusão do Curso de Administração pública, cabe ao discente a obrigatoriedade de integrar uma carga horária de 315h de ACEs, cumprindo a exigência mínima de 10% da carga horária total do Curso, correspondente a 3.120 h. Compete ao curso de Bacharelado em Administração pública, a oferta de Atividades Curriculares de Extensão aos seus discentes, o que será feito por meio de disciplinas obrigatórias de acordo com o Quadro 15 que apresenta a proposta da distribuição da carga horária das Disciplinas de Extensão, por período, para o curso de Bacharelado em Administração pública do CEAD/UFPI.

Quadro 15 - Disciplinas da curricularização da extensão por período

Período	CH total	CH de ensino	CH de extensão	Disciplinas de extensão obrigatórias e eletivas
1	30	15	15	Métodos e Técnicas de Estudos

2	60 30	30 -	30 30	Sociologia Organizacional Temas Contemporâneos na Gestão Pública I
3	60 30	30 -	30 30	Gestão Social e Participação Popular Temas Contemporâneos na Gestão Pública II
4	60 30	30 -	30 30	Planejamento Governamental Temas Contemporâneos na Gestão Pública III
5	60 30	30 15	30 15	Gestão de Pessoas no Setor Público Governo Eletrônico
6	60 30	30 15	30 15	Análise e Avaliação de Políticas Públicas Eletiva I
7	60 30	45 15	15 15	TCC I Eletiva II
8	-	-	-	

Fonte: autores

Os discentes serão protagonistas das atividades de extensão com a orientação e coordenação do docente, os discentes irão planejar, organizar e participar de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços à comunidade. Serão ofertadas treze (13) componentes curriculares obrigatórias e eletivas, totalizando 315h. Vale ressaltar que as atividades de extensão, para serem integralizadas como componentes curriculares obrigatórios, deverão:

- I. ter os estudantes como executores das ações,
- II. ter público-alvo, os segmentos sociais e as comunidades externas à UFPI,
- III. ser realizadas presencialmente, diferenciando assim, das atividades de extensão a serem integralizadas como "atividade complementar" que poderá ter o aluno como público e ser realizada na modalidade à distância.

6. Estrutura Administrativo-Pedagógica

Estamos vivendo um período histórico de “crise, e de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo reavaliados, enquanto outras perspectivas estão surgindo.

As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente das práticas no campo dos processos de ensinar e aprender, e da Administração Pública.

Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, do currículo aberto, das redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações. No campo da Administração, fala-se de proatividade, de empowerment, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino, a aprendizagem e os processos formativos profissionais. Para tal, exige uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”.

Dessa forma, trata-se de uma ação mais ampla e coletiva, na qual todos os participantes do processo ensino-aprendizagem estão envolvidos, direta ou indiretamente — desde a equipe que concebeu e elaborou o PPC até os estudantes e orientadores, que são sujeitos ativos na execução desse projeto; de quem vai conceber e elaborar o material didático até quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor); do autor ao tecnólogo educacional (instrucional designer); do editor ao artista gráfico (web designer) e assim por diante.

Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública à distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- o estudante, matriculado no curso e que irá estudar “à distância”;

- professores autores, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs);
- professores formadores, responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- professores pesquisadores, ligados ao programa de pós-graduação da Ipes, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar todo o sistema, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da instituição na modalidade à distância;
- tutores, bacharéis em Administração, ou em áreas afins. Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de
- “tutoria”; e a
- equipe de apoio tecnológico e de logística, com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

6.1 Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente, tutores, monitores, coordenador de curso, pedagogos, bibliotecários, analistas de sistemas, secretários, técnicos em informática, e pessoal técnico-administrativo, esse último com funções de apoio administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso. Esses atores se encontram distribuídos em vários órgãos da estrutura administrativa, tais como:

- Coordenação Geral de Apoio aos Polos,
- Coordenação de Tutoria Presencial e à Distância,
- Coordenação Administrativo-financeira,
- Coordenação Pedagógica e de Controle Acadêmico.

6.2 Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar

A capacitação dos profissionais envolvidos será realizada por meio:

- Formação de tutores em EaD: curso para capacitar tutores para atuarem na modalidade à distância, tendo como referências os parâmetros de interatividade nas plataformas virtuais;
- Curso de produção de material didático para a modalidade de EaD: objetiva capacitar profissionais para a elaboração de material didático na modalidade de educação à distância, tendo como diretrizes as heurísticas, os princípios ergonômicos, e o planejamento e produção de material didático para esta modalidade de ensino.
- Curso: Responsabilidades e Desafios para o Uso e Aplicação da Educação Mediada por Tecnologias ofertado pelo Centro de Educação Aberta e à Distância da Universidade Federal do Piauí para capacitação do corpo docente universitário.

6.3 Docentes que participam da Gestão do Curso

Função	Formação	Titulação	ID Lattes	Regime de Trabalho
Coordenação do Curso	Administração	Doutora	6461231491143139	DE
Coordenação de Tutoria	Administração	Mestre	5725656692989368	DE
Coordenador de Estágio	Administração	Doutor	7505283664903965	DE
Demais Professores	Administração e áreas afins das disciplinas ministradas	Mestres e Doutores	Anexo C	DE e Bolsistas

O Anexo C apresenta os docentes que participam no curso.

7. Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico-Administrativa

A Educação à Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino-aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- os processos de orientações e avaliações próprios;
- o monitoramento do percurso do estudante; e
- a criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de aprendizagem.

Para o curso de Administração Pública na modalidade à distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem redes comunicacionais e produções de materiais didáticos.

7.1 Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários polos com as Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estruturas físicas e acadêmicas nas Ipes, com a garantia de:

- manutenção da equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- manutenção dos núcleos tecnológicos na UFPI e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a UFPI.

7.2 Produção de Material Didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. Atualmente o material didático básico do curso de Bacharelado em Administração Pública, encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa”, com exceção da disciplina “Temas Contemporâneos na Gestão Pública, que devido a suas especificidades, ficarão a cargo de cada Ipes.

O material didático do curso de Bacharelado em Administração Pública também é composto por elaboração de vídeo-aulas produzidas pelo professor formador, essas aulas são disponibilizadas nos AVAs para os alunos, assim como, os materiais complementares (artigos, decretos, leis, resoluções, slides de aulas, fóruns e lista de exercícios).

7.3 Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Bacharelado em Administração Pública, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático do curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação à distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional.

O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Temas Contemporâneos e do Estágio Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói

conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes para estudar e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação à distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início do curso e ao longo do curso.

No Centro de Educação Aberta e à Distância os tutores que irão atuar no processo de ensino aprendizagem na plataforma virtual, recebem treinamentos que visam capacitar estes para o desenvolvimento de ações pedagógicas e melhor desenvoltura nas plataformas virtuais adotadas pelo curso. Há, ainda, acompanhamento dos tutores que estão atuando através de cursos de extensão, aperfeiçoamento e cursos de especialização. Esses contam ainda, com uma Coordenação de Tutoria, que os orientam durante sua prática pedagógica e com a utilização dos recursos pedagógicos da plataforma virtual.

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

ambiente virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;

- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- e-mail; e
- Webconferência ao vivo.

7.4 Encontros presenciais

Os encontros presenciais são motivos de amplo planejamento envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas, incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica, devendo, essa prática ser amplamente incentivada junto à comunidade acadêmica por parte de todos os atores envolvidos no processo.

Com o objetivo de aproximar o aluno da instituição, dos atores pedagógicos e do próprio curso, os encontros presenciais serão realizados conforme segue:

Cada disciplina do curso proporcionará ao aluno a oportunidade de uma aula presencial ou webaula ao vivo com o professor formador da disciplina, com uma duração média de 4h aula, perfazendo um total de 216h aula (considerando que o curso ofertará 54 disciplinas, incluindo a esse cálculo as disciplinas optativas e eletivas (excluindo as disciplinas de estágio e TCC));

Os Seminários de cada disciplina e as avaliações, poderão ser realizados, cada um, em média de 4 h, totalizando 216 horas-aula;

8. Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular, a avaliação da aprendizagem, a avaliação do material didático, a avaliação da orientação, a avaliação do sistema comunicacional da EaD, e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

8.1 Avaliação Institucional

A autoavaliação institucional é considerada uma atividade que se constitui em um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo. Tem por objetivo, identificar o seu perfil e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, onde são observados os princípios do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior – SINAES, e as singularidades da Universidade.

Na UFPI a avaliação institucional tem como objetivos:

- Avaliar a eficácia e efetividade acadêmica e social das ações educacionais desenvolvidas pela UFPI para definir o seu perfil institucional;
- Manter-se em sintonia com a política nacional de avaliação da educação superior;
- Subsidiar o planejamento da gestão acadêmica e administrativa e, ao mesmo tempo, prestar contas à sociedade sobre a qualidade dos serviços educacionais.

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades:

- Avaliação interna – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES.
- Avaliação externa – Realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações.

O processo de avaliação externa independente de sua abordagem se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativas de regulação numa perspectiva de globalidade. Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

8.2 Avaliação dos Subsistemas de EaD

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração Pública tem por objetivo, controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos intentos propostos para o curso. Para tanto, será aplicada avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada por todos os atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles: estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenadores do curso os quais devem contemplar os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante,
- desempenho dos professores tutores,
- desempenho dos professores formadores,
- adequação do sistema de tutoria,
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem,
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa,
- qualidade e adequação do atendimento administrativo,
- desempenho da coordenação do curso, e
- eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados: questionários, entrevistas, reuniões periódicas, levantamento de índices de desempenho, visita in loco dos polos, oficinas de avaliação, dentre outros.

A estrutura projetada para o EaD possibilita a integração das ações dos atores do curso, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e contínua.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD, objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

8.3 Avaliação de Aprendizagem

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da EaD deve ser o de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas, sim, a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se de forma crítica frente às situações concretas que se apresentarem.

Segundo, porque, no contexto da EaD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, ao organizar o material didático do curso de Administração Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como um imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública, e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos é fundamental.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também, como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

As avaliações do desempenho do estudante para fins de conclusão de estudos e obtenção de diplomas dar-se-á através:

- I. do cumprimento das atividades programadas;
- II. da realização dos exames presenciais.

A Resolução 177/12 CEPEX, estabelece como se dará a avaliação do rendimento acadêmico do aluno no ensino presencial. A frequência às aulas e demais atividades escolares, também partem da avaliação, que são permitidas apenas aos alunos matriculados, sendo obrigatórias, é vedado o abono de faltas, ressalvados os casos previstos em legislação específica, não sendo computada, porém, registrada como falta justificada. Independentemente dos demais resultados obtidos são considerados reprovados na disciplina os alunos que não obtiverem frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

Respeitado o limite mínimo de frequência, a verificação da eficiência abrangerá, em cada disciplina: assimilação progressiva de conhecimento, trabalho individual expresso em tarefas de estudo e de aplicação de conhecimento e o domínio conjunto das disciplinas lecionadas.

Dessa forma, na avaliação do ensino e aprendizagem, o Curso de Bacharelado em Administração Pública, na modalidade à distância, tomando como base as regras de avaliação no ensino presencial, prioriza as atividades realizadas na modalidade presencial, provas objetivas e/ou mistas (objetivas e subjetivas) e seminários presenciais, que fazem parte da avaliação de todas as disciplinas deste curso, compondo a maior percentagem no somatório das pontuações obtidas entre todas as atividades presenciais e à distância realizadas, ficando a critério do professor coordenador de disciplina determinar o valor de cada uma dessas atividades de forma que se mantenha o critério de prioridade avaliativa para as atividades supracitadas.

Sendo assim, além das atividades avaliativas de caráter presencial, o curso conta também com atividades avaliativas à distância, sob a forma de fóruns e listas de exercícios. Para a completude desse processo, faz-se necessário, avaliar a assiduidade do aluno que corresponde a sua frequência às atividades didáticas (fóruns, grupos de estudo, aulas teóricas e práticas e demais atividades exigidas em cada disciplina realizadas presencialmente no polo ou no ambiente virtual), programadas para o período letivo.

Portanto, a avaliação do rendimento a cada período e nas disciplinas pode ser assim visualizada: provas objetivas e/ou mistas, seminário temático (presenciais), fóruns e listas de

exercícios (à distância).

Em nenhuma hipótese o aluno poderá lograr aprovação sem que na composição da nota estejam computadas as atividades presenciais.

Metodologia de avaliação da aprendizagem: Três unidades + prova final

Peso da primeira unidade (prova): 60%

Peso da segunda unidade (atividades on-line): 20%

Peso da terceira unidade (trabalhos): 20%

Para o aluno que não conseguir obter aprovação na disciplina, mesmo após a realização do exame final, será disponibilizada uma Turma de Resgate, paralela ao período seguinte, que permitirá ao graduando refazer a disciplina, observando-se os mesmos critérios avaliativos da primeira oferta.

O estudante será avaliado em três situações distintas:

- durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas à distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina;
- durante os encontros presenciais, a partir da realização de provas, apresentação de trabalhos e realização de outras tarefas propostas no encontro; e
- ao final do curso, com a elaboração do TCC e respectiva defesa em banca examinadora.

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos encontros presenciais, nos fóruns e nas webconferências; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

8.4 Processo de Comunicação-interação entre os participantes

Em razão de uma das principais características da EaD, a dupla relação entre o espaço e o tempo, são importantes para a utilização de ferramentas que operacionalizam o processo de comunicação, e a troca de informação nas suas formas sincrônicas e diacrônicas. As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica são: telefone, chat e webconferência e nos processos de comunicação diacrônicos: fóruns e e-mails.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele em relação a essa atividade, entre outros aspectos.

Nesse sentido, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso de Administração Pública pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 04 set. 2020.

BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)]. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 04 set. 2020.

BRASIL. [Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)]. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 5 maio de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 04 set. 2020.

BRASIL. DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração, 2005a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991 Acesso em: set. 2008.

BRASIL. Decreto Federal Nº 5.296, de 02/12/2004. Regulamenta as Leis n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004a.

BRASIL. Decreto N.º 5.773, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm. Acesso em: set. 2008.

BRASIL. Decreto Nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Diário Oficial da União, Brasília, 9 jun. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm. Acesso em: 04 set. 2020.

BRASIL. Decreto N.º 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005. 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/decreto/D6303.htm Acesso em: set. 2008.

BRASIL. Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: dez. 2020.

BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: set. 2008.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: dez. 2020.

BRASIL. Lei Federal No 5.528, de 2 de novembro de 1968. Dispõe sobre a criação Fundação Universitária Federal do Piauí – FUFPI. Brasília, 1968.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 14 jan. 2014.

BRASIL. SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php/?id=12303 & Options=com_content & view=article. Acesso em: set. 2008.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR.

Edital nº 01, de 27 de abril de 2009. Programa Nacional de Formação em Administração Pública no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília, DF: CAPES, 2009. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/EDITAL_N1_PNAP_DED_CAPES_2009.pdf. Acesso em: 04 set. 2020.

REIS, TIAGO. Top down: o que é e como funciona esse conceito? Julho de 2019. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/top-down/> Acesso em: fev. 2020

UFPI. Estatuto Interno da Universidade Federal do Piauí. Teresina: EDUFPI, 1971 a.

UFPI. Portaria PREG/CAMEN nº 330, de 22 de junho de 2017, que aprova as diretrizes gerais para o Trabalho de Conclusão de cursos (TCC) dos cursos de Graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI)

UFPI. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): 2020-2024. Teresina: EDUFPI, 2015.

UFPI. Regimento Geral. Teresina: EDUFPI, 1971b.

UFPI. Resolução CEPEX Nº 54, de 05 de abril de 2017. Dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2017.

UFPI. Resolução CEPEX No 177, de 5 de novembro de 2012. Institui as normas de funcionamento dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina, 2012.

ANEXO A – Sugestão de Fluxo

1º MÓDULO 360 h/a	2º MÓDULO 390 h/a	3º MÓDULO 390 h/a	4º MÓDULO 360 h/a	5º MÓDULO 390 h/a	6º MÓDULO 390 h/a	7º MÓDULO 390 h/a	8º MÓDULO 330 h/a
Filosofia e Ética 60h (4.0.0)	Instituições de Direito Público e Privado 60h (4.0.0)	Administração Pública Brasileira 60h (4.0.0)	Direito Administrativo 60h (4.0.0)	Estratégia das Organizações Públicas 60h (4.0.0)	Gestão de Projetos Públicos 60h (4.0.0)	Auditoria e Controladoria 60h (4.0.0)	Responsabilidade Social e terceiro Setor 60h (4.0.0)
Teorias da Administração I 60h (4.0.0)	Contabilidade geral 60h (4.0.0)	Estatística Aplicada à Administração 60h (4.0.0)	Planejamento Governamental 60h (2.0.0.2)	Gestão de pessoas no Setor Público 60h (2.0.0.2)	Orçamento Público 60h (4.0.0)	Regulação de Serviços Públicos 30h (2.0.0)	Gestão Ambiental e Sustentabilidade 60h (4.0.0)
Introdução à Economia 60h (4.0.0)	Macroeconomia 60h (4.0.0)	Contabilidade Aplicada ao Setor Público 60h (4.0.0)	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração 60h (4.0.0)	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais 60h (4.0.0)	Políticas Públicas 60h (4.0.0)	Negociação e Arbitragem 60h (4.0.0)	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública 30h (2.0.0)
Métodos e técnicas de Estudos 30 (1.0.0.1)	Matemática para Administradores 60h (4.0.0)	Teoria das Finanças Públicas 60h (4.0.0)	Organização, Sistemas e Métodos 60h (4.0.0)	Economia Brasileira 60h (4.0.0)	Licitação, Contratos e Convênios 60h (4.0.0)	Inovação na Administração Pública 60h (4.0.0)	Empreendedorismo Governamental 30h (2.0.0)
Cidadania e Direitos Sociais no Brasil 30 (2.0.0)	Administração Pública 60h (4.0.0)	Matemática Financeira 30h (2.0.0)	Decisão e Informação da Gestão Pública 60h (4.0.0)	Governo Eletrônico 30h (1.0.0.1)	Análise e Avaliação de Políticas Públicas 60h (2.0.0.2)	Gestão da qualidade no Setor Público 30h (2.0.0)	Cooperação Internacional 60h (4.0.0)
Psicologia Organizacional 60h (4.0.0)	Sociologia Organizacional 60h (2.0.0.2)	Gestão Social e Participação Popular 60h (4.0.0)	Optativa II 30h (2.0.0)	Gestão do Conhecimento 60h (4.0.0)	Eletiva I - O poder nas organizações 30h (1.0.0.1)	Eletiva II - O processo decisório nas organizações públicas 30h (1.0.0.1)	Optativa III 30h (2.0.0)
Ciência Política 30 (2.0.0)		Optativa I 30h (2.0.0)					

Introdução à EaD 30 (2.0.0)	Temas Contemporâneos na Gestão Pública I 30h (0.0.0.2)	Temas Contemporâneos na Gestão Pública II 30h (0.0.0.2)	Temas Contemporâneos na Gestão Pública III 30h (0.0.0.2)			TCC I 60h (3.0.0.1)	TCC II 60h (4.0.0)
				Estágio Curricular Supervisionado I 60h (0.0.4)	Estágio Curricular Supervisionado II 60h (0.0.4)	Estágio Curricular Supervisionado III 60h (0.0.4)	

ANEXO B – Ementário²

MÓDULO 1

EMENTA	
FILOSOFIA E ÉTICA - BAP/CEAD001	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Conceito de Filosofia: Filosofia como doutrina e como ato de pensar. Os períodos da história da Filosofia: principais características. Conceitos de ética, moral e deontologia. A Ética e a Política. Ética e responsabilidade social na Administração Pública.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>CHAUÍ, Marilena. Iniciação à Filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2017.</p> <p>MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Filosofia: dos Pré-Socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.</p> <p>SERRANO, Pablo Jimenez. Ética e Administração Pública. Rio de Janeiro: Alínea, 2017.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>APEL, Karl-Otto. Estudos de moral moderna. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.</p> <p>HADOT, Pierre. O que é a filosofia antiga? 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.</p> <p>MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.</p> <p>VASQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.</p> <p>WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2001.</p>

EMENTA	
TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I BAP/CEAD002	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>O fato administrativo: conceitos, dimensões de análise e dinâmica. Gestão de Organizações públicas e privadas. Evolução do Pensamento Administrativo. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Críticas às teorias organizacionais.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>GURGEL, Claudio; RODRIGUEZ, Martius Vicente R. Administração: Elementos essenciais para a gestão das organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Teoria Geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria Geral da Administração. 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2006.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>DRUCKER, Peter F. Introdução à Administração. São Paulo: Cengage, 2017.</p> <p>LODI, João Bosco. História da Administração. 1. reed. São Paulo: Cengage, 2003.</p> <p>MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. A Companhia: História de uma ideia revolucionária. São Paulo: Objetiva, 2003.</p> <p>MOTTA, Paulo Roberto. Transformação Organizacional: A Teoria e a Prática de Inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.</p> <p>TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de Administração Pública Brasileira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.</p>

EMENTA	
INTRODUÇÃO À ECONOMIA BAP/CEAD003	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Conceitos e princípios de Economia. Noções de Microeconomia: mercado e preços, demanda e oferta, teoria do consumidor, teoria da firma, estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional, mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balanço de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Introdução à economia. Rio de Janeiro: Campus, 2015.</p> <p>MANKIW, Nicholas Gregory. Introdução à economia. São Paulo: Cengage Learning, 2015.</p> <p>PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; TONELO JR., Rudinei. (org.). Manual de Economia. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. Introdução à economia: para cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2003.</p> <p>GREMAUD, Amaury Patrick; DIAZ, Maria Dolores Montoya; AZEVEDO, Paulo Furquim de; TONETO JUNIOR, Rudinei. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>NEVES, Paulo Viceconti Silvério das. Introdução à Economia. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.</p> <p>ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. Economia. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.</p>

EMENTA	
MÉTODOS E TÉCNICAS DE ESTUDOS (Novo componente)	30 horas (15 h de teoria e 15 h de ACE – 2 créditos (1.0.0.1))
<p>Métodos de estudo: técnicas para leitura, análise e interpretação de texto. Fichamentos. Normas da ABNT. Construção e aplicação de Projeto de Extensão. As atividades de extensão visam um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade, por meio da troca de saberes, da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação com o ensino e pesquisa. Envolvendo também servidores e discentes por meio de atividades extensionistas presenciais.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>BERNABE, Tierno. As melhores técnicas de estudo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT: Comentadas Para Trabalhos Científicos. Curitiba: Juruá, 2015.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. São Paulo: Atlas, 2014.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>BIANCHETTI, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Netto (org.). A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>BRUNI, José Carlos; ANDRADE, José Aluysio Reis. Introdução às técnicas do trabalho intelectual. Araraquara: UNESP, 1989.</p> <p>ELSON, Adalberto Teixeira. Leitura dinâmica e memorização. São Paulo: Cultura, 2008.</p> <p>GARCIA, Othon. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.</p> <p>KLEIMAN, Ângela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 2016.</p> <p>LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o,%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf </p>

Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Resolução nº 053/19- CEPEX/UFPI. Disponível em:

[https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_053-2019_-_](https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_053-2019_-_Regulamenta_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_obrigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ADculos_dos_cursos_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_da_UFPI.pdf)

[_Regulamenta_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_obrigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ADculos_dos_cursos_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_da_UFPI.pdf](https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_053-2019_-_Regulamenta_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_obrigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ADculos_dos_cursos_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_da_UFPI.pdf)

EMENTA	
CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL -BAP/CEAD005	30 horas – 2 créditos (2.0.0)
<p>Cidadania, direitos sociais e sistemas de bem-estar social. A tipologia de Marshal: direitos civis, políticos e sociais. Teorias explicativas sobre a emergência das políticas sociais. Crise dos sistemas de bem-estar social. Cidadania e desigualdade social no Brasil. Direitos sociais e desigualdade. Pobreza e desigualdade no Brasil. Políticas públicas de combate à pobreza e de promoção da igualdade no Brasil. Estudos sobre Direitos Humanos. Relações Etnorraciais.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de. Desafios para a política social brasileira. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, n. 985, 2003.</p> <p>CARVALHO, José Murilo de. A cidadania no Brasil: o longo caminho. São Paulo: Civilizações Brasileiras, 2001.</p> <p>IPEA. Vinte Anos da Constituição Federal. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, v. 1, n. 17, Brasília, 2009.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>ARRETCHE, Marta. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan: FAPESP, 2000.</p> <p>HENRIQUES, Ricardo (org.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.</p> <p>PEREIRA, Potyara A. P. Política social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.</p> <p>SOLA, Lourdes; LOUREIRO, Maria Rita (org.). Democracia, Mercado e Estado. B de BRICS. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.</p>

EMENTA	
PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL BAP/CEAD006	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Psicologia social e das organizações. Modos de organização do trabalho. Psicodinâmica do trabalho. Psicologia e estudos organizacionais. Motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão, conflito e Liderança nas organizações.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>BETIOL, Maria Irene Stocco (coord.). Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo Bastos; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt (org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>BERGAMINI, Cecília W. Liderança: Administração do Sentido. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. Psicodinâmica da Vida Organizacional. São Paulo: Atlas, 1997.</p> <p>DEJOURS, Christophe. A Loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.</p> <p>ROTHMANN, Ian; COOPER, Carry. Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho. São Paulo: Campus, 2009.</p> <p>SCHEIN, Edgard H. Psicologia organizacional. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.</p>

EMENTA	
CIÊNCIA POLÍTICA - BAP/CEAD007	30 horas – 2 créditos (2.0.0)
<p>O fato administrativo como fenômeno político. Poder e autoridade. Formas de governo e regimes políticos. Evolução do Pensamento Político. Representação e sistemas partidários. Sistema político brasileiro.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004.</p> <p>BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.</p> <p>PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). Administração pública: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>NICOLAU, Jairo. Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.</p> <p>RIBEIRO, João Ubaldo. Política: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.</p> <p>SANTOS, Reginaldo Souza. Administração política como campo do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2010.</p> <p>TAYLOR, Esteven L. Política: cinquenta conceitos e teorias fundamentais explicados de forma clara e rápida. São Paulo: Publifolha, 2016.</p> <p>WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Rio de Janeiro: LTC, 1998.</p>

EMENTA	
INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - BAP/CEAD008	30 horas – 2 créditos (2.0.0)
<p>Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EaD: processos de comunicação, processo de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Ensino- Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.</p> <p>HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.</p> <p>VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância. Fortaleza: RDS, 2010.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2011.</p> <p>SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação. Salvador: UNEB/EAD, 2010.</p> <p>SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.</p> <p>LITTO, Fredric M. FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.</p>

MÓDULO 2

EMENTA	
INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO - BAP/CEAD009	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de governo. Poder legislativo: função, organização e garantias. Poder Judiciário: funções, organização e garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta. Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem. Novas tendências do Direito Público frente ao contexto brasileiro e internacional.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 32. ed. Rio de Janeiro: GEN: Atlas, 2018.
DOWER, Nelson Godoy Bassil (org.). Instituições de Direito Público e Privado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Saraiva, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 31. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2018.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

EMENTA	
CONTABILIDADE GERAL BAP/CEAD010	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Conceitos básicos de Contabilidade. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração da Mutação do Patrim�nio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas). Apura�o do Resultado do Exercício.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: (aplicável às demais sociedades). (Com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio KANITZ, Stephen C.; MARTINS, Eliseu; PACCEZ, João D. CHINEN, Cecília A. K.; CASTILHO, Edison; LISBOA, Lázaro P.; BENATTI, Luiz;</p> <p>CEI, Nena G. Contabilidade introdutória. 11. edi�o, São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas, 2010.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos. Disponível em: http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos. Acesso em: 2 jun. 2017.</p> <p>MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariosvaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: FIECAFI: Atlas, 2013.</p> <p>RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade geral. Série em foco. São Paulo: Saraiva, 2017. SILVA, César Augusto Tibúrcio; RODRIGUES, Fernanda F. Curso de Contabilidade Básica. São Paulo: Atlas, 2015.</p>

EMENTA	
MACROECONOMIA - BAP/CEAD011	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Contabilidade Nacional. Fundamentos da análise macroeconômica. Problemas macroeconômicos. Modelos macroeconômicos. Determinantes da demanda e oferta agregada. Moeda, juros e renda. Economia Aberta. Política econômica. O papel do governo. Inflação.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017.</p> <p>KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Macroeconomía. 3. ed. São Paulo: Elsevier: Campos, 2015.</p> <p>MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira. São Paulo: Alínea, 2006.</p> <p>DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. Macroeconomia. 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.</p> <p>KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação. São Paulo: Atlas, 1990.</p> <p>LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. Manual de Macroeconomia: básico e intermediário. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>SAMPAIO, Luiza. Macroeconomia: esquematizado. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p>

EMENTA	
MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES - BAP/CEAD012	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Conceitos introdutórios: teoria de conjuntos, conjuntos numéricos e sistemas de coordenadas. Matrizes e Sistemas de equações e inequações. Funções, limites e derivadas. Aplicações matemáticas na área de administração.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I.; ASMAR, Nakhlé H. Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012.</p> <p>SILVA, Fernando César Marra e ABRÃO, Mariângela. Matemática básica para decisões administrativas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia. São Paulo: Thomson Pioneira, 2011.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>BRONSON, Gary; BRONSON, Richard; KIEFF, Maureen; YANG, Natalie. Mathematics For Business: Fourth Edition. Scott Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017.</p> <p>CLENDENEN, Gary; SALZMAN, Stanley A. Business Mathematics. 13. ed. Pearson, 2014.</p> <p>GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I. Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2007.</p> <p>TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia. São Paulo: Pioneira Thomson, 2011.</p>

EMENTA	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BAP/CEAD013	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Formação histórica e modelos da Administração Pública. O serviço civil e a burocracia racional-legal. Estado, burocracia e desenvolvimento econômico. Teorias sobre a administração pública: a visão clássica de W. Wilson, as abordagens políticas da administração pública, a “Nova Gestão Pública”, governança e administração pública ampliada. Transparência, Accountability e responsiveness: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. Teorias da administração pública. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.</p> <p>MADUREIRA, César; ASENSIO, Maria (org.). Handbook de Administração Pública. Lisboa: Ina Editora, 2013.</p> <p>PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). Administração pública: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO (CLAD). Gestión Pública Iberoamericana para el siglo XXI. In: REUNIÓN ORDINARIA DEL CONSEJO DIRECTIVO DEL CLAD, XL, 8-9 nov. 2010, Santo Domingo, República Dominicana. Documento aprovado. Santo Domingo: CLAD, 2010. Disponível em: http://old.clad.org/documentos/declaraciones/gestion-publica-iberoamericana-para-el-siglo-xxi/view.</p> <p>FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. The public administration theory primer. Oxford: Westview Press, 2011.</p> <p>PALUDO, Augustinho Vicente. Administração Pública: teoria e questões. Rio de Janeiro: GEN: Método, 2018.</p> <p>PASCARELLI FILHO, Mário. A nova administração Pública: Profissionalização, eficiência e governança. São Paulo: DVS, 2011.</p> <p>WILSON, Woodrow. The Study of Administration. Political Science Quarterly, v. 2, n. 2, p. 197-222, 1887. In: SHAFRITZ, Jay M.; HYDE, Albert C. Classics of Public Administration. 4. ed. Forth Worth: Harcourt Brace College Publishers, 1997. p. 14-26.</p>

EMENTA	
SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL (Novo componente)	60 horas (30 horas teoria e 30 horas de ACE – 4 créditos (2.0.0.2))
<p>O fenômeno administrativo como fato sociológico. Socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Sociologia das organizações e do trabalho: formas de organização do trabalho. Inovação tecnológica. Construção e aplicação de Projeto de Extensão. As atividades de extensão visam um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade, por meio da troca de saberes, da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação com o ensino e pesquisa. Envolvendo também servidores e discentes por meio de atividades extensionistas presenciais.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. Sociologia aplicada à administração. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Sociologia das organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>FERREIRA, J. M. Carvalho; NEVES, José; CAETANO, António. Manual de Psicossociologia das Organizações. Rio de Janeiro: Escolar, 2011.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização. São Paulo: Atlas, 1992. LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>LANER, Aline; CRUZ JÚNIOR, João Benjamim. Repensando as organizações: da formação à participação. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004.</p> <p>LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o,%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf></p> <p>JAIME, Pedro; LÚCIO, Fred. Sociologia das organizações: conceitos, relatos e casos. São Paulo: Cengage, 2011.</p>

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Sociologias das organizações. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Resolução nº053/19-CEPEX/UFPI.Disponível em:

https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_053-2019_-_Regulamenta_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_obrigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ADculos_dos_cursos_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_da_UFPI.pdf.

EMENTA	
TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA I - (Novo componente)	30 horas (30 horas de ACE) - 2 créditos (0.0.0.2)
<p>A disciplina tratará sobre as Políticas Públicas no âmbito da Administração estadual, cujas ementas e bibliografias serão preparadas pelo professor da disciplina. Construção e aplicação de Projeto de Extensão. As atividades de extensão visam um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade, por meio da troca de saberes, da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação com o ensino e pesquisa. Envolvendo também servidores e discentes por meio de atividades extensionistas presenciais.</p>	

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em:https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o,%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf</p> <p>Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Resolução nº 053/19-CEPEX/UFPI. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_053-2019_-_Regulamenta_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_obrigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ADculos_dos_cursos_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_da_UFPI.pdf</p>

MÓDULO 3

EMENTA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA - BAP/CEAD016

60 horas – 4 créditos (4.0.0)

Administração e contexto brasileiro. Pensamento social brasileiro: relações políticas na formação da sociedade e do Estado brasileiros: patriarcalismo, formalismo, patrimonialismo, burocracia, mandonismo, coronelismo e ningüendade. Reformas administrativas e programas de desburocratização. Experiências brasileiras de participação social, descentralização e parcerias. Inovações e reformas administrativas nos estados. Mundialização e perspectivas para o Brasil na Era Digital.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Construindo o Estado Republicano. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

COSTIN, Claudia. Administração Pública. São Paulo: Elsevier, 2010.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MEDEIROS, Paulo César (org.). Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados. São Paulo: Qualitymark, 2008.

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2015.

EMENTA	
ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO - BAP/CEAD017	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Levantamento de dados e estatísticas descritivas. Introdução à probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostragem e distribuições amostrais. Estatística inferencial e testes de hipóteses. Utilização de ferramentas informatizadas na estatística. Aplicações de estatística em administração.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>BRUNI, Adriano Leal. Estatística aplicada à gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística Básica. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David D. Estatística para Ciências Humanas. 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MATÍNEZ, Francesc. Introdução à Estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPAHAN, David. Estatística, Teoria e Aplicações. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.</p> <p>LOESCH, Claudio. Probabilidade e Estatística. São Paulo: LTC, 2013.</p> <p>MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. A estatística básica e a sua prática. 6. ed. São Paulo: LTC, 2014</p> <p>TRIOLA, Mario. F. Introdução à Estatística. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.</p>

EMENTA	
CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO - BAP/CEAD018	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas. 3. ed. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017. v. 1.</p> <p>BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>FEIJÓ, Paulo Henrique. Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Brasília: Gestão Pública Ed., 2013.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 7. ed. Brasília: STN, 2017. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d. Acesso em: 2 jun. 2017.</p> <p>CARVALHO JR., Antonio Carlos Costa d'Ávila; FEIJÓ, Paulo Henrique. Entendendo os Resultados Fiscais. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.</p> <p>FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto de; ALMEIDA, Fernando Carlos Cardoso; SANTOS, Vitor Maciel dos; BARBOSA, Diogo Duarte. Entendendo a Contabilidade Patrimonial Aplicada ao Setor Público: Do Ativo ao Patrimônio Líquido. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017.</p> <p>FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JÚNIOR, Jorge Pinto de; RIBEIRO, Carlos Eduardo Ribeiro. Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.</p>

FEIJÓ, Paulo Henrique; RIBEIRO, Carlos Eduardo Inácio; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto.
Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Brasília: Gestão Pública Ed., 2014.

EMENTA	
TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS - BAP/CEAD019	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Política orçamentária: o orçamento como instrumento de planejamento. Dimensões políticas e jurídicas do orçamento público. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Questões atuais de finanças públicas.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>GIACOMONI, James. Orçamento público. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.</p> <p>MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. Finanças públicas: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Edusp, 1980.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo. Economia do Setor Público no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.</p> <p>GRUBER, Jonathan. Finanças Públicas e Política Pública. São Paulo: LTC, 2008.</p> <p>MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>REZENDE, Fernando. Finanças públicas. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (org.). A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.</p> <p>ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. Finanças Públicas. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015.</p>

EMENTA	
MATEMÁTICA FINANCEIRA - BAP/CEAD020	30 horas – 2 créditos (2.0.0)
<p>Juro e Capitalização Simples. Capitalização Composta. Desconto Simples. Série de Pagamentos. Sistema de Amortização. Método de Avaliação de Fluxo de Caixa. Classificação das Taxas de Juros. Sistemas de amortização. Taxa Média e Prazo Médio. Operações Financeiras Realizadas no Mercado.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>FARO, Clovis; LACHTERMACHER, Gerson (org.). Introdução a Matemática Financeira. Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2017.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. Matemática Financeira: com HP 12C e Excel. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>FERREIRA, Roberto G. Matemática Financeira Aplicada. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>TOSI, Armando José. Matemática financeira: com utilização da HP-12C. 2. ed. comp. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>VERAS, Lilia Ladeira. Matemática financeira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p>

EMENTA	
GESTÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR - BAP/CEAD021	60 horas (30 horas de teoria e 30 horas de ACE – 4 créditos (2.0.0.2))
<p>Conceito de gestão social. A participação e o desenvolvimento humano na sociedade e no trabalho como focos da gestão social. Política Nacional de Participação Social. A democracia deliberativa e a gestão social. Coprodução de serviços na Administração Pública. Revalorização da esfera local. A arte de construir redes de governança democrática. Construção e aplicação de Projeto de Extensão. As atividades de extensão visam um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade, por meio da troca de saberes, da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação com o ensino e pesquisa. Envolvendo também servidores e discentes por meio de atividades extensionistas presenciais.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>BEZERRA, Marcos Otávio. Política, Governo e participação popular: conselhos, orçamento participativo e outras experiências. Rio de Janeiro: Letras, 2012.</p> <p>BORDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. In: BORDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus Editora, 2001.</p> <p>FISCHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa Paternostro (org.). Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora UnB, 2016.</p> <p>FISCHER, Tânia. Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2003.</p> <p>LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-</p>

%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20%20Gest%C3%A3o,%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf>

PEREIRA, José Roberto; CANÇADO, Ailton Cardoso; SILVA JR., Jeová Torres; RIGO, Ariádne Scalfoni. Gestão Social e Gestão Pública: Interfaces e Delimitações. Lavras: Ed. UFLA, 2011.

Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.

TENÓRIO, Fernando G. Gestão social: metodologia e casos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Resolução nº053/19-CEPEX/UFPI. Disponível em:

https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_053-2019_

[_Regulamenta_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_obrigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ADculos_dos_cursos_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_da_UFPI.pdf](https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_053-2019_).

EMENTA	
TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA II -BAP/CEAD022	30 horas de ACE - 2 créditos (0.0.0.2)
<p>A disciplina tratará sobre as Políticas Públicas no âmbito da Administração municipal, cujas ementas e bibliografias serão preparadas pelo professor da disciplina. Construção e aplicação de Projeto de Extensão. As atividades de extensão visam um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade, por meio da troca de saberes, da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação com o ensino e pesquisa. Envolvendo também servidores e discentes por meio de atividades extensionistas presenciais.</p>	

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o,%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf</p> <p>Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Resolução nº053/19-CEPEX/UFPI. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_053-2019_-_Regulamenta_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_obrigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ADculos_dos_cursos_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_da_UFPI.pdf.</p>

MÓDULO 4

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO =

BAP/CEAD026

60 horas – 4 créditos (4.0.0)

Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de Economia Mista. Empresas Públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a Administração Pública.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2012.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTUNES ROCHA, Carmen Lúcia. Princípios constitucionais dos servidores públicos. São Paulo: Saraiva, 1999.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Direito Administrativo. 10. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2018.

MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

EMENTA	
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL BAP/CEAD027	60 horas – 4 créditos (2.0.0.2)
<p>Conceitos básicos, origens e tipos de planejamento. Modelos, metodologias e instrumentos de planejamento governamental. Experiências nacionais de planejamento e desenvolvimento econômico. Planejamento e estado no Brasil: trajetória histórica, planos nacionais, problemas e questões atuais. Experiências de planejamento governamental nos níveis estadual e municipal. Planejamento e participação social. Monitoramento e avaliação de políticas públicas, planos e programas governamentais. Elaboração de Indicadores Sociais.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>CARDOSO JR., José Celso (org.). A reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil. Brasília: IPEA, 2011. Série Diálogos para o Desenvolvimento, v. 4. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol04.pdf.</p> <p>GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). Planejamento e Orçamento governamental. Brasília: ENAP, 2006. v.1. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213.</p> <p>LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>BANCO MUNDIAL. Monitorização e avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.</p> <p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.</p> <p>BUARQUE, Sérgio C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília: MEPF/INCRA/IICA, 1999.</p> <p>KON, Anita. Planejamento no Brasil II. São Paulo: Perspectiva, 1999.</p> <p>MARTÍNEZ, Luisa María. La Planificación en el Siglo XXI: Desafíos Institucionales y Claves para un Nuevo Enfoque. In: CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE MINISTRAS Y MINISTROS DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA Y REFORMA DE ESTADO, XV, 27-28 jun. 2013, Panamá. Documento aprobado. Panamá: CLAD/MEF, 2013. Disponível em:</p>

<http://old.clad.org/documentos/otros-documentos/La%20Planificacion%20del%20Siglo%20XXI.pdf>.

EMENTA	
METODOLOGIA DE ESTUDO E DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - BAP/CEAD028	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Conhecimento científico. Métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa em Administração. Tipos de Pesquisa. O processo de pesquisa. Estratégia, técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>DEMO, Pedro. Metodologia para quem quer aprender. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.</p>

EMENTA	
ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS - BAP/CEAD029	60 HORAS – 4 créditos (4.0.0)
<p>Organização e mudança. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico. Layout. Processos: fluxogramas e otimização. Desenho Organizacional e seus condicionantes e componentes: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. Manual de Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>CRUZ, Tadeu. Sistemas, Métodos e Processos: administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização e Métodos: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2013.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>ARAÚJO, Luís César G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. São Paulo: Atlas, 2005. v. 1.</p> <p>ARAÚJO, Luís César G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. São Paulo: Atlas, 2006. v. 2.</p> <p>D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. Organização, sistemas e métodos. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997.</p> <p>GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2002.</p>

EMENTA	
DECISÃO E INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA - BAP/CEAD030	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Teorias e Processos de tomada de decisão. Sistemas de informação gerencial. Dados e informação: Qualidade, atualidade, confiabilidade e sigilo. Levantamento de dados. Bases de dados. Desenho e fluxo de sistemas, operacionalização e integração. Papel dos sistemas de informação e ética no processo decisório na gestão pública. Desafios na gestão da informação no setor público.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>CASSARRO, Antonio Carlos. Sistemas de Informação para tomada de decisões. São Paulo: Pioneira, 2011.</p> <p>LAUDON, Kenneth, C.; LAUDON, Jane P. Sistemas de informação gerenciais. São Paulo: Editora Person, 2014.</p> <p>SILVA, Arídio; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. Sistemas de Informação na Administração Pública. Rio de Janeiro: Revan, 2005.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>MELO, Ivo Soares. Administração de sistemas de informação. São Paulo: Pioneira, 2006.</p> <p>O'BRIEN, James A. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Ângelo. Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento. São Paulo: Cengage, 2012.</p> <p>STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial. São Paulo: LTC, 2016</p> <p>STAREC, Cláudio; GOMES, Elizabeth Braz Pereira; CHAVES, Jorge Bezerra Lopes. Gestão Estratégica da informação e a inteligência competitiva. São Paulo: Saraiva, 2005.</p>

EMENTA	
TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA III - BAP/CEAD031	30 horas de ACE - 2 créditos (0.0.0.2)
<p>A disciplina tratará sobre as Políticas Públicas no âmbito da Administração federal, cujas ementas e bibliografias serão preparadas pelo professor da disciplina. Construção e aplicação de Projeto de Extensão. As atividades de extensão visam um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade, por meio da troca de saberes, da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação com o ensino e pesquisa. Envolvendo também servidores e discentes por meio de atividades extensionistas presenciais.</p>	

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o,%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf</p> <p>Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Resolução nº053/19-CEPEX/UFPI.Disponívehttps://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_053-2019_-_Regulamenta_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_obrigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ADculos_dos_cursos_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_da_UFPI.pdf.</p>

MÓDULO 5

EMENTA	
ESTRATÉGIA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS - BAP/CEAD036	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
Evolução da gestão estratégica nas organizações. Planejamento e gestão nas organizações públicas. Teorias e modelos de gestão estratégica. Métodos, instrumentos e etapas do planejamento estratégico. Monitoramento e avaliação. Construção e utilização de indicadores. Experiências de planejamento e avaliação em organizações públicas, projetos e programas.	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2007.
MOORE, Mark H. Criando Valor Público: gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: ENAP, 2002.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
ANSOFF, H. Igor; DECLERK, Roger P.; HAYES, Robert L. (org.). Do Planejamento Estratégico à Administração Estratégica. São Paulo: Atlas, 1987.
KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. Alinhamento: Utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
MONTGOMERY, Cynthia A.; PORTER, Michael E. (org.). Estratégia: A Busca da Vantagem Competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
THOMPSON JR., Arthur A.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, John E. Administração estratégica. 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.
WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. Administração Estratégica: Conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

EMENTA	
GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO - BAP/CEAD037	60 horas (30 horas de teoria e 30 horas de ACE – 4 créditos (2.0.0.2))
<p>O pensamento sobre gestão de pessoas. O ciclo da gestão de pessoas: admissão, desenvolvimento, remuneração e desempenho no Serviço Público. Cargos, remuneração, incentivos e benefícios do Servidor Público. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Política e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Higiene e segurança no trabalho. Construção e aplicação de Projeto de Extensão. As atividades de extensão visam um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade, por meio da troca de saberes, da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação com o ensino e pesquisa. Envolvendo também servidores e discentes por meio de atividades extensionistas presenciais.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<p>LIMA, Paulo Daniel Barreto. A excelência em Gestão Pública. Rio de Janeiro: QualityMark, 2007.</p> <p>LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Práticas de Recursos Humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura R. de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro (org.). Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010.</p>	

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>ARAÚJO, Luís César G. de. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>BOHLANDER, George; SHERMAN, Arthur; SNELL, Scott. Administração de recursos humanos. 14. ed. São Paulo: Cengage, 2010.</p> <p>DEMO, Gisela. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira que regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.</p> <p>LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação</p>

e desenvolvimento regional. – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o,%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf>>

SENGE, Peter M. A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Atlas, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Resolução nº053/19-CEPEX/UFPI. Disponível em:

https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_053-2019_-

[_Regulamenta_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_obrigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ADculos_dos_cursos_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_da_UFPI.pdf](#).

ZARIFIAN, Philippe. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

EMENTA	
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS - BAP/CEAD038	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Administração de Materiais: principais conceitos aplicados à administração pública. Classificação, especificação e normalização de materiais. Gestão de estoques, dimensionamento de estoques, rotatividade de materiais, estoque mínimo, ponto de pedido e custos. Gestão de compras. Armazenagem: princípios, funções e arranjo físico das instalações. Gestão de transporte e logística. A administração do patrimônio público. Procedimentos para a administração patrimonial. Segurança patrimonial. A governança pública e a administração do patrimônio.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>FENILI, Renato Ribeiro. Gestão de materiais. Brasília: ENAP, 2015.</p> <p>FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.</p> <p>GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>JOHNSTON, Robert; Clark, Graham. Administração de Operações de Serviço. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>VIANA, João José. Administração de materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2009</p>

EMENTA	
ECONOMIA BRASILEIRA - BAP/CEAD039	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: políticas agrícolas e industriais; política de comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais; políticas sociais. Temas emergentes na economia brasileira e na atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>GIAMBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavínia Barros de; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer (org.). Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). Economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992.</p> <p>BACHA, Carlos José Caetano. Entendendo a economia brasileira. São Paulo: Alínea, 2007.</p> <p>FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.</p> <p>REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). Formação econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva. 2011.</p> <p>WERNER, Baer. A economia brasileira. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.</p>

EMENTA	
GOVERNO ELETRÔNICO BAP/CEAD040	30 horas (15 horas de teoria e 15 horas de ACE e – 2 créditos (1.0.0.1))
<p>Conceitos e abordagens sobre o governo eletrônico. As experiências de governo eletrônico no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas. Governo eletrônico: transparência e prestação de serviços ao cidadão. A Lei de acesso à informação. Governança eletrônica, participação social e democracia. Construção e aplicação de Projeto de Extensão. As atividades de extensão visam um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade, por meio da troca de saberes, da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação com o ensino e pesquisa. Envolvendo também servidores e discentes por meio de atividades extensionistas presenciais.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>CEPIK, Marco, CANABARRO, Diego Rafael (org.). Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf.</p> <p>GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. Governar em rede: o novo formato do setor público. Brasília: ENAP, 2006.</p> <p>PINHO, José Antonio Gomes de (org.). Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas. Salvador: UFBA, 2012.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>CGI.br. Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro: TIC Governo Eletrônico 2013. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf.</p> <p>FOUNTAIN, Jane E. Construindo um Estado Virtual: Tecnologia da Informação e Mudança Institucional. Brasília: ENAP, 2005.</p> <p>GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. Cadernos EBAPE.BR, v. 3, n. 4, p. 1-18, dezembro de 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext &</p>

pid=S1679- 39512005000400004 & lng=en&nrm=iso.

KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria Alexandra. Desenvolvimento no Brasil e no Mundo: subsídios e Programa e-Brasil. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2007.

LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o,%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf>>

Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira que regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.

VAZ, José Carlos. Administração Pública e Governança Eletrônica: Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GOVERNO ELETRÔNICO: DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ.

Governo Eletrônico - Os Desafios da Participação Cidadã. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002. Série de debates n. 24, p. 13-26.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Resolução nº053/19-CEPEX/UFPI. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_053-2019_-_Regulamenta_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_obrigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ADculos_dos_cursos_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_da_UFPI.pdf.

EMENTA	
GESTÃO DO CONHECIMENTO - BAP/CEAD041	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Sociedade do Conhecimento. Teoria da Gestão do Conhecimento Organizacional. Conhecimento como fator de inovação. Modelos de Gestão. Dimensões da Gestão do Conhecimento. Inteligência Pública.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>ALVARENGA NETO, Rivadavia Correa Drummond de. Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>BARBIERI, Luiz Fernando S. Como empreender e inovar por meio da gestão por processos e gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: UFF, 2009.</p> <p>BATISTA, Fábio Ferreira. Modelo de gestão do conhecimento para Administração Pública. Brasília: IPEA, 2012.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>ANGELONI, Maria Terezinha (org.). Gestão do Conhecimento no Brasil: casos, experiências e práticas de empresas privadas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.</p> <p>DUMONT, Danilo Mozeli; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. Inteligência pública na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.</p> <p>GATTONI, Roberto Luís Capuruço. Gestão do conhecimento aplicada à prática da gerência de projetos. Belo Horizonte: FUMEC-FACE, 2004.</p> <p>PROBST, Gilbert; RAUB, Steffen; ROMHARDT, Kai. Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookmann, 2007.</p> <p>TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. Gestão do Conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p>

EMENTA	
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I - BAP/CEAD042	60 horas - 4 créditos (0.0.4)
<p>Metodologia do Estágio. Metodologia do Estágio Legislação para Estágio Supervisionado Resolução N° 177/2012- CEPEX no Art 388 - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Plano de Estágio. Identificação de áreas de interesse e identificação da organização e seus processos. Desenvolvimento de um trabalho de pesquisa em instituições públicas nas áreas de Gestão Pública da Saúde, Gestão Municipal, Gestão Governamental, em forma de relatório, apresentando soluções e alternativas das condições diagnosticadas. Documentação necessária: Ficha do Aluno, Ficha da Empresa, Termo de compromisso, Termo de convênio, Plano de Atividades de Estágio, Ficha de Avaliação e Supervisão de Estágio, Relatório de Estágio.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.</p> <p>BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Nova cartilha esclarecedora sobre a Lei do Estágio: Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. Disponível em: https://www.ica.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/08/Cartilha-sobre-a-Lei-do-Estagio-11788.pdf. Acesso: 10 set. 2020.</p> <p>ZABALZA, M. A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Saberes pedagógicos, 2015.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>COMIS, J.E.J. CHAVES, T.V. Investigando possibilidades de tutoria escolar no estágio curricular supervisionado. Disponível em: http://www.radiolivre.org/node/1464 Acesso em: 10 set. 2020.</p> <p>LIMA, M. C.; OLIVO, S. (Orgs.). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso: na construção da competência gerencial do administrador. São Paulo: Thomson, 2007.</p> <p>LIMA, Paulo Gomes; MARRAN, Ana Lúcia. Estágio curricular supervisionado no ensino superior brasileiro: algumas reflexões. Revista e-curriculum. São Paulo, v. 7, n. 2, ago. 2011.</p> <p>NISKIER, A.; NATHANAEL, P. Educação, Estágio e Trabalho. São Paulo: Integrare, 2006.</p> <p>KULCSAR, R. A prática de ensino e o estágio supervisionado, 7 ed., Campinas/SP: Papyrus, 2001.</p>

MÓDULO 6

EMENTA	
GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS- BAP/CEAD043	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>O sistema de planejamento e acompanhamento de projeto. Estruturas organizacionais de projeto. Ciclos e fases do projeto. Definição das áreas de conhecimento do projeto: escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições, partes interessadas e integração do projeto. Identificação de restrições. Definição dos controles de planejamento do projeto. Avaliação da eficiência, eficácia e efetividade. Técnicas de planejamento, programação e controle de projetos (técnicas de redes, PERT/CPM, ROY, cronogramas etc.). Avaliação econômica e social de projetos. Softwares para o gerenciamento de projetos.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>CLEMENTE, Ademir (org.). Projetos empresariais e públicos. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>KEELING, Ralph; BRANCO, Renato Henrique Ferreira. Gestão de projetos: uma abordagem global. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>REBECHINI JR., Roque; CARVALHO, Marly Monteiro de. (org.). Gerenciamento de Projetos na Prática: Casos brasileiros. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. Gestão de projetos. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2013.</p> <p>THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto; PIMENTA, Roberto da Costa. Gestão de Programas e Projetos Públicos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.</p> <p>GENARI, Breno. Introdução ao PERT básico. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1967.</p> <p>Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23937/000037033.pdf.</p> <p>PRADO, Darci. Planejamento e Controle de Projetos. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.</p>

EMENTA	
ORÇAMENTO PÚBLICO BAP/CEAD044	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013. GIACOMONI, James. Orçamento público. 17. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017. GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). Planejamento e Orçamento governamental. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213 .

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, IX, 2004, Madrid, España. Anais [...], Madrid: CLAD, 2004. Disponível em: http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf . FREITAS, Mário Sebastião Nogueira. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia Análise e Dados, Salvador, v. 12, n.4, p. 9-24, 2003. GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. Planejamento e Políticas Públicas, n. 23, p. 7-70, 2001. LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 26, p. 5-15, 2003. REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. Disciplina fiscal e qualidade do gasto público. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

EMENTA	
POLÍTICAS PÚBLICAS - BAP/CEAD045	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Evolução histórica do Estado e políticas públicas. Estado Desenvolvimentista, Estado de Bem-estar, cidadania e democracia. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. Tendências e questões atuais no estudo das políticas públicas.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.</p> <p>SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2.</p> <p>WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Brasília: ENAP, 2014. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>HEDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2014.</p> <p>HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.</p> <p>HOWLETT, Michael.; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Políticas públicas: Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</p> <p>LUBAMBO, Cátia W. COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.</p>

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006

EMENTA	
LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS - BAP/CEAD046	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação e invalidação, controle. Registro de preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios e Arranjos de Parceria. Chamamento Público e o Estatuto do Terceiro Setor.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.</p> <p>MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.</p> <p>TOLOSA FILHO, Benedito de. Licitações, Contratos e Convênios. Curitiba: Juruá, 2016.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.</p> <p>GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.</p>

EMENTA	
ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS BAP/CEAD047	60 horas (30 horas de teoria e 30 horas de ACE – 4 créditos (2.0.0.2))
<p>Principais conceitos, instrumentos, características, aplicações e tipos de monitoramento e importância do monitoramento no ciclo de políticas públicas. Caracterização histórica do papel da avaliação no ambiente das políticas públicas, seus conceitos, tipologias e sua importância no ciclo de políticas públicas. O sistema de indicadores como ferramenta para o monitoramento de políticas públicas. Os processos de monitoramento com base na estruturação do modelo lógico. Diferenças entre monitoramento e avaliação de PP. Sistemas e painéis de monitoramento de políticas públicas. Métodos aplicados à avaliação de programas, características quantitativas e qualitativas da pesquisa social. Características e peculiaridades das pesquisas de avaliação de impacto de políticas públicas. Avaliação etnográfica. Avaliação participativa. A dimensão política da avaliação. O papel do avaliador. Visões pós-estruturalistas no campo da avaliação. A cultura da avaliação. Construção e aplicação de Projeto de Extensão. As atividades de extensão visam um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade, por meio da troca de saberes, da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação com o ensino e pesquisa. Envolvendo também servidores e discentes por meio de atividades extensionistas presenciais.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>BANCO MUNDIAL. Monitorização e avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.</p> <p>Magalhães, Heitor de; BELLONI, Isaura; SOUZA, Luzia Costa de.</p> <p>Metodologia de avaliação em políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva, 2012. e-book.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>ARRETCHE, Marta T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília R. Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-</p>

55.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. Avaliação participativa de Programas Sociais. São Paulo: Veras, 2000.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política de avaliação das políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 59, p. 97-169, 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2003.

LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o,%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf>>

Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira que regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.

RICO, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de Política Sociais: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Resolução nº053/19-CEPEX/UFPI. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_053-2019_-_Regulamenta_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_obrigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ADculos_dos_cursos_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_da_UFPI.pdf.

EMENTA	
ELETIVA DA IPES I - O PODER NAS ORGANIZAÇÕES - BAP/CEAD048	30 horas (15 horas de teoria e 15 horas de ACE) – 2 créditos (1.0.0.1)
<p>Mudanças Organizacionais: fatos geradores, tipologias e modelos básicos de gestão de mudanças. Os processos de institucionalização em órgãos públicos: a cultura brasileira, e a descontinuidade administrativa. O poder e a cultura organizacional. Construção e aplicação de Projeto de Extensão. As atividades de extensão visam um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade, por meio da troca de saberes, da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação com o ensino e pesquisa. Envolvendo também servidores e discentes por meio de atividades extensionistas presenciais.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. Cultura e poder nas organizações. 2 ed. reimpressão Rio de Janeiro, Atlas, 2011.</p> <p>JOHANN, S. L. et al. Gestão da mudança e cultura organizacional. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.</p> <p>SROUR, R. H. Poder, cultura e ética nas organizações. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>DIAS, Reinaldo. Sociologia das organizações. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>LANER, Aline; CRUZ JÚNIOR, João Benajamim. Repensando as organizações. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004.</p> <p>LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o,%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf></p> <p>MORGAN, Gareth. Imagens da organização. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira que regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº</p>

13.005/2014.

ROSA, E. C. Teoria Das Organizações: O Poder no Pensamento de Michel Foucault, Com um Olhar na Universidade. Rev. Triang. Vol. 8, No. 2, p. 185-194, jul./dez. 2015.

SILVA, W. A. et al. Alinhamento Estratégico de TI e Relações de Poder: Estudo de Múltiplos Casos em Organizações Públicas. Revista Contabilidade, Gestão e Governança. v. 21, n. 3, p.383-401, set./dez., 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Resolução nº053/19-CEPEX/UFPI. Disponível em:

https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_053-2019_-

[_Regulamenta_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_obrigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ADculos_dos_cursos_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_da_UFPI.pdf](#).

EMENTA	
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II - BAP/CEAD049	60 horas - 4 créditos (0.0.4)
<p>Metodologia do Estágio. Metodologia do Estágio Legislação para Estágio Supervisionado Resolução N° 177/2012 - CEPEX no Art. 388 - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Plano de Estágio. Identificação de áreas de interesse e identificação da organização e seus processos. Desenvolvimento de um trabalho de pesquisa em instituições públicas nas áreas de Gestão Pública da Saúde, Gestão Municipal, Gestão Governamental, em forma de relatório, apresentando soluções e alternativas das condições diagnosticadas. Documentação necessária: Ficha do Aluno, Ficha da Empresa, Termo de compromisso, Termo de convênio, Plano de Atividades de Estágio, Ficha de Avaliação e Supervisão de Estágio, Relatório de Estágio.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.</p> <p>BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Nova cartilha esclarecedora sobre a Lei do Estágio: Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. Disponível em: https://www.ica.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/08/Cartilha-sobre-a-Lei-do-Estagio-11788.pdf. Acesso: 10 set. 2020.</p> <p>ZABALZA, M. A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Saberes pedagógicos, 2015.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>COMIS, J.E.J. CHAVES, T.V. Investigando possibilidades de tutoria escolar no estágio curricular supervisionado. Disponível em: http://www.radiolivre.org/node/1464 Acesso em: 10 set. 2020.</p> <p>LIMA, M. C.; OLIVO, S. (Org.). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso: na construção da competência gerencial do administrador. São Paulo: Thomson, 2007.</p> <p>LIMA, Paulo Gomes; MARRAN, Ana Lúcia. Estágio curricular supervisionado no ensino superior brasileiro: algumas reflexões. Revista e-curriculum. São Paulo, v. 7, n. 2, ago. 2011.</p> <p>NISKIER, A.; NATHANAEL, P. Educação, Estágio e Trabalho. São Paulo: Integrare, 2006.</p> <p>KULCSAR, R. A prática de ensino e o estágio supervisionado, 7 ed., Campinas/SP: Papyrus, 2001.</p>

MÓDULO 7

EMENTA	
AUDITORIA E CONTROLADORIA - BAP/CEAD050	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Probidade administrativa. Conceitos e Tipos de Auditoria Governamental. Elaboração de Relatório de Auditoria. Princípios e sistemas de controle na administração pública. Controles da Administração Pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na Administração Pública. Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Prestação de contas.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>ROCHA, Arlindo Carvalho; QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro. Auditoria governamental: uma abordagem metodológica da auditoria de gestão. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2013.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>ARAÚJO, Inaldo. Auditoria Governamental: em breves reflexões. Brasília: Gestão Pública, 2013.</p> <p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. Auditoria governamental. Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, 2011. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D. Acesso em: 15 ago. 2015.</p> <p>CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. Controle interno nos municípios. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>SILVA, Moacir Marques da. Curso de auditoria governamental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Manual de auditoria governamental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p>

EMENTA	
REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS BAP/CEAD051	30 horas – 2 créditos (2.0.0)
Direito e Economia da Regulação e da Concorrência. O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos. Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil. Defesa do Consumidor. Defesa da Concorrência. Marco regulatório: agências reguladoras e as experiências internacionais, nacionais, estaduais e municipais.	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico. 3. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2012.
COUTINHO, Diogo R. Direito e Economia Política na Regulação de Serviços Públicos. São Paulo: Saraiva, 2014.
GUERRA, Sérgio. Agências reguladoras: da organização administrativa piramidal à governança em rede. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
ARAGÃO, Alexandre Santos de. A organização e controle social das agências reguladoras: Crítica aos Anteprojetos de Lei. Porto Alegre: ABAR, 2004. Disponível em: http://abar.org.br/?mdocs-file=47701 . Acesso em: XXX.
ARAGÃO, Alexandre Santos de. Direito dos serviços públicos. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
CAMARGO, Ricardo A. L. Agências de regulação no ordenamento jurídico-econômico brasileiro. Porto Alegre: Fabris, 2000.
CARDOSO, Henrique Ribeiro. O Poder Normativo das Agências Reguladoras. Rio de Janeiro: Lumen Juris Direito, 2017.
PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. Direito, Economia e mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

EMENTA	
NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM BAP/CEAD052	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; conflito; negociador; objeto; lugar; modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; e feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; e a sentença arbitral. Arbitragem internacional.</p>	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
<p>CARVALHAL, Eugenio do; ANDRADE, Gersem Martins de; ARAÚJO, João Vieira de; KNUST, Marcelo. Negociação e administração de conflitos. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.</p> <p>FICHTNER, José Antonio; MANNHEIMER, Sergio Nelson. Novos temas de arbitragem. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.</p> <p>SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (org.). Mediação, conciliação e arbitragem. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.</p>	

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>BARCELLA, Roberto Portugal. Mediação e Arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>CAHALI, Francisco José. Curso de arbitragem: mediação, conciliação, Resolução CNJ 125/2010. São Paulo: RT, 2011.</p> <p>HIRATA, Renato H. Estilos de negociação: as oito competências vencedoras. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>LEITE, Jaci Corrêa. Negociação. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.</p> <p>SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves de (coord.). Negociação, Mediação e Arbitragem. 2. ed. São Paulo: Editora Método, 2012.</p> <p>SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Manual de Arbitragem: Mediação e Conciliação. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.</p>

EMENTA	
INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - BAP/CEAD053	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Histórico e conceitos de inovação. Gestão da inovação nas organizações. Inovação no ambiente da gestão pública. Fatores facilitadores e limitadores da inovação. Difusão de inovações. Inovação nos serviços. Disseminação de inovações na Administração Pública Brasileira: trajetórias, padrões e experiências.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Willber. Inovação no Setor Público: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: ENAP- IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3117</p> <p>CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (org.). Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>FIGUEIREDO, Paulo N. Gestão da Inovação: Conceitos, Métricas e Experiências de Empresas no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>DUBOIS, Richard; LINS, João (coord.). Inovação na Gestão Pública. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.</p> <p>JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.</p> <p>MEDEIROS, Paulo César (org.). Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados. São Paulo: Qualitymark, 2008.</p> <p>MOTTA, Paulo Roberto. Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.</p> <p>OLIVEIRA, Luiz Guilherme de; SANTANA, Rafael Liberal Ferreira de; GOMES, Vanessa Cabral. Inovação no setor público: uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Brasília: ENAP, 2014. Cadernos ENAP n. 38.</p>

EMENTA	
GESTÃO DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO - BAP/CEAD054	30 horas – 2 créditos (2.0.0)
<p>Conceitos, princípios e evolução da qualidade. Planejamento e controle da qualidade. Modelos, sistemas e ferramentas da qualidade. Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. Gestão da Qualidade na Administração Pública. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços. Porto Alegre: Bookman, 2014.</p> <p>MIGUELES, Carmem; ZANINI, Marco Túlio. Excelência em gestão pública. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. Gestão de serviços. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>JURAN, Joseph M. A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Pioneira, 1998.</p> <p>MARSHALL JUNIOR, Isnard; CIERCO, Agliberto Alves; ROCHA, Alexandre Varanda. Gestão da qualidade. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.</p> <p>MATIAS-PEREIRA, José. Administração Pública: Foco nas Instituições e Ações Governamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.</p> <p>VELOSO, Luiz Paulo. Qualidades: Poder Local e Qualidade na Administração Pública. Rio de Janeiro: QualityMark, 2006.</p>

EMENTA	
ELETIVA DA IPES II - O PROCESSO DECISÓRIO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS - BAP/CEAD055	30 horas (15 horas de teoria e 15 horas de ACE – 2 créditos (1.0.0.1))
<p>A informação e a comunicação no processo decisório. Introdução ao processo decisório. Modelo racional da tomada de decisão. A natureza da decisão. Processo decisório nos setores públicos. Técnicas e instrumentos de apoio à decisão. As tecnologias de informação e comunicação no processo decisório. Construção e aplicação de Projeto de Extensão. As atividades de extensão visam um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade, por meio da troca de saberes, da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação com o ensino e pesquisa. Envolvendo também servidores e discentes por meio de atividades extensionistas presenciais.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>ALMEIDA, A. T. Processo de decisão nas organizações: Construindo modelos de decisão multicritério. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>GOMES; Luiz Flávio M.; GOMES, Carlos Francisco. Princípios e métodos para tomada de decisão: Enfoque Multicritério. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2019.</p> <p>YU, A. S. O. Tomada de decisão nas organizações: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>ALMEIDA, A. et. Al. Decisão em grupo e negociação: Métodos e aplicações. 2 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2019.</p> <p>BAZERMAN, M. H.; MOORE D. Processo decisório. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010.</p> <p>LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o,%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf></p> <p>MENDONÇA, C. M. C. et al. Governança de tecnologia da informação: um estudo do processo decisório em organizações públicas e privadas. Rev. Adm. Pública. Vol. 47 n.2 Rio de Janeiro,</p>

Mar./Apr. 2013.

PASSOS, M. de M. Processo decisório na administração pública: Uma proposta de criação de fatores correlacionais. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Brasília, 2012.

PEDROZO, M. F.de C.; SOUZA, M. A. Processo decisório nos setores público e privado: estudo exploratório e comparativo sobre a dimensão decisão. XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA. Argentina. Dez.2015

Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira que regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Resolução nº053/19-CEPEX/UFPI. Disponível em:

[https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens](https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_053-2019_-)

[_Regulamenta_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_o_brigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ADculos_dos_cursos_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_da_UFPI.pdf](https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_053-2019_-Regulamenta_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_o_brigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ADculos_dos_cursos_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_da_UFPI.pdf).

EMENTA	
TCC I - BAP/CEAD057	60 horas (45 horas de teoria e 15 horas de ACE – 4 créditos (3.0.0.1))
<p>Elaboração de um projeto de conclusão de curso. Organização das ferramentas de coleta dos dados. Fundamentação teórica do objeto de estudo. Estruturação do trabalho de conclusão do curso. Construção e aplicação de Projeto de Extensão. As atividades de extensão visam um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade, por meio da troca de saberes, da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação com o ensino e pesquisa. Envolvendo também servidores e discentes por meio de atividades extensionistas presenciais.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2019.</p> <p>MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. Livro eletrônico, 2 ed. São Paulo: Cortez, 2017</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Disponível em: <https://www.normasabnt.org/>, Acesso em XXXX.</p> <p>BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.</p> <p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.</p> <p>LISBÔA FILHO, Flavi Ferreira. Extensão universitária [recurso eletrônico]: gestão, comunicação e desenvolvimento regional. – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23643/Flavi%20Ferreira%20Lisboa%20Filho%20-%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20-%20Gest%C3%A3o,%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20e%20Desenvolvimento%20Regional.pdf></p>

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira que regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI. Resolução nº053/19- CEPEX/ UFPI. Disponível em:

https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_053-2019_-

[_Regulamenta_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_obrigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ADculos_dos_cursos_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_da_UFPI.pdf](https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/prex/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n_053-2019_-Regulamenta_a_inclus%C3%A3o_das_atividades_de_extens%C3%A3o_como_componente_obrigat%C3%B3rio_nos_curr%C3%ADculos_dos_cursos_de_gradua%C3%A7%C3%A3o_da_UFPI.pdf).

EMENTA	
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III - BAP/CEAD056	60 horas - 4 créditos (0.0.4)
<p>Metodologia do Estágio. Metodologia do Estágio Legislação para Estágio Supervisionado Resolução N° 177/2012 - CEPEX no Art. 388 - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Plano de Estágio. Identificação de áreas de interesse e identificação da organização e seus processos. Desenvolvimento de um trabalho de pesquisa em instituições públicas nas áreas de Gestão Pública da Saúde, Gestão Municipal, Gestão Governamental, em forma de relatório, apresentando soluções e alternativas das condições diagnosticadas. Documentação necessária: Ficha do Aluno, Ficha da Empresa, Termo de compromisso, Termo de convênio, Plano de Atividades de Estágio, Ficha de Avaliação e Supervisão de Estágio, Relatório de Estágio.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.</p> <p>BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Nova cartilha esclarecedora sobre a Lei do Estágio: Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. Disponível em: https://www.ica.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/08/Cartilha-sobre-a-Lei-do-Estagio-11788.pdf. Acesso: 10 set. 2020.</p> <p>ZABALZA, M. A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Saberes pedagógicos, 2015.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>COMIS, J.E.J. CHAVES, T.V. Investigando possibilidades de tutoria escolar no estágio curricular supervisionado. Disponível em: http://www.radiolivre.org/node/1464 Acesso em: 10 set. 2020.</p> <p>LIMA, M. C.; OLIVO, S. (Orgs.). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso: na construção da competência gerencial do administrador. São Paulo: Thomson, 2007.</p> <p>LIMA, Paulo Gomes; MARRAN, Ana Lúcia. Estágio curricular supervisionado no ensino superior brasileiro: algumas reflexões. Revista e-curriculum. São Paulo, v. 7, n. 2, ago. 2011.</p> <p>NISKIER, A.; NATHANAEL, P. Educação, Estágio e Trabalho. São Paulo: Integrare, 2006.</p> <p>KULCSAR, R. A prática de ensino e o estágio supervisionado, 7 ed., Campinas/SP: Papirus, 2001.</p>

MÓDULO 8

EMENTA	
RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR - BAP/CEAD058	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
Gestão de projetos sociais. Responsabilidade social: parcerias e empreendedorismo social. Terceiro setor: marcos legais e certificações.	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
CABRAL, Eloisa Helena de. Terceiro setor: gestão e controle social. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
LACRUZ, Adonai José. Gestão de projetos no terceiro setor: uma aplicação prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
TACHIZAWA, Takeshy. Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. Terceiro setor: História e gestão de organizações. São Paulo: Summus, 2006.
DRUCKER, Peter F. Administração em organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas. São Paulo: Pioneira, 1994.
QUINTEIRO, Eudósia Acuña (org.). Um sensível olhar sobre o terceiro setor. São Paulo: Summus, 2006.
SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
ZARPELON, Márcio Ivanor. Gestão e responsabilidade social. São Paulo: Qualitymark, 2011.

EMENTA	
GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE - BAP/CEAD059	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
Desenvolvimento sustentável; Objetivos de desenvolvimento sustentável; organizações e sustentabilidade; impactos positivos e negativos das organizações na sociedade; gestão ambiental organizacional: definição e história; estágios evolutivos da gestão ambiental organizacional; instrumentos e práticas de gestão ambiental; interfaces entre gestão ambiental e áreas clássicas da gestão organizacional; gestão ambiental e administração pública no Brasil; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); municípios, estados e União na busca pela sustentabilidade; licitações e compras sustentáveis no Brasil. ISO 14000. Noções de auditoria ambiental.	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
JABBOUR, Ana Beatriz Lopez de Sousa; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências. 1. ed. São Paulo, Atlas, 2013.
BLIACHERIS, Marcos Weiss; FERREIRA, Maria Augusta Soares de Oliveira (coord.). Sustentabilidade na Administração Pública: valores e práticas de gestão socioambiental. 1. ed. São Paulo: Fórum, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
BARROS, Ricardo Luiz Peixoto de. Gestão ambiental empresarial. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
DIAS, Reinaldo. Sustentabilidade: Origem e Fundamentos. Educação e Governança Global. Modelo de Desenvolvimento. São Paulo: Editora Atlas, 2015.
FENKER, Eloy Antônio; DIEHL, Carlos Alberto; ALVES, Tiago Wickstrom;
KALINOWSKI, Carina. Gestão Ambiental: Incentivos, Riscos e Custos. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.
PHILIPPI JR, Arlindo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2012.

EMENTA	
GESTÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA - BAP/CEAD060	30 horas – 2 créditos (2.0.0)
<p>Conceito, gênese e tipos de redes. Modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação. Redes comunitárias. Complementaridade e Supletividade nas redes híbridas.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2018.</p> <p>GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (org.). Governar em rede: o novo formato do setor público. Brasília: Editora ENAP/SENA, 2011.</p> <p>PAULILO, Luiz Fernando; SACOMANO NETO, Mário; GARCIA, Luciano Metidieri. Governanças de redes: economia, política e sociedade. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>ANTUNES, Junico; BALESTRIN, Alsones; VERSCHO, Jorge. Práticas de gestão de redes de cooperação. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2010.</p> <p>CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (org.). Redes Sociais e Organizacionais em Administração. Curitiba: Juruá, 2008.</p> <p>CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.</p> <p>FLEURY, Sonia; OOVERNEY, Assis M. Gestão de Redes: a estratégia de regionalização da política de saúde. Rio de Janeiro: FGV, 2011.</p> <p>HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. São Paulo: UNESP, 2014</p>

EMENTA	
EMPREENDEADORISMO GOVERNAMENTAL - BAP/CEAD061	30 horas – 2 créditos (2.0.0)
<p>Cultura Empreendedora: definição e origem. Empreendedorismo privado e público. Gestão Empreendedora no serviço público: análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações. Casos de sucesso: fatores críticos. Gestão por resultados. Perfil e Comportamento Empreendedor: características, habilidade, comportamento e atitude. Empreendedor, Intraempreendedor e Empreendedor estratégico.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>MAZZUCATO, Mariana. O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.</p> <p>GERBER, Michael E. Empreender Fazendo a Diferença. São Paulo: Fundamento, 2004.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Planejamento Estratégico Municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p> <p>BANDEIRA, Cynthia. Aprender a Empreender. Juiz de Fora: Esdeva, 2006.</p> <p>HERMANN, Ingo Louis. Empreendedorismo e Estratégia. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.</p> <p>MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010.</p> <p>OLONCA, Davi. Gestão por Resultados na Administração Pública. 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.</p>

EMENTA	
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BAP/CEAD062	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
<p>Sistema internacional, equilíbrio do poder e poderes emergentes. Teorias da cooperação internacional. Cooperação para o desenvolvimento. Modelos e experiências de cooperação internacional. Atores e agendas da cooperação internacional. Cooperação sul-sul. A experiência do Brasil com a cooperação para o desenvolvimento. Cooperação internacional em estados e municípios. Desafios, limites e possibilidades da cooperação técnica internacional. Instrumentos da cooperação técnica para o desenvolvimento: projetos, indicadores, acordos e matriz lógica.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>RICÚPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal, 2017.</p> <p>RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. O que são relações internacionais. São Paulo: Brasiliense, 2012.</p> <p>SEITENFUS, Ricardo. Manual das organizações internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). 30 anos da ABC: Visões da Cooperação Técnica Internacional Brasileira. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC_05_05_V_7.pdf.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Relações internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.</p> <p>LESSA, Antonio Carlos; VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. História das relações internacionais do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (org.). Cidades em relações internacionais. São Paulo: Desatino, 2009.</p>

EMENTA	
TCC II - BAP/CEAD063	60 horas – 4 créditos (4.0.0)
Desenvolvimento da análise e interpretação dos dados. Consolidação da teoria objeto de estudo. Finalização da estruturação do trabalho de conclusão do curso. Elaboração e defesa do TCC.	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2019.</p> <p>MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. Livro eletrônico, 2 ed. São Paulo: Cortez, 2017.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Disponível em: <https://www.normasabnt.org/>, Acesso em XXXX.</p> <p>BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.</p> <p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.</p> <p>MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p>

OPTATIVAS

EMENTA	
REDAÇÃO OFICIAL - BAP/CEAD023	30 horas – 2 créditos (2.0.0) (disciplina Optativa 1A)
Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Manual de Redação. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. GOLD, Miriam. Redação Empresarial. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. BUSUTH, Mariangela Ferreira. Redação Técnica Empresarial. 2. ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2010. LEDUR, Paulo Flávio. Manual de Redação oficial. 1. ed. Porto Alegre: AGE, 2014. MEDEIROS, João Bosco. Correspondência: técnicas de comunicação criativa. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. Padronização e redação dos atos oficiais. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2013.

EMENTA	
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) - BAP/CEAD024	30 horas – 2 créditos (2.0.0) (disciplina Optativa 1B)
<p>Desmistificação de ideias recebidas relativamente às línguas de sinais. A língua de sinais como língua utilizada pela comunidade surda brasileira. Introdução à Língua Brasileira de Sinais: usar a língua em contextos que exigem comunicação básica, como se apresentar, realizar perguntas, responder perguntas e dar informações sobre alguns aspectos pessoais. Conhecer aspectos culturais específicos da comunidade surda brasileira.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice Müller de. Teorias de aquisição da linguagem. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2017.</p> <p>GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2007.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>ALBRES, Neiva de Aquino; VILHALVA, Shirley. Língua de sinais: processo de aprendizagem como segunda língua. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2004. Disponível em: http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo12.pdf. Acesso em: 17 jul. 2018.</p> <p>FELIPE, Tânia A. LIBRAS em contexto: curso básico. Livro do Estudante. 8. ed. Brasília: MEC, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, José Carlos de. Didática e Educação de surdos. Paraná: Unicentro, 2015. Disponível em: http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/950/5/DID%C3%81TICA%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20SURDOS.pdf.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: ArtMed, 2008. Recurso eletrônico.</p> <p>SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. (org.). Bilinguismo dos surdos: Questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.</p>

EMENTA	
MARKETING E SOCIEDADE BAP/CEAD025	30 horas – 2 créditos (2.0.0) (disciplina Optativa 2A)
<p>Filosofia, papel e impacto do marketing nas organizações e na sociedade. Estudo e tendências da comunidade local e regional para definição do interesse público. Estudos e definições sobre a prestação e utilização dos serviços públicos. Compatibilidade dos interesses do cidadão com os da administração pública. Organização do marketing social. O sistema de formação e o planejamento do marketing social. O marketing de relacionamento na governança pública municipal e regional. O município e região na visão do marketing social.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>DIAS; Sérgio Roberto et al. Gestão de Marketing. São Paulo: Saraiva, 2011. Recurso eletrônico.</p> <p>FERRELL, O. C.; HARTLINE, Michael D. Estratégia de marketing: Teoria e Casos. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2017.</p> <p>KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 4.0: Do tradicional ao digital. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. Recurso digital.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2014.</p> <p>PINTO, Djalma. Marketing: política e sociedade. São Paulo: Companhia dos livros, 2010.</p> <p>LARA, Rodrigo Diniz. Marketing de Relacionamento do Setor Público: um modelo de gestão da relação entre os cidadãos e a administração pública. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.</p> <p>SLOMSKI, Valmor. Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Editora Atlas, 2008.</p> <p>SILVA, Edson Coutinho da Silva. Marketing Público: Uma plataforma de “trocas” no setor</p>

público. Revista Eletrônica da Administração (Online), v. 14, n. 1, ed. 26, p. 20-42, 2015.
Disponível em: <http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/download/748/809>.

EMENTA	
GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I - BAP/CEAD032	30 horas – 2 créditos (2.0.0) (disciplina Optativa 2B)
Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio.	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial: Transporte, Administração de Materiais e Distribuição Física. São Paulo: Atlas, 2012.
BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M. Bixby; BOWERSOX, John C. Gestão Logística da Cadeia de Suprimento. 4. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2014.
CHRISTOPHER, Martin. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. ed. São Paulo: Pioneira, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
CORRÊA, Henrique Luiz. Gestão de Redes de Suprimento. São Paulo: Atlas, 2013.
DORNIER, Philippe-Pierre; ERNST, Ricardo; FENDER, Michel; KOUVELIS, Panos. Logística e Operações Globais. São Paulo: Atlas, 2010.
MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
NOVAES, Antonio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2015.

EMENTA	
DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA BAP/CEAD033	30 horas – 2 créditos (2.0.0) (disciplina Optativa 3A)
<p>Direito Tributário: conceitos, origens e fontes. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Interpretação da lei tributária. Tributação e direitos fundamentais: dos direitos sociais aos limites do poder de tributar. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal e tributos em espécie.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.</p> <p>CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.</p> <p>TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 19. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>BORGES, Humberto Bonavides. Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR. 13. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>CASSONE, Vittorio. Interpretação do Sistema Tributário Nacional e o STF: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.</p> <p>MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.</p>

EMENTA	
TÓPICOS ESPECIAIS DE GESTÃO MUNICIPAL - BAP/CEAD034	30 horas – 2 créditos (2.0.0) (disciplina Optativa 3B)
<p>O fenômeno urbanização na contemporaneidade: evolução histórica, dinâmica de formação e transformação do espaço municipal/metropolitano. O marco legal e instrumentos para o planejamento e gestão municipal. O Plano Diretor Municipal. Financiamento do gasto público municipal. Responsabilidades do Poder Local e da Sociedade Civil.</p>	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
<p>DOWBOR, Ladislau. O que é poder local. Imperatriz, MA: Ética, 2016.</p> <p>GONÇALVES, Marcos Flávio R. (coord.). Manual do Prefeito. Rio de Janeiro: IBAM, 2016.</p> <p>VELOSO, João Francisco Alves; MONASTERIO, Leonardo Monteiro; VIEIRA, Roberta da Silva; MIRANDA, Rogério Boueri (org.). Gestão Municipal no Brasil: um retrato das prefeituras. Brasília: IPEA, 2011</p>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
<p>ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). Planejamento Governamental para Municípios: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>BRASIL. Presidência da República. Guia Básico para a Gestão dos Municípios. Brasília: MP, 2008.</p> <p>PINHEIRO, Otilie Macedo (coord.). Acesso à terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC; Brasília: Ministério das Cidades, 2008.</p> <p>VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: FAPESP: Nobel, 2016.</p>

EMENTA	
ANÁLISE E PROSPECÇÃO DE PROBLEMAS NACIONAIS BAP/CEAD035	30 horas – 2 créditos (2.0.0)
Problemas Nacionais contemporâneos: métodos de identificação, caracterização, análise e prospecção. Políticas públicas para abordagem dos Problemas Nacionais: interdependência e interfaces entre poderes e níveis de governo. Temas em destaque: desigualdades sociais e pobreza; a questão ambiental da Amazônia e seu caráter estratégico; a Reforma Sanitária, o Sistema Único de Saúde e dilemas na sua implementação; Educação para a Cidadania: acessibilidade e qualidade.	

REFERÊNCIAS BÁSICAS
BEHRING, Elaine B.; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora. 2008. SANCHES Ross, Jurandyr. Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP 2005. VIANA, Ana Luiza, ELIAS, P. Eduardo, IBÁÑEZ, Nelson (Orgs.). Proteção Social: dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec, 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emilio; ALVES, Diógenes (Orgs.) Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação. São Paulo: Edusp, 2009. CAMPOS, André; AMORIM, Ricardo; GARCIA, Ronaldo (Eds.). Brasil: o estado de uma nação. IPEA: Brasília, 2007. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_estadonacao2007.pdf >. Acesso em: 9 abr. 2009. JACCOUD, Luciana (Org.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005. RIGOTTO, Márcia Elisa; SOUSA, Nali de Jesus de. Evolução da Educação no Brasil. Rev. Anal. Porto Alegre, v. 16, n. 2, agosto-dez, p. 339-358. 2005. Disponível em: < http://www.nalijsouza.web.br.com/educacao_brasil.pdf >. Acesso em: 9 abr. 2009. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000

²A oferta de disciplinas é realizada pela chefia do curso de Bacharelado em Administração Pública PNAP/CEAD/UFPI.

ANEXO C – Corpo Docente que Participa da Gestão do Curso

Função	Docente	Formação	Titulação	Dedicação	ID Lattes
Coordenação do Curso	Joelita de Alencar Fonseca Santos	Administração	Doutora	DE	6461231491143139
Coordenação de tutoria	Francis de Sousa Fernandes	Administração	Doutor	DE	5725656692989368
Coordenação de Estágio	Cléverson Vasconcelos da Nóbrega	Administração	Doutor	DE	7505283664903965
Professor Formador	Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal	Administração	Doutor	DE	5599612035592036
Professor Formador	Evangelina da Silva Sousa	Administração	Doutor	DE	5995903512110615
Professor Formador	Aieska Mendes Gonçalves Cordeiro	Contabilidade	Mestre	DE	5421453447263554
Professor Formador	Eulálio Gomes Campelo Filho	Administração	Doutor	DE	1281673867383151
Professor Formador	Francisco de Tarso Ribeiro Caselli	Eng. de produção	Doutor	DE	3757042167584346
Professor Formador	Naira Luan Sousa e Silva	Administração	Mestre	Bolsista	9366949523082239
Professor Formador	José Elielton de Sousa	Filosofia	Doutor	DE	1170773436406726
Professor Formador	Carla Fernanda de Lima	Psicologia	Doutor	DE	4874725623111678
Professor Formador	Tiago Soares da Silva	Administração	Mestre	Bolsista	2792219523495141
Professor Formador	Geny Marques Pinheiro	Direito e Contabilidade	Doutor	DE	8890064911048996
Professor Formador	Cristhian Rêgo Passos	Administração	Mestre	DE	5120559332841174

Professor Formador	Elvia Florêncio Torres Ximenes	Administração	Mestre	DE	1083067630664477
Professor Formador	Valdeny Costa de Aragão	Administração e LIBRAS	Mestre	DE	6247651426017076
Professor Formador	Agnello Rufino da Silva Junior	Administração	Mestre	DE	3380635936221362
Professora Formadora	Sandra Michelinne Saraiva de Sousa	Contabilidade	Mestre	DE	5050831829358504
Professor Formador	Delson Ferreira Bonfim	Administração	Mestre	DE	4278599052001600
Professora Substituta	Antônia Amanda Alves Pereira Moreira	Administração	Mestre	40h	1401729585029191

ANEXO D – Regimento de Estágio

A disciplina de Estágio Obrigatório na Universidade Federal do Piauí é regulamentada através da Resolução nº 177/12-CEPEX. Abaixo, estão descritos os principais artigos que tratam sobre o tema:

Art. 61 Estágio obrigatório é uma atividade acadêmica específica, que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se uma intervenção prática em situações de vida e trabalho.

Art. 62 O Estágio obrigatório, para efeito de integralização curricular, deve ser determinado pelo Conselho Federal de Educação nas diretrizes curriculares ou previsto no PPC, constituindo-se, nestes casos, componente curricular indispensável para integralização, e cada curso deverá normatizar seus estágios específicos para cada profissão.

Art. 63 O estágio será caracterizado como uma atividade acadêmica específica de um dos seguintes tipos, de acordo com sua natureza:

- I. - atividade de orientação individual, quando cada aluno dispõe do seu próprio orientador e executa o estágio de forma autônoma;
- II. - atividade especial coletiva, quando o professor orienta coletivamente um grupo de alunos em atividades de preparação ou prática para o exercício profissional.

Art. 64 O estágio pode ser realizado na própria UFPI, na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação da UFPI, de acordo com a legislação federal específica.

Art. 65 Para a realização de estágio junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado faz-se necessária a formalização de convênio, a ser firmado diretamente com a UFPI, mediante assinatura de termo de compromisso com interveniência obrigatória da Coordenação Geral de Estágio/PREG.

Parágrafo único. O termo de compromisso constituirá parte do convênio a ser

celebrado entre a Universidade e a parte concedente.

Art. 66 O estágio somente pode ocorrer em unidades que tenham condições de:

- I. proporcionar experiências práticas na área de formação do estagiário;
- II. dispor de um profissional dessa área para assumir a supervisão do estagiário.

Parágrafo único. Não é permitido o encaminhamento, para o estágio, de alunos que estejam com o curso trancado.

Art. 67 O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

Art. 68 O estágio curricular obrigatório, para a sua regularidade, envolve:

- I. Coordenação Geral de Estágio (CGE)/PREG
- II. Orientador de estágio;
- III. Supervisor de campo;
- IV. Coordenação de estágio no curso, quando for o caso.

§ 1º - A coordenação de estágio obrigatório da PREG tem como funções básicas:

- a) viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Obrigatório na UFPI.
- b) propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios obrigatórios;
- c) assessorar as coordenações de estágios nos cursos na elaboração e sistematização das programações relativas ao estágio obrigatório, como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;
- d) providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;
- e) organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios;

§ 2º O orientador do estágio é um professor do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

- a) elaborar junto ao Coordenador de Estágio do curso a programação semestral de estágios obrigatórios;
- b) orientar os alunos, na elaboração dos seus planos e relatórios de estágio;
- c) acompanhar e orientar a execução das atividades dos estagiários;
- d) avaliar o desempenho dos estagiários atribuindo-lhes conceitos expressos sob a forma adotada pela Universidade;
- e) enviar ao Coordenador de Estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório correspondente aos Estágios Obrigatórios dos alunos sob a sua responsabilidade.

§ 3º O supervisor de campo é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento dessa atividade.

§ 4º A coordenação do estágio nos cursos será formada por um docente efetivo escolhido entre os professores orientadores do estágio, cuja nomeação deverá ser efetivada por portaria da unidade acadêmica a qual o estágio está vinculado, quando o colegiado entender necessária a existência de um coordenador para o conjunto das atividades de estágio, e tem como atribuições:

- a) coordenar a elaboração ou adequações de normas ou critérios específicos do estágio do curso, com base na presente resolução;
- b) informar à CGE/PREG os campos de estágio, quando for o caso, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;
- c) fazer, no final de cada período, levantamento do número de alunos aptos e pretendentes ao estágio, em função da programação semestral;
- d) elaborar, a cada semestre, junto com os docentes-orientadores, as

programações de estágio obrigatório que serão enviadas à CGE/PREG no prazo estabelecido no calendário acadêmico;

- e) orientar e encaminhar os alunos ao campo de estágio;
- f) acompanhar o desenvolvimento do estágio, tendo em vista a consecução dos objetivos propostos;
- g) enviar a CGE/PREG, no final de cada período letivo o relatório correspondente ao estágio obrigatório do curso;

Art. 69 Nos casos de estágios onde há a participação de supervisor de campo, a avaliação do estágio é responsabilidade da coordenação do estágio, sendo solicitada a participação do supervisor de campo.

Parágrafo único. Exclui-se do disposto neste artigo os cursos cujos estágios têm duração regulamentada por legislação específica.

Art. 70 O aluno tem a obrigação de entregar um relatório final à unidade onde se realiza o estágio e à unidade da UFPI a qual se vincula a atividade de estágio.

§ 1º O aluno também terá a obrigação de entregar relatórios parciais a cada 06 (seis) meses caso a duração do estágio seja superior a um semestre.

§ 2º A unidade da UFPI à qual se vincula a atividade de estágio deve receber também, da unidade onde se realiza o estágio, avaliações e frequência do estagiário, assinados pelo supervisor de campo.

Art. 71 O estágio curricular não obrigatório é aquele previsto no projeto pedagógico do curso, no âmbito das atividades complementares e, na UFPI está sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão.

Art. 72 Os Estágios Obrigatórios serão desenvolvidos em até 20% (vinte por cento) da carga horária do currículo de cada curso.

APÊNDICE 1 - Polos de Apoio Presencial e Infraestrutura

Abaixo, segue os polos solicitados para o Curso de Administração Pública.

Conforme Edital UAB nº 25/2023, foram aprovadas 150 vagas a partir de 2025.1 para o curso de Administração Pública, as quais serão distribuídas entre os municípios/polos de Redenção do Gurguéia, Marcos Parente, Itainópolis, José de Freitas e Valença, nos quais este PPC passará a entrar em vigência em 2025:

Ordem	Polo	Número de Ofertas	Anos de ofertas	Endereço
1	Água Branca	3	2010, 2011 e 2014	Polo UAB Universidade Aberta do Piauí Av. José Miguel, s/n Cep.: 64.460-000 Água Branca/PI
2	Altos	1	2020	Rua Tiradentes, 522, Centro Cep: 64290-000, altos/PI
3	Floriano	3	2010, 2011 e 2017	Colégio Agrícola de Floriano BR 343, Km 3,5 Bairro Meladão Cep. 64.800-000 Floriano/PI
4	Gilbués	1	2020	Av: João Dias Figueiredo, s. n. Santo Antônio CEP 64.930-000 – Gilbués (PI)
5	Picos	2	2010 e 2014	Av. Senador Helvídio Nunes de Barros, s/n – Junco Cep. 64.600-000 Picos/PI
6	Bom Jesus	2	2010 e 2017	Campus Dom José Vasquez Diaz Praça Alcebíades de Moraes, s/n - Bairro Josué Parente Cep. 64.900-000 Bom Jesus/PI
7	Luís Correia	2	2017 e 2020	CETI Zulmira Xavier, Rua Afonso Serra, 605 – Centro, Bloco III Cep: 64220-000 – Luís Correia /PI
8	Regeneração	1	2017	Rua Gonçalves Nunes, 297- Centro Cep: 64490-000 – Regeneração / PI

9	Santa Cruz do Piauí	1	2020	Rua Né Aristarco, s.n. Centro CEP: 64.545.000 - Santa Cruz do Piauí (PI)
10	São José do Peixe	1	2017	Praça Juscelino Kubitschek, s/n - Centro Cep: 64555-000 – São José do Peixe/PI
11	Simplício Mendes	5	2010, 2011, 2014, 2017 e 2020	Polo de Apoio Presencial Antonio Moura Fé Rua Pio Sérvio, s/n – Centro - Cep. 64.700-000 Simplício Mendes/PI
12	União	1	2017	Rua José Moita, S/N – São Sebastião Cep: 64120-000 – União / PI
13	Redenção do Gurguéia	1	2025	Rua Francisco Nogueira, S/N - Santo Antonio Cep: 64.915-000 - Redenção Do Gurguéia-PI
14	Marcos Parente	1	2025	Rua Landri Sales, S/N – Centro Cep: 64.845-000 - Marcos Parente-PI
15	Itainópolis	1	2025	Praça Engenheiro Domingos Sávio, S/N – Centro Cep: 64.565-000 – Itainópolis-PI
16	José de Freitas	1	2025	Avenida Américo Celestino, Nº 180 – Centro Cep: 64.110-000 – José De Freitas-PI
17	Valença	1	2025	Avenida 15 de novembro, S/N – Centro Cep: 64.300-000 – Valença-PI

Em Teresina, a sede do Centro de Educação Aberta e à Distância-CEAD está localizada no Campus Universitário "Ministro Petrônio Portella" - Bairro Ininga - CEP. 64.049-550, onde funciona a Coordenação do Curso de Bacharelado em Administração Pública.

A sala da coordenação do curso localizada no CEAD está equipada com 03 (três) computadores, 01 (uma) impressora, 01 (um) aparelho de ar condicionado, 01 (um) datashow, 01 (um) telefone, 04 (quatro) estações de trabalho, sendo 02 (duas) utilizadas pelos bolsistas que desempenham a função de apoio de coordenação, 01 (uma) pela coordenação de tutoria e 01 (uma)

pela coordenação do curso.

Cada polo de apoio presencial possui: laboratório de informática, biblioteca, salas de aula, sala de professores, banheiros e equipamentos básicos para o desenvolvimento de todas as atividades presenciais, conforme descrito a seguir. Destaca-se que a descrição que segue faz referência apenas aos polos que possuem ofertas iniciadas em 2025.1, nos quais este PPC passará a entrar em vigência.

POLO DE ITAINÓPOLIS

- Sala de aula: 2 (duas) salas de aula; 01 (uma) com capacidade para 50 alunos e 01 (uma) com capacidade para 25 alunos, climatizadas, e com mesa para professor e quadro de acrílico.
- Banheiros: 02 (dois) banheiros 01 (um) masculino e 01 (um) feminino. (adaptado para cadeirantes).
- Sala de tutoria: 01 (uma) sala de tutoria com 04 (quatro) mesas redondas e 16 (dezesesseis) cadeiras; 01 (um) armário de aço. (não é climatizada)
- Sala de Professores: 01 (uma) sala de professores com 02 (duas) mesas redondas e 08 (oito) cadeiras 01 (uma) geladeira. (não é climatizada)
- Sala de coordenação: 01 (uma) sala de coordenação com 02 (duas) mesas simples, 2 cadeiras, 01 (um) computador e 01 (um) armário de aço. 02 (dois) data shows.
- Secretaria: 01 (uma) sala de secretária com 01 (um) computador; 01 (um) armário de aço; 01 (uma) impressora HP laser JEPP 2015.
- Laboratório de informática: 01 (um) laboratório de informática equipado com 17 (dezesete) computadores e 01 (um) quadro acrílico.
- Biblioteca: 01 (uma) biblioteca com 10 (dez) mesas e 40 (quarenta) cadeiras; 10 (dez) estantes de aço com alguns livros; 02 (duas) telas para Data Shows.
- Cantina: 01 (uma) cantina com 01 (um) fogão de 04 (quatro) bocas; 01 (um) botijão; 01 (uma) geladeira; 01 (uma) mesa de madeira.
- Internet: Broadcom NetXtreme Gigabit Ethernet, velocidade de 100 Mbps.

POLO DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA

- Salas de aula: 01 (UMA) sala de aula com capacidade de 40 (quarenta) alunos, climatizada, com quadro branco; 04 (quatro) datashow, disponíveis na secretaria do Polo;
- Banheiros: 04 (quatro) banheiros, 01 (um) masculino e 01 (um) femininos, 01 (um) para deficientes masculino e 01 (um) para deficientes femininos;
- Sala Tutoria: 01 (uma) sala de tutoria, com 01 (uma) mesa de reunião, 35 (trinta e cinco) cadeiras, 06 (seis) computadores, 01 (um) ar condicionado;
- Sala de Coordenação: 01 (uma), equipada com 03 (três) mesas, 06 (seis) cadeiras, 01 (um) armário, 02 (dois) armários de arquivos, 02 (dois) computadores, 02 (duas) impressora c/ com scanner, 02 (dois) notebooks;
- Laboratório de Informática: 01 (um), equipado com 40 (quarenta) computadores;
- Biblioteca: 01 (uma), com 07 (sete) mesas e 20 (vinte) cadeiras, com capacidade de estudo para 20 (vinte) estudantes;
- Acervo: 578 (quinhentos e setenta e oito) livros específicos do curso de administração;
- 01 (um) laboratório de biologia com capacidade para 20 alunos climatizada.
- Internet: Broadcom NetXtreme Gigabit Ethernet, velocidade de 100 Mbps.

POLO DE MARCOS PARENTE

- Salas de aula: 08 (sete) salas de aula no total com capacidade para 35 (trinta
- Banheiros: 02 (dois) banheiros, 01 (um) masculino e 01 (um) feminino, adaptados à acessibilidade;
- Sala Tutoria: 01 (uma) sala de tutoria, com 06 (seis) mesas, 24 (vinte e quatro) cadeiras, 03 (três) computadores, 01 (uma) impressora, 01 (um) ar condicionado e 02 (duas)Estantes e um arquivo;

- Sala de Coordenação: 01 (uma), equipada com 03 (três) mesas, cadeiras, 03(um) armário, 03 (um) computador, 01 (uma) impressora com c/ scanner;
- Laboratório de Informática: 01 (um), equipado com 24 (vinte e quatro) computadores; Laboratório de informática 02 com 18 (dezoito) computadores
- Biblioteca: 01 (uma), com 08 (oito) mesas e 32 (trinta e duas) cadeiras, para capacidade de estudo em grupo, para 32 (trinta e dois) estudantes; podendo fazer também atendimento individual.
- Acervo: 22 (vinte e dois) títulos específicos do curso com 218 (duzentos e dezoito) livros específicos do curso; e 119 (cento e dezenove) apostilas;
- Internet: Broadcom NetXtreme Gigabit Ethernet, velocidade de 100 Mbps.

POLO DE JOSÉ DE FREITAS

- Salas de aula: 03 (três) com capacidade para 40 (quarenta) alunos, climatizadas, com quadro branco; 02 (dois) data show (um está com defeito), disponível na secretaria do Polo;
- Banheiros: 09 (nove) banheiros: 04 (quatro) masculino (sendo 01 com compartimento, 1 PNE e 2 simples), 04 (quatro) feminino (sendo 01 com compartimento, 1 PNE e 2 simples) e 1(um) unissex;
- Sala Tutoria: 01 (uma) sala de tutoria, com 04(quatro) mesas, 20(vinte) cadeiras, e 1 (uma) central de ar.
- Sala de Coordenação: 01 (uma), equipada com 01 (uma) mesa, 02 (dois) birôs, 06 (seis) cadeiras, 02 (dois) armários, 01 (um) fichário, 01 (um) computador, 01 (uma) impressora com scanner;
- Laboratório de Informática: 02 (dois), equipado com 20(vinte) computadores cada.

- Biblioteca: 01 (uma), com 01 (um) birô, 14 (quatorze) mesas e 57 (cinquenta e sete) cadeiras, 5 (cinco) estantes, 2 (duas) central de ar.
- Acervo: 1870 livros
- Internet: Broadcom NetXtreme Gigabit Ethernet, velocidade de 100 Mbps.

POLO DE VALENÇA

- Salas de aula: 02 (duas), com 50 (cinquenta) carteiras, 01 (um) quadro acrílico, 01 (um) computador, 01 (uma) mesa escritório, 01 (uma) mesa para PC e 01 (uma) central de ar condicionado; Obs.: uma sala de aula está interdita para reforma por parte do mantenedor.
- Sala de Coordenação: 01 (uma), equipada com 02 (dois) computadores, 01 ((uma) impressora, 02 (duas) mesas de escritório, 01 (uma) central de ar condicionado; 01 (uma) aparelho de telefone (fax), 8 cadeiras
- Sala de Tutoria: 01 (uma), com 01 (um) quadro de acrílico, 50 (cinquenta) carteiras, 01 (uma) mesa de escritório, 04 (quatro) mesas para computador, 04 (nove) computadores, 05 (cinco) cadeiras, 01 (um) ar condicionado;
- Secretaria Acadêmica: 01 (uma), com 03 (três) computadores, 03 (três) impressoras, 03 (três) arquivos com gavetas, 01 (um) mural, 01 (uma) geladeira, 03 (três) armários, 04 (quatro) mesas de escritório, 03 (três) mesas auxiliares, 01 (uma) 133 mesa redonda, 09 (nove) cadeiras, 01 (uma) Switch, 01 (um) roteador e 01 (uma) central de ar condicionado;
- Banheiros: 03 (três), sendo 01 (um) masculino, 01 (um) feminino e 01 (um) com acessibilidade (unissex);
- Biblioteca: 01 (uma), com 02 (dois) ar condicionado, 03 (três) armários, 01 (um) frigobar, 15 (quinze) estantes, 03 (três) mesas redondas para estudo, 01 (uma) mesa escritório, 01 (uma) mesa grande de estudo, 30 (trinta) cadeiras, 04 (quatro) mesas de computadores com 04 (quatro) computadores;
- Acervo: 4.400 (quatro mil e quatrocentos) livros, sendo 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) na área de Administração;

- Laboratórios de Informática: 01 (um), com 21 (vinte e um) computadores, 10 (dez) estabilizadores, 01 (uma) mesa de escritório, 24 (vinte e quatro) cadeiras, 02 (duas) centrais de ar condicionado, 02 (duas) mesas auxiliares, 01 (um) quadro de acrílico, 02 (duas) switches, 02 (dois) roteadores, 01 (um) servidor.
- Internet: Broadcom NetXtreme Gigabit Ethernet, velocidade de 100 Mbps.

APÊNDICE 2 - Regulamento dos TCCs

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma produção acadêmica que deve expressar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos adquiridos durante o curso de graduação.

Tal regulamento foi desenvolvido com base na Portaria PREG/CAMEN nº 330, de 22 de junho de 2017, que aprova as diretrizes gerais para o Trabalho de Conclusão de cursos (TCC) dos cursos de Graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

O TCC deverá ser desenvolvido nos períodos VII e VIII, na execução das disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I (60h) e Trabalho de Conclusão de Curso II (60h). O TCC deverá ser apresentado no último período do curso.

Os trabalhos deverão ser relacionados à pesquisa científica com a solução de problemas em qualquer área da Administração Pública. O TCC deverá ser elaborado considerando-se, na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2023) para apresentação, citações e referências. O texto deve ser escrito em letra tipo Times New Roman ou Arial, tamanho 12, espaçamento 1,5, margens superior e esquerda 3 cm, margens inferior e direita 2 cm, tamanho A4.

A estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso compõe-se de capa, folha de rosto, anteverso (ficha catalográfica), folha de aprovação, epígrafe (opcional), dedicatória (opcional), agradecimentos (opcional), resumo na língua portuguesa e inglesa, sumário, introdução (contendo necessariamente problema, objeto, objetivos, justificativas), revisão da literatura, metodologia da pesquisa, análise dos dados, considerações finais (ou conclusões), referências, apêndices e anexos (quando for o caso). As normas específicas a cada item serão disponibilizadas no manual de TCC do curso que será disponibilizado pela coordenação.

As atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- Elaboração do projeto de TCC, na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I;
- Desenvolvimento do projeto de TCC, culminando em uma das modalidades (monografia ou artigo científico), a ser definida pelo colegiado do curso, nas disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I e II;

- A apresentação do TCC deverá ser presencial, podendo ser remota mediante a aprovação do colegiado do curso. Nessa última hipótese, o aluno e tutor deverão estar no polo de apoio presencial, cabendo aos membros da banca examinadora o acompanhamento da apresentação de forma virtual. A apresentação do TCC deve seguir as formalidades que regem um trabalho acadêmico científico no âmbito desta IES; as exceções devem ser apreciadas pelo Colegiado do Curso.

Os agentes envolvidos no Trabalho de Conclusão de Curso serão o professor coordenador de TCC, o professor orientador de TCC, o tutor presencial e o aluno/orientando. Ressalta-se que o TCC será desenvolvido pelos alunos de forma individualmente ou em dupla.

A Coordenação dos TCCs será exercida por um professor do quadro docente do Curso de Bacharelado em Administração Pública, do qual serão contabilizadas 4h (quatro horas) de sua carga horária semanal disponível para o exercício dessa coordenação.

A orientação do TCC, é de responsabilidade de docente efetivo do curso ou docentes colaboradores com no mínimo título de Mestre. Cada professor lotado no CEAD poderá orientar, no máximo, cinco trabalhos concomitantes por semestre. Para os professores colaboradores, deverão ser observadas as resoluções vigentes.

Será preservado o direito ao estudante e ao professor de solicitarem, à Coordenação do TCC ou Coordenação do Curso, mudança de orientação, mediante justificativa formalizada. Desde que haja outro docente que assuma formalmente a orientação junto a coordenação.

Compete ao Coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

- Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
- Elaborar e divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisa, devendo ser levadas em consideração as necessidades dos alunos, às demandas do curso e as normas vigentes para a Educação à Distância;
- Auxiliar os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação;
- Convocar, sempre que houver demandas formalizadas, os professores

orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCCs;

- Coordenar agendas de apresentação dos TCCs, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos, bem como para a comunidade em geral;

- Elaborar um relatório ao final de cada período letivo, contendo informações referentes às atividades desenvolvidas e levantamento de alunos com TCC concluído e/ou com pendências, que deverá ser entregue na Coordenação do Curso.

Compete ao Professor Orientador de TCC:

- Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;
- Contactar com o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho;
- Indicar as Comissões Examinadoras/Avaliadoras dos seus orientandos, compostas por mestres ou doutores;
- Participar na condição de presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC.

Compete ao Tutor Presencial de TCC:

- Realizar o intercâmbio entre o aluno e os professores orientador e coordenador de TCC;
- Agendar e organizar as apresentações nos polos de apoio presencial.

Compete ao aluno/orientando:

- Participar de reuniões e outras atividades relativas ao TCC para as quais for convocado;
- Escolher a linha de pesquisa, conforme disponibilidade dos professores orientadores e oferta do curso;
- Elaborar e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação do professor orientador;

- Cumprir as normas e prazos, de acordo com o cronograma do curso para o semestre letivo e o plano aprovado pelo professor orientador;
- Entregar 1 (uma) cópia, aprovada pelo professor orientador, para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da apresentação;
- Apresentar, publicamente, o TCC conforme normas e recomendações do curso;
- Entregar, à Coordenação do Curso, as versões finais do TCC conforme recomendações e prazos previstos, após avaliação do professor orientador;
- Desenvolver o TCC em dupla de modo que haja sinergia entre os membros da equipe.

A avaliação do TCC compreende dois momentos:

- Avaliação contínua do processo de realização do TCC pelo professor orientador;
- Avaliação pela Banca Examinadora (trabalho escrito e apresentação oral).

Os componentes da equipe que desenvolveram o TCC terão seus desempenhos avaliados individualmente pelos professores orientadores.

A aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I está condicionada à validação do projeto de TCC pelo professor orientador. Na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, a aprovação será mediante avaliação do seu trabalho escrito e da sua apresentação (como descrito adiante).

Na apresentação, o aluno tem 15 minutos para apresentar seu trabalho e a banca examinadora até 30 minutos para fazer sua arguição. A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a apresentação na arguição pela banca examinadora, com nota mínima para aprovação igual a 7,0 (sete).

Utilizar-se-ão, para a atribuição de notas, fichas de avaliação individuais, onde cada membro da banca avaliadora/examinadora disponibilizará sua nota. A nota final do aluno será o resultado da

média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora. A banca avaliadora/examinadora poderá considerar o trabalho como aprovado, encaminhado para reformulação ou reprovado.

A banca examinadora, por maioria, após a apresentação oral, pode sugerir ao aluno que reformule seu TCC. No caso de reformulação, o aluno deverá submeter o TCC novamente à mesma comissão avaliadora, no prazo máximo de 15 (trinta) dias, sempre considerando os prazos do calendário do curso. A comissão avaliadora emitirá parecer por escrito aprovando ou reprovando as reformulações apresentadas.

Caso o trabalho tenha sido aceito para publicação em periódico científico com qualis, avaliado pelos pares, não será exigida a sua apresentação para uma banca examinadora, entretanto, deverá ser apresentado publicamente e a nota aprovativa será atribuída pelo orientador.

Os alunos que não entregarem o TCC, que não comparecerem para a sua apresentação oral ou forem reprovados nela, na forma da legislação em vigor, estarão reprovados na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.

Após aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso II pela banca examinadora/avaliadora, com as correções finais, o aluno encaminhará, ao professor orientador, o seu trabalho, na forma digital, para última avaliação.

A versão definitiva do trabalho deve ser encaminhada ao Coordenador de TCC, no prazo de 20 (trinta) dias a contar da apresentação, na plataforma SIGAA, e para o e-mail da Coordenação do Curso, no formato doc./docx. (Word-Office) e/ou PDF, a depender da determinação da Coordenação do Curso. A entrega da versão definitiva do TCC é requisito para a colação de grau. A coordenação disponibilizará de repositório institucional da UFPI para os trabalhos. As eventuais omissões serão objeto de deliberação da Coordenação de TCC e do curso.

APÊNDICE 3 - Quadro de Disciplinas Optativas³

Código no SIGAA	Disciplinas Optativas do novo PPC	N.CR.	C.H.	Período de vinculação
BAP/CEAD035	Análise e prospecção de problemas nacionais	2 (2.0.0)	30	3º
BAP/CEAD033	Direito e Legislação Tributária	2 (2.0.0)	30	3º
BAP/CEAD032	Gestão de Operações e Logística I	2 (2.0.0)	30	4º
BAP/CEAD024	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	2 (2.0.0)	30	4º
BAP/CEAD025	Marketing e Sociedade	2 (2.0.0)	30	8º
BAP/CEAD023	Redação Oficial	2 (2.0.0)	30	3º
BAP/CEAD034	Tópicos especiais de gestão municipal	2 (2.0.0)	30	8º

³As disciplinas optativas são ofertadas pela chefia do curso de Bacharelado em Administração Pública PNAP/CEAD/UFPI

APÊNDICE 4 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O acervo bibliográfico físico foi tombado, e encontra-se disponível na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB, situada no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga-PI, CEP 64049-550; e nas Bibliotecas dos polos de apoio presenciais UAB/CEAD/UFPI situadas nas respectivas cidades contempladas com o curso de Bacharelado em

Administração Pública.

O acervo virtual para o Curso de Bacharelado em Administração Pública está disponibilizado nas bibliotecas da UFPI, quais sejam: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB; com acessos através dos sites: <https://sigaa.ufpi.br/>; <http://ufpi.br/biblioteca-bccb/236-bccb/biblioteca>; e e-mail: bccb@ufpi.edu.br. Além desses, a CAPES disponibiliza de modo digital todos os materiais referentes aos cursos do PNAP no Portal EduCAPES: https://educapes.capes.gov.br/simple-search?query=pnap&sort_by=score&order=desc&rpp=10&etal=0&start=0

O acervo bibliográfico básico e complementar físico é adequado e atualizado para os componentes curriculares descritos no PPC do Curso de Bacharelado em Administração Pública. A instituição garante acesso ao acervo bibliográfico básico/complementar virtual tanto no ambiente interno como nas instalações e recursos tecnológicos que atende à demanda, sendo ofertado de forma ininterrupta via internet. Aos portadores de deficiência são disponibilizadas ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB da Universidade Federal do Piauí e nas bibliotecas dos polos de apoio presencial.

O acervo periódico é constituído por exemplares físicos e por exemplares virtuais para acesso através de assinaturas de periódicos, assim como acesso a publicações de domínio público. Estes periódicos possuem contextos especializados que contemplam as unidades curriculares do curso de Bacharelado Administração Pública. É atualizado, de forma a garantir a quantidade de acesso demandada, com plano de contingência, de modo a garantir o acesso e o serviço.

APÊNDICE 5 - EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

O curso irá garantir a oferta das disciplinas do currículo 2 enquanto houver aluno ativo na estrutura curricular de nº 02/2021.

Considerando a inclusão da carga horária de extensão nas disciplinas ofertadas nos períodos de 2025.1 e 2025.2, conforme descritas no quadro abaixo como equivalentes, essas terão seus alunos migrados para o currículo 3.

TABELA DE EQUIVALÊNCIAS

(para cursos com estruturas curriculares anteriores na qual haverá migração de discentes para a nova estrutura curricular)

COMPONENTE CURRICULAR		PRÉ-REQUISITO (NOME E CÓDIGO)	RECI-PROCIDADE	COMPONENTE CURRICULAR ESTRUTURA NOVA		PRÉ-REQUISITO (NOME E CÓDIGO)	ABRANGÊNCIA (Global ou Específica – Resolução CEPEX 177/12)
CÓDIGO	NOME			CÓDIGO	NOME		
BAP/CEAD004	Métodos e Técnicas de Estudos	Não há	←	Novo componente	Métodos e Técnicas de Estudos	Não há	Abrangência global
BAP/CEAD014	Sociologia Organizacional	Não há	←	Novo componente	Sociologia Organizacional	Não há	Abrangência global
BAP/CEAD015	Temas Contemporâneos na Gestão Pública I	Não há	←	Novo componente	Temas Contemporâneos na Gestão Pública I	Não há	Abrangência global

PORTARIA Nº 177/2023 - CEAD/UFPI

A Direção do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no uso de suas atribuições legais, e, considerando:

- MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 133/2023 - BAP/CEA;

RESOLVE:



Designar membros em Comissão para reformulação do PPC do curso de Administração Pública - CEAD/UFPI, composta da seguinte forma:

- JOELITA DE ALENCAR FONSECA SANTOS (Presidente)
- FRANCIS DE SOUSA FERNANDES (Membro)
- GENY MARQUES PINHEIRO (Membro)
- SANDRA MICHELINNE SARAIVA DE SOUSA (Membro)
- CLEVERSON VASCONCELOS DA NOBREGA (Membro)
- MARIANE GORETTI DE SA BEZERRA LEAL (Membro)
- ISAIAS RIBEIRO GONÇALVES (Membro Discente)

Revogam-se as disposições em contrário.

Comunique-se. Publique-se. Cumpra-se.

Teresina, Piauí, 29 de novembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA
Data: 29/11/2023 11:44:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Livia Fernanda Nery da Silva
Diretora do CEAD/UFPI


RELATÓRIO
ACERVO BIBLIOGRÁFICO
BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR
CURSO: BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1) O acervo bibliográfico físico foi tombado, e encontra-se disponível na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB, situada no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga-PI, CEP 64049-550; e nas Bibliotecas dos polos de apoio presenciais UAB/CEAD/UFPI situadas nas respectivas cidades contempladas com o curso de Bacharelado em Administração Pública.
- 2) O acervo virtual para o Curso de Bacharelado em Administração Pública está disponibilizado nas bibliotecas da UFPI, quais sejam: Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB; com acessos através dos sites: <https://sigaa.ufpi.br/>; <http://ufpi.br/biblioteca-bccb/236-bccb/biblioteca>; e e-mail: bccb@ufpi.edu.br. Além desses, a CAPES disponibiliza de modo digital todos os materiais referentes aos cursos do PNAP no Portal EduCAPES, por meio do endereço eletrônico <https://educapes.capes.gov.br>.
- 3) O acervo bibliográfico básico e complementar físico é adequado e atualizado para os componentes curriculares descritos no PPC do Curso de Bacharelado em Administração Pública;
- 4) O acervo bibliográfico físico e complementar é adequado em relação ao número de vagas (autorizadas/reconhecidas) quantidade de exemplares para o curso de Administração Pública e de outros cursos que utilizam os títulos;
- 5) A instituição garante acesso ao acervo bibliográfico básico/complementar virtual tanto no ambiente interno como nas instalações e recursos tecnológicos que atende à demanda, sendo ofertado de forma ininterrupta via internet. Aos portadores de deficiência são disponibilizadas ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco-BCCB da Universidade Federal do Piauí e nas bibliotecas dos polos de apoio presencial.
- 6) Há garantia, em relação ao acervo virtual da quantidade de acesso no espaço físico da Instituição e no âmbito externo;


ACERVO: PERIÓDICO

O acervo possui exemplares, com assinatura de acesso virtual ou domínio público, especializado que contemplam as unidades curriculares do curso. É atualizado, de forma a garantir a quantidade de acesso demandada, com plano de contingência de modo a garantir o acesso e o serviço.

Teresina-PI, 28/01/2025

Documento assinado digitalmente
 **JOELITA DE ALENCAR FONSECA SANTOS**
Data: 28/01/2025 10:43:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Joelita de Alencar Fonseca Santos

Documento assinado digitalmente
 **FRANCIS DE SOUSA FERNANDES**
Data: 28/01/2025 11:36:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Francis de Sousa Fernandes

GENY MARQUES
PINHEIRO:46262
296387
Assinado de forma digital
por GENY MARQUES
PINHEIRO:46262296387
Dados: 2025.01.28 12:44:15
-03'00'

Geny Marques Pinheiro

Documento assinado digitalmente
 **SANDRA MICHELINNE SARAIVA DE SOUSA**
Data: 28/01/2025 14:53:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Sandra Michelinne Saraiva de Sousa

Documento assinado digitalmente
 **CLEVERSON VASCONCELOS DA NOBREGA**
Data: 28/01/2025 10:55:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cléverson Vasconcelos da Nóbrega

MARIANE GORETTI
DE SA BEZERRA
LEAL:37552066415
Assinado digitalmente por MARIANE GORETTI
DE SA BEZERRA LEAL:37552066415
ND: CN=MARIANE GORETTI DE SA BEZERRA
LEAL:37552066415, OU=UFPI - Universidade
Federal do Piauí, O=ICPEdu, C=BR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.01.28 11:06:22-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0

Mariane Goretti de Sá Bezerra Leal



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 967, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza Alteração de Projeto Pedagógico de Curso.


A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - PREG/UFPI e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – CAMEN, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, §2º, inciso V, do Regimento Geral da UFPI, de acordo com o que consta do processo nº 23111.057155/2025-36 da UFPI, e tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião de 28 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a alteração do Projeto Pedagógico do Curso de **BACHARELADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA**, do Centro de Tecnologia – **CT**, do Câmpus Ministro Petrônio Portella – **CMPP**, desta Universidade, conforme documento anexo e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 09 de dezembro de 2025

Documento assinado digitalmente
 **MARLI CLEMENTINO GONCALVES**
Data: 09/12/2025 12:29:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARLI CLEMENTINO GONCALVES
Pró-Reitor de Ensino de Graduação, em exercício.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE TECNOLOGIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ELÉTRICA

TABELA OPTATIVAS

COMPONENTE CURRICULAR						PRÉ-REQUISITOS (código e nome)	NÍVEL VINCULADO (Período letivo ao qual será ofertado)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (disciplina ou atividade)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA		
Curso de Engenharia Elétrica / CT	Disciplina	A ser criado	Transição Energética e Desenvolvimento Sustentável	3.1.0	60h	(DRHGSA/CT003 Ciências do Ambiente)	A partir do 4º período
Curso de Engenharia Elétrica / CT	Disciplina	A ser criado	Fontes Renováveis de Energia	3.1.0	60h	(CEE/CT027 Máquinas Elétricas)	A partir do 7º período
			TOTAL	9.2.0	120h		



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE TECNOLOGIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ELÉTRICA

EMENTAS DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia Elétrica / CT
Transição Energética e Desenvolvimento Sustentável		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	DRHGSA/CT003 CIÊNCIAS DO AMBIENTE	
<p>EMENTA: Definições ao longo do tempo do conceito de transição energética e desenvolvimento sustentável. Transição energética na História. Desenvolvimento sustentável ao longo do tempo. Compreender e analisar o papel das dimensões 4Ds (Descarbonização, Descentralização, Digitalização e Diminuição do Consumo) na transição energética. As Transições energéticas na História da Tecnologia e na evolução sociotécnicas da humanidade. Usos e fontes da energia e suas questões ambientais que pautam a História. O avanço das fontes de energia renovável nos processos de transição energética e de desenvolvimento sustentável. A resiliência e o futuro das fontes de energia fóssil nos processos de transição energética. Em busca da transição energética e do desenvolvimento sustentável de baixo carbono frente ao aquecimento do planeta. Em busca de soluções convergentes de segurança ambiental (e climática) e segurança energética.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>SOARES, Adriano Mesquita (Org.). Energia renovável e sustentabilidade: estratégias e soluções. São Paulo: Aya Editora, 2025. 356 p.</p> <p>GOLDEMBERG, José. Energia e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Blucher, 2024. 210 p.</p> <p>SANTOS, Mahatma Ramos dos; ALVARES, Ticiania de Oliveira; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira (Orgs.). Transição energética: geopolítica, corporações, finanças e trabalho. Rio de Janeiro: Telha, 2024. 328 p.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>LIMA, Leandro José Barbosa; HAMZAGIC, Miroslava. Caminhos para a transição energética sustentável no Brasil. São Paulo: Dialética, 2023. 214 p.</p> <p>PEYERL, Drielli (Coord.). Transição energética através da lente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Synergia, 2023. 240 p.</p> <p>DELINA, Laurence L. Accelerating sustainable energy transitions in developing countries: the challenges of climate change and sustainable development. Abingdon: Routledge, 2017. 190 p.</p> <p>SILVA, Neilton Fidelis da. Energias renováveis na expansão do setor elétrico brasileiro: o caso da energia eólica. 1. ed. São Paulo: Synergia Editora, 2015. 248 p.</p> <p>HINRICHS, Roger A.; KLEINBACH, Merlin; REIS, Lineu Belico dos. Energia e meio ambiente. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 764 p.</p>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE TECNOLOGIA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ELÉTRICA

COMPONENTE CURRICULAR			UNIDADE RESPONSÁVEL
Nome	Código (quando houver)	Tipo	Curso de Engenharia Elétrica / CT
Fontes Renováveis de Energia		Presencial	
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):	
3.1.0	60h	CEE/CT027 MÁQUINAS ELÉTRICAS	
EMENTA: O recurso solar: Células e módulos fotovoltaicos; Sistemas fotovoltaicos autônomos; Sistemas fotovoltaicos interligados à rede elétrica; Modelagem de sistemas fotovoltaicos; Aspectos econômicos e ambientais dos projetos fotovoltaicos. O recurso eólico: Turbina eólica; Sistemas eólicos autônomos; Sistemas eólicos interligados à rede elétrica; Modelagem de sistemas eólicos; Aspectos econômicos e ambientais dos projetos eólicos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			
MOREIRA, José Roberto Simões. Energias renováveis, geração distribuída e eficiência energética. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2025. 672 p.			
PEREIRA JUNIOR, Amaro Olímpio (Org.). Fontes renováveis de energia, redes inteligentes e os caminhos para uma economia carbono neutra. São Paulo: Synergia, 2021. 344 p.			
ROSA, Aldo Vieira da. Processos de energias renováveis: fundamentos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 584 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
HINRICHS, Roger A.; KLEINBACH, Merlin; REIS, Lineu Belico dos. Energia e meio ambiente. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 606 p.			
PINTO, Milton de Oliveira. Energia elétrica: geração, transmissão e sistemas interligados. Rio de Janeiro: LTC, 2014. 272 p.			
SILVA, Ennio Peres da. Fontes renováveis de energia: produção de energia para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Livraria da Física, 2014. 248 p.			
PINTO, Milton de Oliveira. Fundamentos de energia eólica. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 256 p.			
LOPEZ, Ricardo Aldabó. Energia solar para produção de eletricidade. São Paulo: Artliber, 2012. 292 p.			

Documento assinado digitalmente



DJANIRA DO ESPIRITO SANTO LOPES CUNHA
Data: 31/10/2025 09:45:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 968, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza Dispensa Extraordinária de Componentes
Curriculares para Discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - PREG/UFPI e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – CAMEN, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, §2º, inciso V, do Regimento Geral da UFPI, de acordo com o que consta do processo nº 23111.008584/2025-13 da UFPI, e tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião de 28 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a dispensa extraordinária do componente curricular CAF0254 – INGLÊS TÉCNICO CIENTÍFICO, do discente LUCAS GUSTAVO NASCIMENTO RIBEIRO SILVA, matrícula nº 20219001126, do curso de LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, do Câmpus Amílcar Ferreira Sobral – CAFS, desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 09 de dezembro de 2025

MARLI CLEMENTINO GONCALVES
Pró-Reitor de Ensino de Graduação, em exercício.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 969, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza Remoção de discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - PREG/UFPI e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – CAMEN, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, §2º, inciso V, do Regimento Geral da UFPI, de acordo com o que consta do processo nº 23111.052224/2025-89 da UFPI, e tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião de 28 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a remoção da discente HEUGENIA LETICIA DE OLIVEIRA LEAL, Matrícula nº 20239002659, do Curso de BACHARELADO EM ENFERMAGEM, do Centro de Ciências da Saúde (CCS), do Câmpus Ministro Petrônio Portella (CMPP), para o Câmpus Senador Helvídio Nunes Barros (CSHNB), desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 10 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Data: 11/12/2025 11:30:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Pró-Reitora de Ensino de Graduação, em exercício



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 970, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza Remoção de discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - PREG/UFPI e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – CAMEN, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, §2º, inciso V, do Regimento Geral da UFPI, de acordo com o que consta do processo nº 23111.056302/2025-78 da UFPI, e tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião de 28 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a remoção da discente LETICIA DE PAULA OLIVEIRA COSTA, Matrícula nº 20249028588, do Curso de BACHARELADO EM MEDICINA VETERINÁRIA, do Câmpus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), para o Câmpus Ministro Petrônio Portella (CMPP), desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 10 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Data: 11/12/2025 11:30:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Pró-Reitora de Ensino de Graduação, em exercício



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 971, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza Remoção de discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - PREG/UFPI e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – CAMEN, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, §2º, inciso V, do Regimento Geral da UFPI, de acordo com o que consta do processo nº 23111.048735/2025-08 da UFPI, e tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião de 28 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a remoção do discente JOÃO EVANGELISTA DE SOUSA, Matrícula nº 20219046647, do Curso de BACHARELADO EM MEDICINA VETERINÁRIA, do Câmpus Professora Cinobelina Elvas (CPCE), para o Câmpus Ministro Petrônio Portella (CMPP), desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 10 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Data: 11/12/2025 11:30:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Pró-Reitora de Ensino de Graduação, em exercício



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 972, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza Remoção de discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - PREG/UFPI e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – CAMEN, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, §2º, inciso V, do Regimento Geral da UFPI, de acordo com o que consta do processo nº 23111.055425/2025-89 da UFPI, e tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião de 28 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a remoção do discente RONIEL ALMEIDA DA SILVA, Matrícula nº 20249057599, do Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA - PRESENCIAL / PARFOR - PRIMEIRA LICENCIATURA - MT, do Pólo de Paulistana (PI), para o Pólo de São João do Piauí (PI), desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 10 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Data: 11/12/2025 11:30:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Pró-Reitora de Ensino de Graduação, em exercício



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 973, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza Prorrogação de prazo para conclusão de curso de discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - PREG/UFPI e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – CAMEN, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, §2º, inciso V, do Regimento Geral da UFPI, de acordo com o que consta do processo nº 23111.058565/2025-87 da UFPI, e tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião de 28 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a prorrogação de prazo para conclusão de curso, até o período letivo 2027.2, da discente FERNANDA COSTA ARAUJO, Matrícula nº 20189040501, do Curso de BACHARELADO EM ENGENHARIA AGRONÔMICA, do Centro de Ciências Agrárias (CCA), do Câmpus Ministro Petrônio Portella (CMPP), desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 10 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Data: 11/12/2025 11:33:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Pró-Reitora de Ensino de Graduação, em exercício



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 974, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza Prorrogação de prazo para conclusão de curso de discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - PREG/UFPI e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – CAMEN, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, §2º, inciso V, do Regimento Geral da UFPI, de acordo com o que consta do processo nº 23111.055019/2025-90 da UFPI, e tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião de 28 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a prorrogação de prazo para conclusão de curso, até o período letivo 2026.1, do discente JEYSON CAIO DOS SANTOS SOUSA, Matrícula nº 20199034553, do Curso de BACHARELADO EM ENGENHARIA ELÉTRICA, do Centro de Tecnologia (CT), do Câmpus Ministro Petrônio Portella (CMPP), desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 10 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Data: 11/12/2025 11:33:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Pró-Reitora de Ensino de Graduação, em exercício



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 975, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza Prorrogação de prazo para conclusão de curso de discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - PREG/UFPI e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – CAMEN, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, §2º, inciso V, do Regimento Geral da UFPI, de acordo com o que consta do processo nº 23111.052955/2025-43 da UFPI, e tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião de 28 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a prorrogação de prazo para conclusão de curso, até o período letivo 2028.2, do discente WELDER VICTOR FURTADO DE MORAES ROCHA, Matrícula nº 20199045735, do Curso de BACHARELADO EM ODONTOLOGIA, do Centro de Ciências da Saúde – CCS, do Câmpus Ministro Petrônio Portella – CMPP, desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 10 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Data: 11/12/2025 11:33:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Pró-Reitora de Ensino de Graduação, em exercício



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 976, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza Trancamento de matrícula de discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - PREG/UFPI e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – CAMEN, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, §2º, inciso V, do Regimento Geral da UFPI, de acordo com o que consta do processo nº 23111.056701/2025-72 da UFPI, e tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião de 28 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o trancamento de matrícula, referente ao período 2025.2, do discente NATANAEL CAMPOS DA SILVA, Matrícula nº 20259062135, do Curso de TECNÓLOGO EM ENERGIAS RENOVÁVEIS, do Centro de Educação Aberta a Distância - CEAD - TECNÓLOGO - I, desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 10 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Data: 11/12/2025 11:33:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Pró-Reitora de Ensino de Graduação, em exercício



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 977, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza Trancamento de matrícula de discente.


A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - PREG/UFPI e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – CAMEN, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, §2º, inciso V, do Regimento Geral da UFPI, de acordo com o que consta do processo nº 23111.059061/2025-81 da UFPI, e tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião de 28 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o trancamento de matrícula, referente ao período 2025.2, da discente ESTER DA SILVA COSTA, Matrícula nº 20249008146, do Curso de LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, do Câmpus Almícar Ferreira Sobral – CAFS, desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 10 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **MARLI CLEMENTINO GONÇALVES**
Data: 11/12/2025 11:33:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Pró-Reitora de Ensino de Graduação, em exercício



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/UFPI Nº 978, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza Prorrogação de prazo para conclusão de curso de discente.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - PREG/UFPI e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – CAMEN, em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, §2º, inciso V, do Regimento Geral da UFPI, de acordo com o que consta do processo nº 23111.059798/2025-67, e tendo em vista decisão da mesma Câmara em reunião de 28 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a prorrogação de prazo para conclusão de curso, até o período letivo 2026.2, do discente JOSE WASHINGTON ALVES JUNIOR, Matrícula nº 2013903684, do Curso de BACHARELADO EM ENGENHARIA AGRONÔMICA, do Centro de Ciências Agrárias (CCA), do Câmpus Ministro Petrônio Portella (CMPP), desta Universidade, conforme processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 10 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Data: 11/12/2025 11:34:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
Pró-Reitora de Ensino de Graduação, em exercício